

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA PAULA NUNES DA SILVA

**E ATRAVÉS DAS PALAVRAS SE DESVELARAM OS MAIS
RECÔNDITOS CONFINS DE DENTRO: QUATRO RELATOS SOBRE
OS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1774-1820)**

Belo Horizonte

2022

ANA PAULA NUNES DA SILVA

**E ATRAVÉS DAS PALAVRAS SE DESVELARAM OS MAIS
RECÔNDITOS CONFINS DE DENTRO: QUATRO RELATOS SOBRE
OS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1774-1820)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social da Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Romeiro.

Belo Horizonte

2022

981.34	Silva, Ana Paula Nunes da.
S586e	E através das palavras se desvelaram os mais recônditos
2022	confins de dentro [manuscrito]; quatro relatos sobre os sertões da capitania de Pernambuco (1774-1820/ Ana Paula Nunes da Silva. - 2022.
	156 f.
	Orientadora: Adriana Romeiro.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. História – Teses. Sertão. 2. Pernambuco – História - Teses. 3. Cultura - Teses. I. Romeiro, Adriana. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"E através das palavras se desvelaram os mais recônditos confins de dentro: quatro relatos sobre os sertões da capitania de Pernambuco (1774-1820)"

Ana Paula Nunes da Silva

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Adriana Romeiro - Orientadora
UFMG

Prof. Dr. José Rogério Beier
Museu Paulista / USP

Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider
PUC-SP

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Romeiro, Professora do Magistério Superior**, em 28/09/2022, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Rogério Beier, Usuário Externo**, em 03/10/2022, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Luiz Schneider, Usuário Externo**, em 05/10/2022, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1748853** e o código CRC **2E98D1C5**.

Referência: Processo nº 23072.254256/2022-19

SEI nº 1748853

AGRADECIMENTOS

A empreitada de realizar um mestrado, de desenvolver uma pesquisa e escrever uma dissertação foi sem dúvida um dos momentos mais intensos e desafiadores que já vivenciei em toda a minha história até aqui. Foi uma jornada longa e cheia de obstáculos, uma trajetória especialmente dificultada pela pandemia de COVID-19, que começou exatamente no mesmo mês em que ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. O isolamento imposto por esta situação impactou de diversas maneiras o andamento deste trabalho, inclusive foi necessário de que ele fosse reformulado várias vezes em virtude das limitações decorrentes desse momento tão extremo e atípico. Apesar dos revezes, é importante dizer que foi uma caminhada repleta de aprendizados e momentos importantes na minha formação como historiadora, da qual jamais irei me esquecer. Realizar um trabalho árduo de pesquisa como esse seria impossível se eu não tivesse recebido o apoio necessário em diversas frentes. Sou extremamente grata pela bolsa de estudos concedida pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) com a qual pude contar ao longo de toda a duração deste trabalho. Sem esse suporte financeiro recebido através da bolsa, minhas condições de vida e de trabalho como pesquisadora teriam sido insustentáveis. Estou convicta de que só consegui concluir o caminho todo que precisava ser trilhado graças ao suporte inestimável de pessoas muito especiais que estiveram ao meu lado. Por este motivo, dedico o meu mais profundo agradecimento também à todos que fizeram parte desta rede de apoio formada primeiramente pela minha querida orientadora Adriana Romeiro, figura fundamental para que esse trabalho alcançasse êxito, professora dedicada, carinhosa, e fonte de inspiração no ofício da História. Obrigada Adriana, pela nossa parceria e por todo o aprendizado ao longo destes anos. Também fizeram parte dessa rede de apoio minha família e amigos, com especial destaque à minha mãe, sempre incansável, companheira, fonte de amor e de escuta em todos os momentos. Sem a ajuda dela também, eu não teria chegado até aqui. Obrigada mãe, por tudo, sempre.

“O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou fim exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito.”

(RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280).

RESUMO

Esta pesquisa levanta e analisa as imagens que foram construídas sobre os sertões da capitania de Pernambuco através de quatro relatos escritos por autores que de alguma forma vivenciaram in loco estas terras, e que tiveram seus textos escritos e/ou publicados no recorte temporal que vai de 1774 até 1820, ou seja, entre a fase final do século XVIII e o início do século XIX. A primeira destas fontes é de autoria anônima, a segunda do Padre Manuel Aires de Casal, a terceira do viajante Henry Koster, e a quarta dos naturalistas Spix e Martius. Nestes relatos é possível encontrar uma série de informações importantes sobre a vida nos sertões pernambucanos, sobre as populações que lá se estabeleceram e também sobre a cultura sertaneja que foi se consolidando naqueles rincões da caatinga, principalmente graças à pecuária. Foi possível verificar que essas imagens sobre os sertões de Pernambuco e sobre seu povo contidas nos relatos formam, em conjunto, algumas categorias recorrentes, que foram identificadas por esta pesquisa e listadas nas considerações finais do trabalho. Essa amálgama de ideias complexas passaram a ser diretamente associadas aos sertões da porção Nordeste da América portuguesa de forma geral, e com a cultura sertaneja da chamada “Civilização do Couro”, como diria Capistrano de Abreu. Inscritas na longa duração, essas formulações e imagens ainda hoje permanecem relacionadas com esse universo, conformando um imaginário sobre os sertões e suas populações, o que reafirma a importância desta discussão no sentido de ampliar o entendimento sobre a história e a cultura dos sertões e dos sertanejos na caatinga pernambucana.

Palavras-chave: Sertão, Capitania de Pernambuco, Relatos, Imagens, Cultura, Sertanejos, Gado, Rio São Francisco.

ABSTRACT

This research raises and analyzes the images that were built on the sertões of the captaincy of Pernambuco through four reports written by authors who somehow experienced these lands in loco, and who had their texts written and/or published in the time frame that goes from 1774 to 1820, that is, between the end of the 18th century and the beginning of the 19th century. The first of these sources is anonymous, the second by Father Manuel Aires de Casal, the third by the traveler Henry Koster, and the fourth by the naturalists Spix and Martius. In these reports it is possible to find a series of important information about life in the Pernambuco backlands, about the populations that settled there and also about the country culture that was consolidating in those corners of the caatinga, mainly thanks to livestock. It was possible to verify that these images about the sertões of Pernambuco and its people contained in the reports form, together, some recurring categories, which were identified by this research and listed in the final considerations of the work. This amalgamation of complex ideas came to be directly associated with the backlands of the Northeast portion of Portuguese America in general, and with the country culture of the so-called “Leather Civilization”, as Capistrano de Abreu would say. Inscribed in the long term, these formulations and images still today remain related to this universe, forming an imaginary about the sertões and their populations, which reaffirms the importance of this discussion in the sense of expanding the understanding of the history and culture of the sertões and the sertanejos in the Pernambuco caatinga.

Keywords: Backlands, Captaincy of Pernambuco, Reports, Images, Culture, Sertanejos, Cattle, São Francisco River.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa “Bacia do São Francisco” (2010)	28
Imagem 2 – Mapa “Caminhos do gado no século XVII” (2016)	35
Imagem 3 – Mapa com detalhe do trecho pernambucano da viagem de Henry Koster “Viagens ao Nordeste do Brasil” (2019)	78
Imagem 4 – Figura de um vaqueiro – “Certanjero or Cattle Driver from the certao of Pernambuco” (Charles Landseer, s/d)	99
Imagem 5 – Mapa com detalhe do trecho pernambucano da viagem de Spix e Martius “Viagem pelo Brasil” (2019)	110

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – O processo de colonização dos sertões das Capitanias do Norte da América Portuguesa	19
Capítulo II – Os sertões pernambucanos descritos pelo relato de um autor anônimo do século XVIII	46
Capítulo III – Padre Manuel Aires de Casal e a narrativa da sua experiência em territórios sertanejos pernambucanos	64
Capítulo IV – O relato de Henry Koster sobre a sua viagem pelos rincões da capitania de Pernambuco	77
Capítulo V – A narrativa dos naturalistas Spix e Martius sobre a sua viagem pelos sertões mais recônditos de Pernambuco	108
Considerações Finais	137
Fontes e Bibliografia	154

INTRODUÇÃO

Se a costa litorânea e suas imediações foram palco da maior parte dos acontecimentos estudados pela historiografia do período colonial brasileiro, essa dissertação se filia a outro cenário geográfico, uma vez que se trata de um estudo em que os eventos se deslocam geograficamente em direção aos sertões, ainda que contando com a participação de atores saídos da costa. Aqui o litoral aparece como coadjuvante, pois o protagonismo da história a ser contada está reservado às paragens remotas e agrestes da América portuguesa, onde o sertão imperava com sua rusticidade, imensidão e um tanto de mistério.

O objetivo deste trabalho está centrado no levantamento e na análise das imagens que foram construídas sobre os sertões da capitania de Pernambuco por meio dos relatos escritos por quatro autores: o primeiro deles é um autor anônimo, dado que o texto não traz a autoria; o segundo é o padre Manuel Aires de Casal; o terceiro refere-se ao viajante de origem inglesa Henry Koster; e por fim, o quarto tem uma dupla como autores, formada pelos naturalistas bávaros Spix e Martius. Levando em consideração a natureza destas narrativas e a forma como foram escritas, é possível dizer que todos esses autores vivenciaram *in loco* regiões dos sertões pernambucanos, o que acresce sobremaneira a relevância dos seus escritos como fontes históricas. Com base neste critério fundamental estes documentos foram selecionados como fontes desta pesquisa.

Os textos em questão foram escritos e/ou publicados no recorte temporal que vai aproximadamente de 1774 até 1820, o mesmo recorte escolhido como período histórico dessa pesquisa, pois ao trabalho interessa justamente olhar para o sertão pernambucano entre a fase final do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, tendo em vista que nesse período a cultura sertaneja já havia atingido certa consolidação e amadurecimento, decorrentes da ocupação colonial nas décadas anteriores. Em busca desse olhar, é possível encontrar nestes

relatos uma série de informações importantes sobre a vida nos sertões de Pernambuco, sobre as populações que lá se estabeleceram e também sobre a cultura sertaneja ali constituída. Para se compreender esse universo, procedeu-se à análise e discussão das fontes, dialogando ao mesmo tempo com a historiografia, num exercício de cotejamento entre os relatos e as evidências históricas disponíveis. Vale ressaltar que estas fontes integram parte dos escassos relatos disponíveis sobre os sertões pernambucanos da época colonial, os quais permitem ao estudioso identificar diferentes aspectos da cultura e dos modos de vida sertanejos.

A colonização destes recônditos territórios pela “pata do gado” essencialmente, contribuiu de forma determinante para o desenvolvimento de uma cultura sertaneja absolutamente *sui generis*, muito diferente da cultura que havia se construído nas vilas da costa, nas quais a influência da metrópole com sua cultura europeia era muito maior, e também onde a ocupação do território já havia se consolidado há mais tempo, desde os primórdios da chegada dos portugueses, graças à exploração do pau-brasil e à produção do açúcar¹. O mundo sertanejo estava muito distante do mundo litorâneo, não apenas no sentido geográfico, mas também, e principalmente, no sentido cultural da experiência ali vivenciada. As imagens reveladas pelos relatos ajudam a explicitar estas diferenças e singularidades.

No intuito de compreender o processo das mudanças históricas ocorridas nos sertões mais profundos das Capitanias do Norte, mais precisamente na sua porção pernambucana, bem como a formação ali de uma nova sociedade colonial, a chamada “sociedade sertaneja”, ou

¹ O conceito de território utilizado ao longo desta pesquisa as baseia na definição híbrida desse termo proposta pelo geógrafo Milton Santos em 1994 no artigo *O retorno do território*. Para Santos (p. 16), o território são formas geográficas, mas para além disso, “o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, e dessa forma, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Em suma, “é a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região”. Por fim, o autor ressalta que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede” e dessa forma pode-se entender os sertões das Capitanias do Norte no período colonial, não apenas como regiões próximas umas das outras, conectadas pela natureza e geografia comum, mas também entendidas como lugares ligados e relacionados pela rede sertaneja que neles se formou graças a ocupação dessas regiões agrestes principalmente pela pecuária, em um território “marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente” (p. 17).

“civilização do couro”, como diria Capistrano de Abreu, essa dissertação investiga os principais aspectos das dinâmicas de colonização dessas áreas. Neste sentido, a investigação tem como ponto de partida o início da colonização dos sertões, relacionando tal processo aos interesses que motivaram o devassamento e ocupação dessas terras, tanto por parte dos colonos oriundos da zona litorânea, quanto da Coroa portuguesa.

O foco dessa pesquisa é o levantamento e interpretação das narrativas elaboradas sobre os sertões, as quais fornecem um conjunto de formulações e imagens a respeito deles. Parte-se do pressuposto de que tais ideias constituíram um imaginário sobre os sertões e sua cultura, transitando entre a percepção deles como um lugar “mítico” e desconhecido, do qual ainda pouco se sabia até a metade do século XVII, até um território com contornos definidos, no início do século XIX. De acordo com Jacques Le Goff (1994), a realidade moldou o imaginário, e esse também moldou a realidade, e partindo deste princípio, o que estes autores puderam relatar sobre os sertões foi moldado pela realidade que eles vivenciaram naqueles rincões, mas também foram ideias que moldaram o imaginário que se construiu sobre aquelas terras tão agrestes e distantes². A definição de imaginário que orienta essa pesquisa tem como princípio o entendimento proposto por Le Goff, que elucida:

O imaginário é muito frequentemente confundido com aquilo que designamos por meio de termos vizinhos cujos âmbitos se interpenetram parcialmente mas que devem, todavia, ser cuidadosamente distinguidos. Em primeiro lugar, a representação. Esse vocábulo, de uma grande generalidade, engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstração. [...] O imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora [...]. (LE GOFF, 1994, p. 11-12).

Em artigo que discute a questão do imaginário para o campo da pesquisa em história, intitulado *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*, de 1995, a historiadora Sandra Jatayh Pesavento esclarece que para Le Goff, a representação “é tradução mental de

² “Tânia Navarro Swain considera que o imaginário possui uma “atividade criadora circular” em relação ao real, pois o cria ao mesmo tempo em que é criado. Conclui a autora que ‘encontramos, desta forma, o imaginário e o real não como opostos, mas como dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado; imaginário e real não se distinguem, senão arbitrariamente’ (SWAIN, 1994, 56).” (ESPIG, 2003, p. 53).

uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração” (p. 15). Por sua vez, o imaginário “faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (p. 15), sem contudo, serem expressões literais da realidade. De acordo com a autora:

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Seguindo a argumentação de Pesavento, é importante mencionar que no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas vão além do sentido manifesto, e por isso, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. Transposta para a discussão dessa dissertação, é possível dizer que o imaginário sobre o sertão pernambucano no período abordado evocaria um sertão não presente, ou seja, ausente na realidade daqueles que liam a respeito dele no relato dos autores, ou seja, das pessoas que moravam no litoral da colônia ou na Europa. A partir dessas ideias, presentes nos relatos, formou-se um imaginário mais amplo a respeito desse sertão.

Essas imagens construídas sobre as regiões sertanejas influenciaram tanto a forma como a Coroa portuguesa conduziu a colonização nestes territórios, quanto o modo como essa terra e seus habitantes ficaram conhecidos no resto da colônia, e serviram para justificar, por exemplo, muitas das ações truculentas tomadas em torno dela, como as tentativas de levar a “civilização” por via da guerra onde supostamente havia apenas o vazio e/ou a barbárie dos nativos³. Todas estas questões fizeram parte de um longo e descontínuo processo de devassamento e transformação dos sertões do Norte, uma história cheia de avanços e recuos – com muitos

³ “[...] é importante que se tenha em vista que intervêm no processo de formação do imaginário coletivo manifestações e interesses precisos. Não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema.” (PESAVENTO, 1995, p. 23).

conflitos de extrema violência que dizimaram milhares de indígenas que habitavam estes interiores – e que se tornou um importante marco na história colonial do Brasil.

Vale ressaltar que é possível acessar, ao menos parcialmente, a realidade desses sertões através dos relatos dos autores que neles estiveram, identificando os aspectos que são recorrentes nestes textos, e que formaram o imaginário sobre o sertão da caatinga pernambucano no período colonial, cruzando essas informações por eles descritas com a bibliografia disponível, num diálogo crítico e rigoroso, que esta dissertação se propôs a realizar.

Estudar o sertão, contudo, implica lidar com um objeto complexo, revestido por significações múltiplas, de natureza geográfica, histórica, imaginária, social, econômica, política e cultural. Partindo da premissa de que não existia apenas um sertão no período colonial, impõe-se a necessidade de particularizar os sertões de que trata a presente pesquisa, de acordo com o contexto geográfico e temporal proposto pelo trabalho. Para tanto, é fundamental explicitar, com mais clareza e rigor, que o objeto dessa investigação é o sertão mais profundo da capitania de Pernambuco – que abarcava então um território que não corresponde ao do atual estado de Pernambuco.

Os limites da capitania de Pernambuco foram mudando de traçado ao longo do período colonial, tendo sido o seu território alargado e reduzido em diferentes momentos, mas vale dizer que essa capitania fazia parte de um território ainda maior, uma grande área formada pelas chamadas “Capitanias do Norte”, mais precisamente por regiões que correspondem aos territórios dos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Os sertões das Capitanias do Norte eram muitos portanto, e estavam distribuídos em diferentes regiões. Os sertões pernambucanos faziam parte deste imenso conjunto de terras agrestes da caatinga, e neles se destacou a atividade da pecuária, desenvolvida de forma expressiva em seus pastos, na medida em que a expansão territorial

cresceu continente adentro, já nos idos finais do século XVII. Importante levar em conta que, apesar das particularidades regionais de cada capitania, em um sentido mais amplo estes sertões das Capitanias do Norte guardavam entre si muitas semelhanças, devido à grande proximidade e similaridade das regiões. Compreende-se assim que algumas questões mais gerais se replicavam nos diferentes sertões da época, como por exemplo, a atividade pecuária, desenvolvida de forma bastante parecida em diversos territórios sertanejos análogos.

Em alguns momentos desse estudo, as fronteiras territoriais mais institucionais e formais entre os sertões das capitanias vizinhas a de Pernambuco serão ultrapassadas, e a leitura do relato será transposta para o recorte deste trabalho. Trata-se de uma forma coerente de entender o contexto destas regiões de forma mais ampla e em sintonia com a realidade daquele momento, pois não se tratavam de mundos sertanejos apartados por delimitações geopolíticas, que aliás, não faziam sentido algum fora do papel. Na realidade estas regiões agrestes estavam irmanadas, e portanto, assume-se que grande parte do que foi dito sobre os sertões da caatinga pernambucanos também é válido para a realidade que havia nos sertões vizinhos e de mesma natureza, como é o caso da Bahia por exemplo.

A conquista dos sertões da porção Nordeste da América portuguesa caracterizou-se como um processo longo, violento e cheio de incertezas. Em um primeiro momento, a ideia de sertão figurava no imaginário colonial principalmente como sinônimo de terras distantes da costa, como grande espaço a ser explorado, conquistado e civilizado; depois, chegou o momento de os colonos superarem estas distâncias e se lançarem rumo aos interiores mais profundos da capitania de Pernambuco e regiões vizinhas. A maior parte dos fluxos de adentramentos rumo a oeste do território partiu de expedições com origem na Bahia e em Pernambuco. Para empreender tamanho intento, foi preciso vencer a resistência dos povos indígenas que ali habitavam bem antes da chegada dos europeus, tomando-lhes à força suas terras, e criar

estratégias para superar as asperezas da caatinga – mais um grande desafio para o estabelecimento dos currais e povoações naquelas veredas causticantes.

A ideia de um sertão “incivilizado” e, ao mesmo tempo, próspero nas suas potencialidades econômicas predominou nesse momento⁴. Foi a partir da segunda metade do século XVII, mas com maior ênfase no início do século XVIII, que estes sertões pernambucanos e das Capitanias do Norte em geral sofreram grandes transformações, passando de regiões incógnitas para palco de violentas guerras entre indígenas e colonos, até se tornarem localidades em grande parte ocupadas pelas fazendas de gado e pelas primeiras vilas sertanejas, ainda que a tensão e os conflitos com os indígenas não tenham acabado em definitivo. Vale mencionar que esses conflitos continuam a fazer parte do cotidiano nos sertões da caatinga até hoje, como por exemplo a batalha travada pelos indígenas da etnia Truká buscando o reconhecimento legal de posse das suas terras nos sertões de Cabrobó em Pernambuco, terras visadas e constantemente invadidas pelos fazendeiros locais.

Esse processo de conquista foi mais intenso e decisivo no decorrer do século XVIII, quando o foco na conquista territorial ganhou maior destaque para a empresa colonial, num movimento que passou a formar enclaves e franjas pioneiras nas paragens sertanejas do Nordeste da América portuguesa. Nos capítulos que seguem, a discussão abordará vários aspectos da história desse percurso até adentrar no início do século XIX, visando compreender, através do relato dos autores da época como era a vida, o povo e a cultura sertaneja, resultantes de uma nova forma de experiência social, e os aspectos pertinentes ao imaginário relacionado a estas terras e a quem lá vivia.

⁴ “A ideia de incivilidade associada ao espaço-sertão foi algo que, cristalizado a partir do olhar dos litorâneos, transpassou séculos chegando ao início do século XX, associado à figura do religioso fanático, do valentão, do cangaceiro, enfim do sertanejo forte, bruto, resistente. O olhar do não sertanejo consolidou desta forma o sertão como uma espécie de “fronteira da repulsa”, na medida em que esse espaço foi concebido por muitos como rude, incivilizado, violento, atrasado.” (GUEDES, 2013, p. 72).

No capítulo I, será traçado de forma mais detalhada o contexto histórico do processo de colonização dos sertões das Capitanias do Norte da América portuguesa, visando principalmente reconstituir aspectos dessa história referentes a capitania de Pernambuco, desde os primeiros momentos da chegada dos portugueses no Brasil, e a forma como lidaram com os interiores do território, seguindo o desenrolar dos acontecimentos até o momento em que passam a ocorrer os adentramentos aos sertões e a posterior ocupação desse território sertanejo por colonos e fazendas de gado, dando origem ao que será entendido como cultura sertaneja. No capítulo II, terá início o exercício de análise propriamente dito, das fontes selecionadas pela pesquisa, começando com os sertões pernambucanos descritos pelo relato de um autor anônimo já nos idos finais do século XVIII. No capítulo III, a análise segue com o Padre Manuel Aires de Casal e a narrativa da sua experiência em territórios sertanejos pernambucanos.

No capítulo IV, a fonte a ser trabalhada é o relato de Henry Koster sobre a sua viagem pelos rincões da capitania de Pernambuco, um texto bastante rico para a compreensão de aspectos culturais desse mundo sertanejo colonial já consolidado. No capítulo V, fechando a análise das fontes, o texto a ser examinado é a narrativa elaborada pelos naturalistas Spix e Martius sobre a viagem pelos sertões mais recônditos de Pernambuco no início do século XIX. Por último, as considerações finais encerram o trabalho, trazendo um breve resumo das discussões apontadas, entrelaçado com os resultados construídos a partir de uma lista de categorias elaboradas com base nas ideias e imagens recorrentes nos relatos estudados. Como resultado dessa trajetória de pesquisa, derivou-se um entendimento muito significativo sobre a história e a cultura construídas essencialmente pelos sertanejos nos confins da caatinga pernambucana até o os primeiros anos do século XIX, e que marcaria em definitivo a experiência social nestes sertões e o imaginário produzido a este respeito.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA

O território hoje pertencente ao Brasil tem dimensões continentais, de uma vastidão incomum se comparado aos demais países formados ao longo da era moderna. Os primeiros portugueses que aqui se estabeleceram e seus descendentes enfrentaram empecilhos de diversas naturezas, que dificultaram, num primeiro momento, a fixação na costa litorânea, e posteriormente, o adentramento nas porções mais orientais, que permaneceram por muito tempo incógnitas. A enorme extensão da América portuguesa somada às características geográficas difíceis em vários pontos do território, mais a presença de indígenas hostis aos estrangeiros e a gama enorme de doenças tropicais mortíferas, sem dúvida, atrapalharam a mais célere e efetiva entrada e fixação dos colonizadores terra adentro. Fatores como estes confluíram para que a empresa da colonização no Brasil se limitasse às regiões litorâneas, sem adentrar de forma intensa e sistemática nas vastas terras continentais desconhecidas⁵, apenas palmilhadas por expedições pontuais em busca de possíveis riquezas minerais e captura de indígenas⁶. Essa foi uma das primeiras “marcas” da colonização portuguesa nos trópicos:

Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam, geralmente, de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. Acomodando-se à arribada de navios mais do que ao acesso do interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do oceano. Em tais paragens, tratam os portugueses de provocar um ambiente que se adapte à sua rotina, às suas conveniências mercantis, à sua experiência africana e asiática. (HOLANDA, 1990, p. 11).

⁵ “Para os primeiros povoadores portugueses, o essencial da terra brasileira foi o litoral e o Planalto Atlântico. Na zona litorânea e sublitorânea desta parte do país observavam-se condições relativamente homogêneas para as atividades iniciais dos colonizadores lusitanos [...] Por toda parte, a despeito das diferenças fundamentais apresentadas pela porção interior da metade norte do Brasil tordesilhano, existiam traços comuns nas paisagens que o colonizador encontrava a partir da costa.” (AB’SABER, 2011, p. 199).

⁶ “É o caso da expedição de Brás Cubas (1560-1561), cujo relato se perdeu, mas da qual se tem notícia, por correspondência que ele próprio escreveu ao rei, em 1562. De Santos, Cubas comandou uma expedição que teria subido a serra do Mar, passando pelo Vale do Paraíba, atravessando a serra da Mantiqueira e atingindo, finalmente, o sertão do rio São Francisco, depois de percorrer cerca de 1800 quilômetros.” (MICELI, 2012, p. 209).

Tal contexto evidencia que nestes primeiros momentos após sua chegada, os portugueses não contavam com um projeto de colonização bem ordenado e sistematizado. Pelo contrário, a colonização se desenvolvia à medida em que as ações no território iam progredindo e que se tomava conhecimento das extensões dos domínios e suas potencialidades⁷. É necessário levar em conta também que no início do período colonial no Brasil, não havia ainda uma densidade populacional volumosa o suficiente a ponto de ser possível deslocar grupos de colonos para povoar as porções mais ao interior do imenso território. Aliás, já era desafio suficiente naquele momento para Portugal, um país pequeno e sem densidade populacional excedente, conseguir gerenciar e povoar as faixas litorâneas da extensa América portuguesa.

Remontam aos primórdios da história colonial as primeiras referências sobre como seriam estas porções longínquas de terra, designadas homogeneamente de “sertão”. Naquele momento, toda e qualquer porção de terra que se situasse mais ao interior da costa era entendida como “sertão”, parte de um imenso e incógnito território ainda não devassado pelos colonos, em regiões desconhecidas que suscitavam medo e curiosidade. Autor de um capítulo clássico e inaugural sobre a história dos sertões no Brasil, intitulado *O Sertão*, Capistrano de Abreu contrastou a colonização do litoral com a do interior do território de forma concisa:

Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a propriedade real nunca bafejaria o proprietário. [...] patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis [...], a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. (ABREU, 1982, p. 131).

A base econômica da colônia naquela altura assentava-se principalmente sobre a produção de açúcar e demais cultivos agrícolas e extrativistas para a exportação, atividades que eram mais facilmente desenvolvidas junto ao litoral ou próximo dele. As terras localizadas bem

⁷ “No seu conjunto, e vista no plano mundial, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.” (FAORO, 2012, p. 136).

mais distantes da costa demoraram para serem devassadas e ocupadas. Nos sertões da porção Nordeste da América portuguesa, onde se encontrava o interior mais profundo da capitania de Pernambuco, objeto dessa pesquisa, foi principalmente a atividade da criação de gado que mais impulsionou diversas frentes de conquista e colonização, que, devido às adversidades ambientais que apresentavam, restringiam as possibilidades de atividades agrárias ou colonizadoras⁸. A pecuária foi então uma saída possível para que se viabilizasse a povoação destes interiores severos dominados pela caatinga, e por isso ela se constituiu como uma das poucas atividades econômicas rentáveis, “pois o gado a si próprio se transporta. E foi a pecuária que deu ao homem colonial a noção do valor econômico das áreas que não apresentavam riquezas minerais e que não se prestavam à lavoura comercial.” (PETRONE, 2011, p. 245). Sem a extrema adaptabilidade que se desenvolveu no criatório bovino, teria sido ainda mais dificultoso o processo de colonização dos sertões da caatinga.

Estes confins do Norte, contudo, não se deixaram adentrar tão facilmente. A resistência imposta por suas características ambientais foi definitivamente um relevante fator ecológico⁹ bastante hostil para o avanço rumo ao interior, o que retardou sua conquista e ocupação. Mas para além dos desafios impostos pela natureza, havia ainda outra das mais tenazes asperezas a serem vencidas pelas frentes de conquista, e sem dúvida, a principal delas: os milhares de indígenas bravios que habitavam por todas aquelas terras mais recônditas. Antes de conquistar e levar o gado para os sertões, foi necessário tomar à força e com extrema violência os territórios do interior dos povos nativos, que não estavam dispostos a sair das suas terras.

⁸ “Mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, que andaram por toda parte, mas que exploram apenas e não fixam povoadores. De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica.” (PRADO JR., 2011, p. 37-38).

⁹ “O clima nordestino coincide com a área de domínio das caatingas. Trata-se do tipo climático onde a média do calor anual é a mais elevada do país. Entretanto, suas precipitações são escassas e irregulares, comportando totais quase dez vezes menores do que os de certas áreas da Amazônia. Sujeito predominantemente a precipitações de verão, o clima nordestino apresenta médias anuais que oscilam entre 300 e 600mm apenas.” (AB’SABER, 2015, p. 75).

Se nas áreas litorâneas e mais próximas da costa eram os povos indígenas de matriz Tupi que dominavam o espaço – indígenas que mantiveram contato e alianças com os portugueses desde o início da colonização, nas porções mais distantes da colônia, léguas e léguas distantes do litoral, a realidade era bem diferente. Os interiores da América portuguesa, mais precisamente na sua porção Nordeste, eram habitados por etnias indígenas muito distintas entre si, de matrizes étnicas e línguas diversas. Além disso, esses indígenas formavam grupos menos densos e menos concentrados se comparados aos de origem Tupi, além de terem hábitos nômades, o que os levava a migrar para novas regiões de tempos em tempos.

Nos primeiros momentos da colonização, o contato com esses indígenas foi escasso e pouco se sabia sobre eles, mas, com o avanço da empresa colonial nos idos do século XVII essa realidade mudou. Eles começaram a ser chamados genérica e pejorativamente de “tapuias”, e passaram então a constituir um dos maiores entraves para os adentramentos da empresa colonial rumo aos sertões das Capitanias do Norte. Sobre a história que envolve estes indígenas, é importante constar que “as fontes são omissas quanto à descrição dos povos nativos do sertão. Suas formas de expressão cultural foram registradas sob forte apelo ideológico, dando vazão ao etnocentrismo dos cronistas dos séculos XVII e XVIII, que ampliaram o imaginário da barbárie.” (GALINDO, 2017, p. 40). Interessa abordar aqui o contexto tenso de expansão da economia do gado, responsável pela interiorização do domínio português neste território; para tanto, é importante discorrer brevemente sobre os discursos até então vigentes sobre o sertão, uma vez que eles tiveram impacto na forma como ele foi devassado, ocupado e colonizado.

Para que a ideia de sertão no período colonial possa ser compreendida, é necessário que ela seja remetida ao sistema imaginário do qual ela fazia parte desde sua origem, e que vigorava naquela época na zona açucareira. Kalina Vanderlei Silva, autora da tese *Nas solidões vastas e assustadoras: Os pobres do açúcar e a conquista do sertão pernambucano nos séculos XVII e XVIII*, de 2003, analisou esse imaginário dominante nas vilas do açúcar. De acordo com ela:

Se um imaginário é um sistema de representações e valores existentes dentro de determinada sociedade [...] é possível identificarmos um sistema de valores dominante na sociedade urbana açucareira; um conjunto de valores e ideias aceitas e impostas como verdadeiras [...]. Desse sistema de valores dominante [...] nascem discursos que vão legitimar as ações da Coroa e dos colonos no sertão. (SILVA, 2003, p. 16).

Tal conjunto de ideias compartilhado pela sociedade urbana nas vilas do açúcar era formado, portanto, por um sistema de valores bastante complexo, que incluíam ideias arraigadas na cultura portuguesa, somadas a concepções nascidas da própria experiência da colonização. A partir dessas referências, a ideia de sertão foi sendo gestada e difundida, “parece ser um termo oriundo de *desertão*, de *deserto*: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa. Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado o interior, o espaço longe da costa.” (SILVA, 2003, p. 189). Estas formulações associadas à palavra sertão passaram então a fazer parte do acervo de imagens que floresceu em torno desses lugares. Referiam-se à ele ideias, que iam formando por sua vez imagens, inclusive mentais, como a de um espaço ainda não muito bem delimitado, percebido como uma espécie de antítese do que seria a imagem da civilização, o que tornava o sertão uma área selvagem por definição, bárbara, temida e idealizada como espaço de riquezas a serem descobertas e de liberdades ilícitas a serem desfrutadas por aqueles pouco afeitos às leis¹⁰.

Tais ideias sobre o sertão influenciavam o modo de vida e as relações que se estabeleciam entre os indivíduos de diferentes estratos sociais. Neste cenário, por exemplo, prevalecia um profundo desprezo pelo trabalho manual por parte das classes mais abastadas. De maneira bastante distinta, desenvolveu-se a vida nos sertões, onde os oficiais mecânicos podiam ascender socialmente através dos ofícios manuais ligados à terra, ao gado e ao couro principalmente. É justamente esse imaginário, resultante de um conjunto de ideias provenientes

¹⁰ “[...] eram aqueles confins apenas entremostrados que prometiam imensas riquezas atiçadoras da cobiça dos europeus [...] Mesmo que as promessas de riqueza fácil acabassem desmentidas pelas experiências mais duras da história vivida, foram elas que animaram a cobiça dos conquistadores desde os primeiros anos da chegada ao Novo Mundo, pondo em marcha o largo movimento de ocupação do sertão.” (MICELI, 2012, p. 209).

da cultura ibérica e da experiência colonial local, que vigorava nas vilas do açúcar, que significou os interiores da colônia como “sertão”¹¹.

Nesse sentido, “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, advinda da sua experiência com o processo de colonização das suas possessões ultramarinas. De forma geral, tratava-se de um conceito muito marcado por ideias pejorativas sobre estas porções de terra distantes do mundo que se conhecia na costa e das suas referências de civilização. Mas para alguns colonos, a ideia de sertão prestou-se a outros modos de percepção, e foi significada de maneira bastante oposta àquela de cunho depreciativo, assumindo assim uma categoria de lugar da liberdade e da esperança¹². Foi assim que:

Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz [...] Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava. (AMADO, 1995, p. 149-1150).

Sobre os primórdios do conceito de “sertão” aplicado às terras brasileiras, o historiador Eivaldo Fagundes Neves (2012, p. 16) recorda que: “A categoria geográfica *sertão* atravessou o Atlântico com as caravelas de Cabral. O escriba da frota, na carta ao rei de Portugal, fez uso dela para significar o espaço interior contraposto ao litorâneo”. Ainda de acordo com o autor, além da carta de Caminha, os textos das cartas de doação das capitanias hereditárias, datados de 1534, também fizeram uso da palavra “sertão” como referencial de território interior e afastado do litoral. Durante todo o período de conquista e ocupação da América portuguesa,

¹¹ “O padre Raphael Bluteau, em seu dicionário publicado entre os anos de 1712 e 1721, em oito volumes, descreveu a palavra sertão como uma “região apartada do mar e por todas as partes, metida entre terras”. Percebe-se claramente que há, na definição do dicionarista, uma oposição entre costa e sertão [...]. O sertão era a região do desconhecido, do descontrole e, portanto, de perigos para os civilizados [...]. Logo, era um local que precisava ser controlado para não colocar em perigo o projeto de colonização.” (AMANTINO, 2014, p. 96).

¹² “Para os indígenas, quilombolas e outros transgressores da ordem colonial, o sertão era o espaço de refúgio. Longe dos braços armados dos exércitos, da polícia, dos padres e dos traficantes de escravos, podiam instalar núcleos de uma outra civilização, pouco afeiçoada aos mecanismos da alta produtividade e da apropriação do trabalho. Algo tão distante da formação da sociedade colonial que, aos olhos dos colonizadores (e dos seus descendentes), parecia o caos, a ausência. A pobreza contudo podia ser o ambiente de uma maior liberdade.” (NEVES e CÂNDIDO, 2017, p. 8-9).

esse vocábulo foi usado como sinônimo de “fronteira da colonização”, gênese da ideia de sertão como contrário de litoral, e de selvagem *versus* civilizado:

Na lógica do colonizador estabelecido no litoral, o “Sertão” se constituiria um espaço vazio no imaginário da sociedade colonial, indomado e selvagem, terra de índios bravos, do medo, em oposição ao “espaço social ocupado”. Seria “o lugar da desordem” e da rebeldia, ou da “outra ordem”, e a cidade, o “espaço privilegiado de atuação do elemento colonizador”, onde se entabulariam as “relações mais significativas entre os diferentes grupos sociais”, portanto, o “universo-síntese da ordem social”. (NEVES, 2012, p. 36).

A questão da fronteira foi então, desde o início do período colonial, incorporada à ideia de sertão na América portuguesa, justamente na oposição deste território em relação ao litoral. A imagem que se formou era a de que o sertão começava no limite onde o desconhecido também começava, e por isso, suscitava medo. No entanto, muitos foram capazes de transpor essa fronteira ameaçadora graças à sua determinação e coragem, pois acreditavam poder encontrar justamente naqueles confins profundos uma possibilidade, uma saída, uma promessa, fosse de uma nova vida, fosse de riqueza, ou até mesmo de algum reconhecimento social.

Essa ideia de sertão em completa oposição à experiência “civilizada” da vida nas cidades litorâneas se difundiu ao longo de todo o período colonial, e de certa forma, resquícios dela permanecem ainda hoje no imaginário popular, o que nos ajuda a compreender as raízes mais profundas da história sertaneja e a cultura na qual ela está inserida. Em um capítulo primoroso sobre o tema, denominado *Fronteiras no Brasil Colonial*, o historiador John Russell-Wood discorre com mais detalhes sobre a ideia de sertão vigente naquele período:

Sertão não era uma palavra neutra. [...]. Os sertões eram regiões normalmente não habitadas pelos portugueses. O sertão passaria a ser visto como a personificação de uma força disruptiva e potencialmente perigosa. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia acabavam onde o sertão começava. O conceito era essencialmente etnocêntrico, concebido pelos administradores coloniais, missionários católicos, e colonos que se orgulhavam de serem os representantes da civilização assim entendida pelos portugueses. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280).

Carregadas destes significados, as narrativas sobre o sertão foram sendo construídas na América portuguesa, desde o século XVI, por diferentes interlocutores, difundidas nos mais

diversos meios, calcadas frequentemente a partir de uma oposição fundamental que se estabelecia entre as regiões colonizadas e prósperas do litoral e aquelas ainda não inseridas na jurisdição metropolitana, e assim, deram o tom das relações que foram se traçando entre o litoral e os interiores do território. Em grande parte destes qualificativos associados ao sertão de forma geral, encontram-se ideias que o colocavam em um plano de inferioridade em relação às regiões mais costeiras de colônia, onde as cidades maiores e mais estruturadas se localizavam. Daí o forte ímpeto da ideia de “civilização”, já apontado nos textos de cronistas coloniais desde o século XVII, e que também passou a ser associado a estes locais mais interiores como um objetivo a ser cumprido, e colocou por sua vez, a imensa responsabilidade nos colonos de levar o que era entendido por eles como “civilidade”, “bons modos” e “ordem social” aos rincões por eles vistos como “incultos”, “selvagens” e “desordenados” das Capitânicas do Norte¹³.

As fronteiras da América portuguesa ainda não estavam definidas nesta altura. Não se sabia com muita precisão onde começava e onde acabava cada território e quais eram os limites reais e exatos de cada capitania – que inclusive foram mudando de tamanho ao longo do tempo, principalmente nas regiões mais distantes, pois não havia condições técnicas de se empreender tais medições. A problemática da dinâmica territorial difusa influirá nesta pesquisa no sentido que, com certa frequência, os limites ditos “oficiais” da capitania de Pernambuco serão ultrapassados, quando se fizer necessária alguma menção à capitânicas próximas ao território pernambucano, como a Paraíba e o Ceará por exemplo, e também a capitania da Bahia, outro grande centro que fez parte do complexo estabelecido pela “civilização do açúcar”, onde existiam amplos sertões tão importantes quanto os de Pernambuco. Eram sertões bastante próximos entre si, bem interligados e com fronteiras fluídas por serem vizinhos irmanados em

¹³ Cronistas coloniais do século XVII, tais como Ambrósio Fernandes Brandão (‘Diálogo das grandezas do Brasil’ – 1618); Frei Vicente do Salvador (‘História do Brazil’ – 1630) e Gregório Varela de Berredo Pereira (‘Breve Compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho’ – 1690) apontaram em suas obras a necessidade dos colonos saírem das regiões mais próximas da costa e adentrarem rumo aos sertões mais distantes para colonizar essas regiões e trazer mais prosperidade e mais civilização para estes rincões entendidos por eles como vazios incultos mas que poderiam render riquezas.

um contexto muito semelhante, jamais universos apartados e isolados. Para que os sertões da capitania de Pernambuco possam ser olhados com mais detalhe, essa conexão com os demais territórios sertanejos circunvizinhos precisa ser levada em consideração como parte integrante do processo de formação da cultura sertaneja, pois ele não floresceu apenas em Pernambuco.

Dentro deste contexto territorial dos sertões, é incontestável a importância do rio São Francisco como um dos principais eixos de penetração e expansão dos domínios da Coroa na América Portuguesa. Esdras Arraes observa que este rio irrigava, ao longo do seu curso, “áreas ribeirinhas desde a capitania de Minas Gerais, passando pelas áreas de campos e caatinga da Bahia e de Pernambuco, até chegar à sua foz atlântica”, tendo sido, antes de tudo, “um eixo condutor de povoamento dos sertões da América portuguesa, fator de dilatação das fronteiras do Brasil colonial”, e através do seu curso fluvial “garantia facilidade de comunicação e diminuição da dispersão latente em que viviam os moradores mais interioranos nos séculos coloniais.” (ARRAES, 2013, p. 48). Trata-se de um rio de fundamental para o Brasil, especialmente para as suas porções sertanejas dominadas pela caatinga, muitas delas conectadas e passíveis de serem habitadas principalmente graças às águas do São Francisco, uma verdadeira fonte de vida e esperança nos sertões¹⁴.

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1950), grande estudioso da história colonial do rio São Francisco e de Pernambuco, este extenso rio e seu vale formavam uma verdadeira “artéria” de comunicação entre muitas localidades ao longo de todo o seu curso, importante para o deslocamento de pessoas e de mercadorias por essas regiões cortadas pelo caminho das suas águas. Trata-se de um rio tão importante que até hoje ele é fundamental para a manutenção da vida e da natureza em diversas regiões do país. A criação de gado foi a grande responsável

¹⁴ “[...] o rio São Francisco, ocupando ele próprio um vasto trecho interior [...] serviu de elemento tradicional de ligação entre as áreas sertanejas do Nordeste e as áreas úmidas do sudeste e do sul. Trata-se do único grande rio navegável a cruzar o domínio das caatingas, funcionando como se fora uma espécie de Nilo caboclo.” (AB’SABER, 2015, p. 73).

pela colonização destes sertões e pelas mudanças territoriais, urbanas e econômicas que ocorreram principalmente nas margens do rio São Francisco, graças à grande oferta de água e biodiversidade destas veredas férteis, que em muitos trechos eram rodeadas por terrenos bastante secos e inóspitos. No curso do rio foram se criando vários “oásis”, locais mais seguros graças à presença constante de água, onde a vida poderia prosperar sem ser assombrada pela ameaça das secas. A colonização nas ribeiras franciscanas, tanto na margem pernambucana quanto na baiana, ganhou mais impulso e vulto a partir da segunda metade do século XVII¹⁵.

Imagem 1: Para enfatizar a importância desse imenso rio que corta os sertões, é possível verificar em destaque neste mapa atual do Brasil toda a bacia do rio São Francisco, desde a sua nascente, no estado de Minas Gerais, até a sua foz, entre os estados de Alagoas e Sergipe.



Fonte: “Bacia do São Francisco” (2010) – Ministério da Cultura (IPHAN). Disponível online em <http://portal.iphan.gov.br>

¹⁵ “A concentração do cultivo do açúcar e do tabaco na região costeira encorajou indiretamente a gradual penetração no sertão. Os criadores e guardadores de gado, sendo a grande maioria destes últimos de sangue mestiço – branco, negro e ameríndio – penetraram ainda mais no interior à procura de novos pastos, através do vale do rio São Francisco e de outras estradas naturais. Este movimento tornou-se especialmente perceptível a partir de 1650 [...]” (BOXER, [1969] 2020, p. 298-299).

Abordar aspectos do sertão pernambucano no período colonial implica tratar, ainda que de forma breve, de algumas passagens pertinentes da história da capitania de Pernambuco, pois a conquista do sertão ocorreu a partir de interesses econômicos, políticos e sociais relacionados à porção litorânea da capitania, de onde partiam os adentramentos com destino aos confins mais profundos do território. São histórias entrelaçadas, e que por isso precisam ser contadas levando em consideração essa conexão entre as duas áreas da capitania: a do litoral - berço da colonização mais antiga que se firmou e vigorou graças ao poderoso negócio do açúcar - e a do interior - que foi sendo ocupada de forma muito mais lenta e errática, mas que ainda assim tornou-se peça importante para a máquina da empresa colonial portuguesa empreendida no Brasil graças principalmente à pecuária, a força motriz sertaneja do Norte.

A capitania de Pernambuco foi uma das mais prósperas e ricas de todo período colonial, especialmente na fase anterior à descoberta das minas de ouro no atual estado de Minas Gerais. Sua riqueza floresceu graças à grande produção e exportação do açúcar¹⁶, que enriqueceu vertiginosamente muitos senhores de engenho e suas famílias, formando uma elite local poderosa, batizada por Evaldo Cabral de Mello de “açucarocracia”, ao mesmo tempo em que consolidou a importância dos seus principais centros urbanos, Olinda e Recife e encheu os ávidos cofres da Coroa com tributos advindos do comércio transcontinental desse doce produto tão bem ambientado ao cultivo nos trópicos, tendo se tornado grande fonte de riqueza e cobiça.

O boi, por sua vez, era peça fundamental na economia da capitania pois a maior parte dos engenhos era movido à tração animal¹⁷. Sendo assim, com o aumento progressivo de engenhos em Pernambuco, houve então a necessidade de um número crescente de bois a serem

¹⁶ “Pela altura da ocupação batava, pode-se computar, na faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte ao atual estado de Alagoas, o total de 162 engenhos de açúcar, a grande maioria concentrada em Pernambuco entre a várzea do Capibaribe e o rio Formoso. Praticamente quase todos haviam sido construídos no período compreendido entre o começo da colonização por Duarte Coelho e os anos de 1620 [...]” (MELLO, 2012, p. 18).

¹⁷ “Que o engenho d’água não era sinônimo de nível superior de produção, deduz-se da constatação de que, dos engenhos de maior porte, 66% eram de bois, e 33% de água.” (MELLO, 2012, p. 22).

destinados para o trabalho agrário, acrescido do fato de que também houve um aumento da população, que necessitava destes animais tanto para transporte e locomoção, como para alimentação. Todos estes fatores tornaram necessário que a criação de gado aumentasse exponencialmente para atender às demandas da capitania. Do gado também se extraía o couro, que era matéria-prima base fundamental para a produção de uma série de produtos muito utilizados para diversas finalidades, desde confecção de embalagens, até mesmo para a manufatura de calçados e acessórios. Neste cenário foi sendo constituído um impulso maior e mais organizado rumo ao interior da capitania, pois o gado precisava de amplos espaços para seu devido criatório e pastagem, o que já não havia disponível na faixa litorânea, dominada pelas terras dos engenhos e pelas plantações de cana¹⁸. Para organizar o uso da terra nas regiões mais costeiras e evitar maiores problemas, em 1701 a Coroa expediu uma carta régia na qual passou a proibir a criação de gados em faixas de terra que, partindo da costa, contassem dez léguas adentro, o que na prática isolava estas terras de atividades relacionadas à pecuária, não permitindo que os animais fossem criados em larga escala nas faixas litorâneas mais próximas.

A maior parte dos senhores de engenho, por sua vez, também não tinha interesse nenhum em dispor das suas terras boas e férteis localizadas perto da zona litorânea para investir no criatório de gado, pois esse último, se comparado com a produção de açúcar, não era um negócio tão rentável, e também tratava-se de empreitada menos prestigiosa naquele meio social. Mesmo com a importância incontestável do boi para os engenhos, logo ficou claro que essas terras eram muito valiosas para a produção de açúcar, e não deveriam ser destinadas para outros fins. Portanto, os bois precisariam marchar para bem longe destas localidades mais costeiras, para

¹⁸ “[...] a atividade pecuária que se desenvolveu às margens do São Francisco e aquela que se organizou ao redor das regiões de cultivo do litoral nordestino, visando abastecimento de carne, couro e lenha, funcionaram como um cinturão que protegia as áreas de colonização e, ao mesmo tempo, garantia sua expansão. Desde o século XVI, as áreas da Caatinga da Bahia até o Ceará, na Serra do Ibiapaba, passando por Pernambuco, Sergipe, Paraíba e tocando áreas do Maranhão e Piauí, foram ocupadas com a criação de gado vacum, margeando rios, tributários ou não do São Francisco, onde pequenas vilas e aldeias eram fundadas. Grandes proprietários, missionários, paulistas e vaqueiros percorreram vastas extensões de terras enfrentando todos os perigos [...]” (GESTEIRA, 2012, p. 78).

que pudessem pastar à vontade e se multiplicar sem restrições em largos campos interiores, sem causar qualquer prejuízo ao principal empreendimento da Coroa e dos senhores mais poderosos da capitania. É sabido que alguns destes senhores de engenho, os mais visionários possivelmente, investiram parte do seu dinheiro na expansão do gado rumo ao sertão, pois assim pretendiam diversificar seus negócios e expandir seu cabedal em novas frentes com o estabelecimento de fazendas de pecuária extensiva¹⁹.

Sobre o adentramento da empresa colonial para as faixas de terra distantes do litoral, onde se fixaram os engenhos de açúcar, a historiadora Maria do Socorro Ferraz recorda as circunstâncias da primeira entrada pernambucana da qual se tem registro, datada de 1560, que partiu da costa de Pernambuco rumo aos sertões do rio São Francisco, no empreendimento que deve ter sido o primeiro contato com um território sertanejo da capitania:

A ocupação das terras do sertão já estava prevista no Regimento dado a Tomé de Souza em 1548. Explicitamente indica que esses movimentos com tropas deveriam se adentrar até atingir o rio São Francisco [...] Coube a Duarte Coelho de Albuquerque [filho do primeiro donatário da capitania de Pernambuco] esse empreendimento. [...] reuniu-se ao seu irmão Jorge de Albuquerque e em 1560 realizaram a primeira entrada para a conquista dos sertões do São Francisco. A tarefa inicial realizada reforçou algumas povoações existentes e fundou à beira do São Francisco a de Penedo [...] os conquistadores encontraram uma vigorosa reação dos índios caetés [...]. Durante cinco anos os batalhões formados por brancos, negros e indígenas aliados aos portugueses percorreram a região sertaneja, desde os seus limites ao sul, pelo rio São Francisco, até o extremo norte. (FERRAZ, 2014, p. 188).

Sobre esse avanço pernambucano em direção ao rio São Francisco já no século XVI (com entradas de expedições como a do provedor Francisco Caldas e do capitão Francisco Barbosa da Silva), é importante notar, de acordo com observações do historiador Manuel Correia de Andrade, que logo esse movimento foi desviado do Oeste “para o Norte seguindo a linha litorânea, uma vez que ao Norte o Sertão chegava até o litoral e oferecia boas pastagens para o gado, ao mesmo tempo em que no Litoral Setentrional os franceses constituíam uma ameaça constante à jovem colônia portuguesa.” (ANDRADE, 1964, p. 177). Ainda de acordo

¹⁹ “Durante o século XVII, as vilas açucareiras conhecem o crescimento e diversificação de sua sociedade, ao mesmo tempo em que os colonos abastados iniciam um processo de expansão para o interior, em busca da ampliação de suas propriedades.” (SILVA, 2003, p. 188).

com o autor, seguindo nessa direção dos sertões mais costeiros, no sentido oposto do rio São Francisco, os pernambucanos fundaram a Paraíba, expulsaram os franceses que haviam se acostado nos vales do Mamanguape e do Camaratuba e fundaram Natal no Potengi ou Rio Grande (futuramente Rio Grande do Norte) em 1598²⁰. Vencidas estas primeiras etapas, a arremetida partida de Pernambuco, então dividida em diferentes frentes autônomas, rumou dessa vez com destino às porções mais ao Nordeste do território já devassado, palmilhando a caatinga brava, e seguindo com a conquista dos vales do Açu, do Apodi, do Jaguaribe, do Acaraú e, finalmente, culminou com a expulsão dos franceses do Maranhão e garantiu para a América portuguesa da posse da desembocadura do Amazonas.

Todos esses movimentos iniciais de incursões rumo aos sertões da capitania, mesmo que pontuais e não muito bem sistematizadas, tiveram certo êxito e fizeram parte do primeiro período de colonização portuguesa em Pernambuco, que sofreu uma interrupção brusca em 1630, quando parte do seu território foi ocupado pelas tropas da WIC (Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais). O período que ficou conhecido como “Brasil Holandês” compreende-se entre 1630 e 1654, e tornou-se um dos mais célebres capítulos da história colonial de Pernambuco. Durante este período, o foco holandês na gestão da capitania sempre foi a produção do açúcar, atividade que estava fixada na costa, e que portanto, por uma questão de prioridade, não estimulou os batavos a investir recursos na exploração dos interiores mais distantes e agrestes do território pernambucano. Faltava interesse de qualquer espécie nesse tipo de incursão naquele momento, e por conta destes fatores estratégicos e econômicos a ocupação holandesa se manteve essencialmente fixada nas regiões mais costeiras de Pernambuco e adjacências, sem grandes aventuras nas profundezas mais interiores do território. Inclusive, de

²⁰ “Nas terras secas do Rio Grande do Norte e do Ceará, os pernambucanos iriam desenvolver a pecuária [...] O sertão paraibano seria também invadido e semeado de sesmarias na segunda metade do século XVII por entradas partindo do Leste, com Teodósio de Oliveira Lêdo e por outras vindas do Sul que ocuparam o alto curso do rio Piranhas e a bacia do rio do Peixe. A influência paraibana penetrava os Cariris Velhos até o Boqueirão e daí se estendia a Taperoá, enquanto a baiana e paulista atingia as áreas drenadas pelo Piancó e pelo Piranhas.” (ANDRADE, 1964, p. 177).

acordo com Evaldo Cabral de Mello, “pela altura da ocupação batava, pode-se computar, na faixa litorânea que se estende do sul do Rio Grande do Norte ao centro do atual estado de Alagoas, o total de 162 engenhos de açúcar, a grande maioria concentrada em Pernambuco entre a várzea do Capibaribe e o rio Formoso” (2012, p. 18), todos eles dominados pelos holandeses durante o período em que ocuparam a capitania de Pernambuco, visando o pleno controle da produção de açúcar no território.

De acordo com a historiadora Maria do Socorro Ferraz (2014) esse período correspondente à ocupação holandesa teria feito com que alguns proprietários portugueses fugissem do litoral – ou porque tiveram sua propriedade confiscada pela WIC, ou porque temiam retaliações holandesas contra eles – e se refugiassem em regiões mais ao interior da capitania. Assim, parte destes homens “procuraram local mais seguro para iniciar uma nova atividade – a criação do gado – e passaram a ter relações comerciais com Salvador, como capital do domínio da União Ibérica.” (p. 195). Vale citar que antes de Pernambuco, já mirando o próspero negócio do açúcar na América portuguesa, os holandeses também haviam tentado dominar a capitania da Bahia, durante uma invasão empreendida em Salvador no ano de 1624 e que durou apenas alguns meses, pois depois de intensos conflitos o exército da Coroa portuguesa conseguiu retomar o controle da cidade e expulsar os batavos desta capitania.

Com o fim do domínio holandês em Pernambuco em 1654, começou o que pode ser chamado de “segundo período português” – com a reinserção da capitania na órbita administrativa da Coroa portuguesa até o fim do período colonial, inclusive nos territórios sob controle direto desse governo, que abarcavam a Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí, a Comarca do São Francisco e Itamaracá. De acordo com Pedro Puntoni, em seu livro *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, a movimentação rumo ao interior do território das Capitanias do Norte só passaria a ser mais sistemática de fato justamente após a expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, no

ano de 1654, que se caracterizou em um período “extremamente difícil para a economia açucareira no Brasil”, tendo em vista as expressivas quedas sofridas na exportação do produto.

A Coroa passou então a procurar “uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram então a receber apoio e mesmo a ser financiadas pelo governo-geral.” (PUNTONI, 2002, p. 25). Com parte da empresa colonial finalmente orientada em direção ao interior, o processo de ocupação do sertão pôde ser dinamizado. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de metais preciosos, e assim:

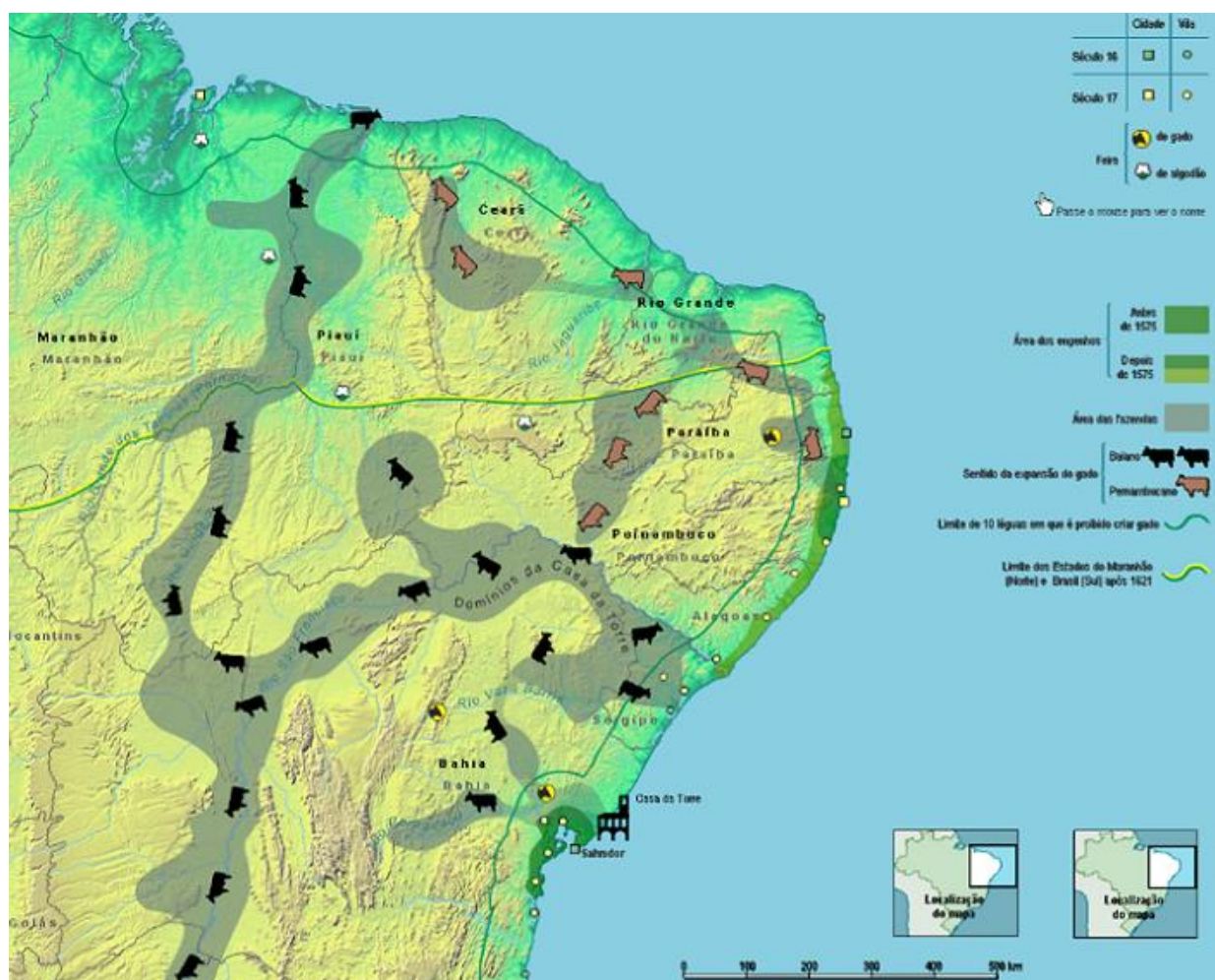
O governo-geral, notadamente a partir de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-75), passou a incentivar e coordenar este movimento de “ocidentalização” da colônia. A expedição de Fernão Dias Pais (1673-81) e o estímulo dado aos paulistas para buscarem as minas do sertão são exemplares desta nova dinâmica. (PUNTONI, 2002, p. 25-26).

Neste contexto de novo direcionamento da empresa colonial na América portuguesa, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, as vilas açucareiras tinham atingido grande crescimento e, devido à queda do preço do açúcar, eram necessárias novas alternativas econômicas²¹. Também foi preciso criar formas de “escoar” o excedente populacional que começou a se formar na faixa litorânea, onde já faltava espaço e oportunidade para todos, sendo fundamental a expansão do território também visando a acomodação de um maior número de pessoas em novas vilas e em novas atividades. Com uma maior atuação do poder régio em ações que se referiam à conquista dos sertões, a Coroa passou então a deslocar o eixo do processo de colonização, que, de acordo com Pedro Puntoni, (2002) pode-se chamar *processo de ocidentalização da empresa colonial*, do qual decorrerá no contexto de Pernambuco, a progressiva ocupação dos sertões desta capitania e das capitanias sob sua influência.

²¹ “A crise da indústria brasileira do açúcar na década de 1680, depois de um século de crescimento e prosperidade, desencadeou uma crise econômica em Portugal. A receita proveniente do comércio colonial caiu tanto que Portugal já não conseguia adquirir manufaturas do exterior [...] No entanto, foi o ouro que transformou a economia luso-brasileira e deu início a uma nova era. A crise econômica havia estimulado a busca de ouro no interior do Brasil. As expedições dos bandeirantes, que começam com a de Fernão Dias Pais, em 1674, tornam-se mais numerosas e determinadas. Finalmente, em 1695, no rio das Velhas, entre a atual Ouro Preto e Diamantina, teve lugar a primeira descoberta expressiva de ouro.” (MAURO, 2018, p. 467-468).

Foi Pernambuco assim, de acordo com a historiadora Maria do Socorro Ferraz (2014), um grande centro irradiador das conquistas dos *sertões de dentro e de fora* – tanto em territórios pertencentes à própria capitania, como em sertões das capitanias próximas, como a do Ceará e Rio Grande – baseando-se na nomenclatura de sertões cunhada por Capistrano de Abreu na sua obra *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Os sertões de fora, tomando como base referencial apenas a capitania de Pernambuco, estariam na faixa do litoral (por isso chamados “de fora”) rumo ao Norte, em direção a Paraíba e ao Rio Grande, já os sertões de dentro estariam à oeste da faixa litorânea rumo ao interior da capitania (por isso considerados “de dentro”), em direção aos sertões do rio São Francisco, do Piauí, e demais regiões fronteiriças.

Imagem 2: No mapa “Caminhos do gado no século XVII”, é possível verificar caminhos da trajetória rumo ao interior percorrida progressivamente pelo gado pernambucano e baiano.



Fonte: Atlas Histórico do Brasil (FGV-CPDOC, 2016). Disponível online em <https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-do-gado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17>

A maior parte dos povoadores da Paraíba, Rio Grande e Ceará veio das capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Os primeiros colonos a se fixarem nestas regiões eram, em sua maioria, homens de pouco cabedal, alguns até mesmo “descendentes de antigas famílias fundadoras da capitania de Pernambuco, como os Albuquerque, os Holanda e os Cavalcanti. O espólio da conquista incluía terras, cargos, comércio desde o açúcar até a escravização de índios.” (FERRAZ, 2014, p. 208). Verifica-se assim que as Capitanias do Norte foram colonizadas, em grande parte, por pessoas saídas de Pernambuco, de ramificações familiares dos primeiros colonos que aportaram na “Nova Lusitânia”, como diria Evaldo Cabral de Mello, e que através dos seus descendentes foram se espalhando por terras distantes e ainda inexploradas, nas quais a pecuária acabou ganhando destaque como atividade econômica principal.

Assim como Pernambuco, é importante citar que igualmente a Bahia foi outro grande e importante centro irradiador das conquistas rumos aos sertões²². Inclusive, de acordo com alguns historiadores teria sido de lá que partiu a maior parte, em volume numérico propriamente dito, de pessoas com destino aos confins de dentro dos territórios sertanejos. Contudo, não há consenso sobre isso na bibliografia sobre o tema, pois não se tem notícia de documentos que possam comprovar tão precisamente tais afirmações estatísticas, que visam, em linhas gerais, garantir uma espécie de protagonismo à esta ou àquela capitania em detrimento da outra. Entretanto, o que mais importa de fato é saber que foi essencialmente destas duas capitanias que partiu a esmagadora maioria dos colonos que passaram a habitar os interiores mais longínquos das Capitanias do Norte, juntamente com algumas levas de paulistas que devassaram e guerrearam contra os indígenas nessas regiões em algumas expedições de bandeirantes a pedido de governos locais (como por exemplo durante a Guerra dos Bárbaros),

²² “Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento da dispersão, começando já em fins do século XVI, alcançando o rio São Francisco em meados do seguinte; sobe-lhes as margens povoando todo o curso médio do rio com tantas fazendas que provocam em 1711 a admiração de Antonil.” (PRADO JR., 2011, p. 56).

e que acabaram optando por se fixarem em definitivo nestas paragens, em terras que lhes foram concedidas através de sesmarias como recompensas pelos serviços prestados à Coroa²³.

Contudo, estas terras distantes da costa, todo um imenso sertão a ser desbravado pelos colonos, não eram terras “vazias” como costumavam afirmar. O sertão da porção Nordeste da América portuguesa esteve isolado de certa forma e pouco comunicável com as demais regiões da colônia por mais de um século desde a chegada dos portugueses. É possível falar em “isolamento” do sertão desde a perspectiva da história colonial de apelo eurocêntrico, que considera como digno de nota apenas a presença de colonos habitando em suas terras, uma realidade que demorou mais de um século para se consolidar. Porém, quando se amplia este entendimento, e se inclui nesse contexto o sertão como território nativo e de ancestralidade, estudos arqueológicos concluíram que os sertões do Nordeste do Brasil foram habitados desde a pré-história, e lá viveram diversos grupos indígenas em diferentes momentos e regiões. Quando os primeiros europeus chegaram à América²⁴ e conforme adentraram pelos interiores, foram então se deparando com essas populações indígenas que habitavam nestas regiões recônditas desde tempos imemoriais, e também com grupos nativos da costa que haviam fugido das suas terras depois da chegada dos portugueses e se refugiado nos sertões.

De acordo com as historiadoras Socorro Ferraz e Bartira Ferraz Barbosa, especialistas em estudos sobre os sertões e populações indígenas no período colonial na capitania de Pernambuco, autoras do livro *Sertão Fronteira do Medo*, publicado em 2015, os indígenas

²³ “Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão [...] Essas ‘bandeiras’ paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas [...] Nesse processo, o indígena, seus costumes e técnicas tornaram-se seus aliados preciosos.” (PUNTONI, 2002, p. 196).

²⁴ “Em uma área como a antiga capitania de Pernambuco, diferentes locais, indicados por pesquisas arqueológicas, históricas e antropológicas, foram escolhidos por populações indígenas que, através a manipulação de recursos existentes na natureza, desenvolveram suas culturas [...] A pesquisa arqueológica desenvolvida por vários especialistas confirma a presença de grupos humanos pré-históricos nos sertões de Pernambuco” (FERRAZ e BARBOSA, 2015, p. 49-51).

habitantes do sertão foram chamados pejorativamente de “tapuias”, primeiramente pelos indígenas tupis (indígenas nativos da costa, seus inimigos) e depois pelos colonizadores, que adotaram esta nomenclatura. A palavra “tapuia” tem origem na língua Tupi, com significados que fazem menção a ideia de “forasteiro”, “bárbaro”, ou ainda, “aquele que não fala nossa língua” e “inimigo”. Eram os tapuias considerados pelos europeus os nativos mais perigosos e selvagens dentre todos os indígenas do Novo Mundo, uma verdadeira ameaça aos colonos.

Mas, no interior desse uso amplo do termo “tapuia” estavam inseridas diversas etnias indígenas distintas entre elas, que foram homogeneizadas desta forma por seus opositores, os nativos habitantes do litoral, por não pertencerem ao seu mesmo tronco linguístico, nem mesmo a uma matriz de tradições e hábitos comuns, como os indígenas de matriz Tupi-Guarani partilhavam. De forma geral, para ser considerado um tapuia, bastava que o indígena não fosse nativo de língua Tupi. A maior parte dos indígenas habitantes dos sertões do Norte no período colonial pertencia ao tronco linguístico Macro-Jê. A área de domínio dos tapuias, onde seus povos nativos habitavam era bastante extensa, e coincidia, grosso modo, com todo o interior do que se entende atualmente como Nordeste do Brasil, uma área imensa que guarda em sua história portanto a herança de uma intensa presença indígena, que jamais deixou de se fazer presente, mesmo depois de tantos massacres contra estes povos. Os sertões do Norte contavam portanto com fortes raízes indígenas na sua constituição, e isso garantiu a presença da cultura indígena de forma determinante naquela que viria a se constituir como a cultura sertaneja, em decorrência da chegada e do estabelecimento dos colonos nestes territórios.

Por terem sido nomeados de forma genérica (“tapuia”) ao longo de todo período colonial, muito se perdeu da cultura e da memória de cada um dos povos que assim eram chamados, uma história que de certa forma foi “apagada”, e impossibilitada de ser entendida plenamente dentro de um prisma particular a cada etnia. Poucos documentos restaram desse período onde exista alguma menção mais detalhada sobre as diferenças inerentes a cada um dos

grupos indígenas tapuias, que podiam ser, por exemplo, de etnias como: Cariri, Tarariú, Janduí ou Carijó. Nenhum cronista da época dedicou um estudo específico para estes grupos, como já havia sido feitos com povos indígenas nativos do litoral. Tamanho desinteresse do colonizador sobre estes grupos nativos nos remete à ideia muito negativa que era difundida sobre eles.

Os tapuias tinham a fama de serem indivíduos bárbaros, selvagens, e perigosos. “As palavras nus, bárbaros, selvagens e antropófagos, em imagens e argumentos para a conversão, escravidão e extermínio de indígenas, foram usadas na efetivação de políticas colonialistas. A terra fértil para as plantações e para pasto de rebanhos foi tirada dos nativos por *guerras justas*.” (FERRAZ e BARBOSA, 2015, p. 121). No segundo período português os tapuias voltaram a ser vistos como inimigos a serem combatidos pelos colonos, que haviam reassumido o controle de Pernambuco e capitanias vizinhas, depois de uma fase de relativa paz que estes povos mantiveram com os batavos. Se até este momento os tapuias tinham sido “livres”, especialmente no período holandês, essa realidade mudou drasticamente com a nova política territorial da Coroa, que passou a incentivar os avanços dos colonos rumo aos domínios tapuias no sertão. Estes indígenas passaram então a lidar com uma pressão constante das frentes de expansão luso-brasileira nas suas terras, que as reivindicavam com a justificativa de dar vazão ao avanço da empresa colonial nos sertões através do estabelecimento das fazendas de gado.

Para lidar com estes indígenas ditos bravios e selvagens, a política régia de interiorização da colonização contou com o apoio da política missionária, que se voltou devotadamente para as demandas que a agenda de conquista dos sertões havia criado, encontrando nisso uma oportunidade de aumentar o “rebanho” da Igreja, criando missões que visavam aldear e catequizar os tapuias. Ao todo, quatro ordens religiosas distintas participaram das expedições que partiram de Pernambuco e da Bahia e forneceram missionários para trabalhar com os indígenas nos sertões: capuchinhos, oratorianos, jesuítas e franciscanos.

Visando primeiramente o sustento do empreendimento, as missões precisavam de terras destinadas ao cultivo de víveres para manter a alimentação dos religiosos e dos indígenas aldeados e, com base nesta necessidade, solicitavam as terras junto à Coroa. Tratava-se de um bom negócio para a Igreja pois incrementava os rendimentos das ordens religiosas, que estabeleciam nestas localidades a elas destinadas fazendas de gado e demais cultivos agrícolas que rendiam bons lucros à baixo custo, visto que a mão-de-obra empregada era indígena e não remunerada. Além disso, angariavam mais fiéis à sua causa, e assim:

As Juntas das Missões – criadas primeiramente no Maranhão em 1655, mas logo tornadas operacionais no Brasil – pretendiam internar as missões, criando aldeias nos sertões [...]. O objetivo era manter povoado o interior da América, expandir a ocupação da empresa colonial e, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas que esta mesma expansão criava. (PUNTONI, 2002, p. 26).

Importante citar também que a descoberta de reservas de salitre – mineral utilizado para a fabricação da pólvora – nas veredas e barrancos formados pela calha dos rios sertanejos como o São Francisco, ajudou a impulsionar as entradas mais sistemáticas rumo aos sertões do Norte. Não obstante, para que o sertão pudesse ser devassado e explorado pelos colonos, visando ser ocupado permanentemente principalmente pelo gado, a “muralha indígena” formada pelos tapuias que lá viviam precisaria ser vencida. Nesse intento, estes povos nativos foram vítimas de um verdadeiro genocídio à medida que a colonização avançava território adentro²⁵, alargando cada vez mais as terras que seriam doadas pela Coroa através de sesmarias para os grandes proprietários e para alguns bandeirantes paulistas que participaram ativamente deste processo com as suas tropas²⁶. A vantagem que o sistema sesmarial oferecia no contexto sertanejo era fomentar de forma eficiente o negócio da pecuária, que gerava certa rentabilidade para Coroa, mesmo que para isso o sistema concentrasse muito poder nas mãos dos donatários

²⁵ “Não seria crível que o devassamento dos sertões, a escravização do índio [...] se levassem a cabo sem a anuência das autoridades [...] Havia, bem verdade, ao lado das incursões regulares, na onda de um espírito coletivo de sertanismo, o aventureiro, que, por sua conta e risco, à margem do sistema, afrontava o interior selvagem em busca do seu proveito, contra tudo e contra todos, se necessário.” (FAORO, 2012, p. 184).

²⁶ “O sistema de concessão de sesmarias, no Brasil, foi transplantado de Portugal ao tempo da divisão em capitânicas hereditárias [...] havia terras de sobra, mas escassez de capital e mão-de-obra. Assim, os que demonstrassem interesse e capacidade de explorar e colonizar as áreas eram bem-vindos, ainda mais pela obrigação de pagamento do imposto anual, o foro [...]” (SAMPAIO, 2015, p. 50).

destas terras. Desta forma, estavam os poderosos fazendeiros dos sertões afastados dos centros do governo real, e por conseguinte, menos reprimidos pelas instituições municipais, situação que trouxe problemas para que o governo pudesse estabelecer um controle mais sistemático e efetivo dessas regiões e fortaleceu os interesses privados nestas terras.

Sobre os muitos conflitos que irromperam à medida que a colonização se expandia em direção aos sertões mais profundos do Norte, “antes limitados, tornaram-se cada vez mais frequentes, de modo que em breve uma situação de conflagração geral surgiria às vistas das autoridades coloniais, sendo denominadas à época de *Guerra dos Bárbaros*.” (PUNTONI, 2002, p. 44). Esse conflito na verdade abarca uma série de guerras travadas entre colonos, militares, agentes da Coroa, missionários e indígenas, em diferentes locais e diferentes momentos, mas todos no interior dos “sertões do norte” da América portuguesa, que hoje correspondem às atuais regiões do interior do Nordeste do Brasil, formado por uma longa extensão de terras que compreende desde o leste do Maranhão até o norte da Bahia.

Trata-se de um capítulo longo e incontornável, integrante do processo tenso de conquista e colonização dos sertões da porção Nordeste da América portuguesa, que no entanto, deixou uma triste e indelével mancha de sangue, principalmente de origem indígena, na história colonial destas regiões. Depreende-se portanto, que a ocupação destes sertões pelos colonos teve um nítido cunho bélico, que estava voltado essencialmente para atender interesses de uma agenda ao mesmo tempo estatal e mercantil, mas que também agraciou interesses privados de homens poderosos que se beneficiaram com o sistema de distribuição de terras nos interiores sertanejos do Norte. E foi assim que a figura do “conquistador”, caracterizado de “militar comissionado ou ocupando cargo atribuído à milícia, constituía-se mais em guerreiro que burocrata. Sua empresa obedecia a um desígnio público, alimentando-se de vantagens pessoais, capazes de equipar a tropa e assegurar o lucro da atividade.” (NEVES, 2008, p. 228).

De volta à Guerra dos Bárbaros, importante destacar que seu conjunto de batalhas ocorreu entre os anos de 1650 e 1720 aproximadamente, e teve como marco inicial de seus conflitos as chamadas “Guerras no Recôncavo Baiano” (1651-1679). Segundo Puntoni é importante “inserir esses conflitos no quadro mais compreensivo da formação de uma sociedade na periferia do Antigo Sistema Colonial” (2002, p. 16). Desta forma, é possível compreender que estes confrontos estão diretamente associados não apenas à história da conquista dos sertões do Norte mas também, e principalmente, à história da formação da sociedade sertaneja, que ficaria marcada por muito tempo graças a esse início turbulento e sanguinário na disputa pelas terras. Na dinâmica complexa de conquista e ocupação que se desenvolveu nos sertões do Norte, o que havia eram territórios com múltiplos espaços de conflito ao longo do tempo, que criaram movimentos descontínuos de colonização nestas localidades sertanejas durante todo o período de desbravamento e ocupação das terras, até que a empresa colonial se consolidasse nelas de forma mais estável, contexto que só seria visto já no final do século XVIII, quando já haviam se estabelecido um número considerável de freguesias pelos sertões da caatinga adentro.

Foi então a partir da segunda metade do século XVII, mas principalmente no início do século XVIII que o cenário dos sertões da porção Nordeste da América portuguesa começou a passar por mudanças mais significativas²⁷, graças aos adentramentos e conquistas que neles ocorreram, uma conjuntura que estava diretamente relacionada ao cenário verificado nas vilas do açúcar do litoral. Essa fase pode ser considerada como uma espécie de “ponto de virada” na história dos sertões, pois é justamente quando a empresa colonial passou a se interiorizar de forma mais efetiva, mas em um movimento ainda irregular. Trata-se de uma fase em que as vilas açucareiras haviam atingido grande crescimento, e assim a sua sociedade precisou se

²⁷ “Da Bahia e de Pernambuco futuros povoadores rumaram para oeste, de onde se bifurcaram tanto em direção a noroeste e nordeste, através do sertão, quanto em direção ao norte e ao sul. Efetivou-se o povoamento do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, e organizaram-se entradas esporádicas no delta e na bacia do Amazonas, onde o processo de colonização não se fez de forma regular e sustentada. O estabelecimento de vilas (não cidades) refletiu estas mudanças: São Luís, 1615; Belém, 1616; Paraíba, cerca de 1646-1649; Fortaleza, 1699; Recife, 1709. [...]. Pequenos povoadamentos surgiram ao longo das rotas de gado do sertão.” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 11).

diversificar para poder atender às novas demandas daquelas regiões e de sua população; além disso, já foi mencionado que o comércio do açúcar naquela altura apresentava sinais de crise, com menor rentabilidade nos seus negócios e um menor volume de transações, principalmente nas remessas negociadas para a exportação, portando, novas alternativas econômicas precisavam ser exploradas visando garantir o lucro no trato mercantil e a manutenção da empresa colonial que ainda estava calcada essencialmente no negócio do açúcar.

Soma-se a todo este contexto o fato de que vários colonos abastados, boa parte deles senhores de engenho oriundos do litoral e na zona da mata, se envolveram nesta fase em um processo mais significativo de fomento à expansão rumo aos sertões, em busca da ampliação de suas propriedades e incremento do seu cabedal. Muitas vezes esses grandes senhores deslocavam para os sertões tropas armadas à sua custa e risco, num contingente que costumeiramente era liderado por um dos seus filhos ou parentes de sua confiança com o objetivo de ocupar terras sertanejas e nelas fundar fazendas de gado²⁸. Tal circunstância favoreceu o surgimento de alguns potentados do sertão, como por exemplo, a poderosa Casa da Torre da família de Garcia D'Ávila, que se assenhoreou de uma vastidão imensa de terras nos sertões da Bahia e de Pernambuco²⁹. Além destes grandes potentados, várias solicitações de sesmarias foram feitas por parte de muitos homens que integraram essas expedições de devassamento e que requisitaram depois o reconhecimento do seu esforço pessoal através da concessão de terras em seu nome para que delas pudessem tirar proveito.

²⁸ “A conquista do interior continental das capitanias do norte do Estado do Brasil reveste-se, assim, de muitos significados: para a Coroa significa expansão territorial; para as elites coloniais, a criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos; para a Igreja, a abertura de novas fronteiras para a catequese; para as tribos americanas, a perda do território e a desagregação social.” (SILVA, 2003, p. 188).

²⁹ “A primeira sesmaria obtida no São Francisco pernambucano pela Casa da Torre é de 1654. São 20 léguas obtidas no rio Salitre pelo padre Antônio Pereira. Em 1659 obtém mais 50 léguas, sendo 10 para cada um, o capitão Garcia D'Ávila, seu cunhado, o padre Pereira, e os filhos de Garcia, Catharina Fogaça, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira.” (SAMPAIO, 2015, p. 56).

De acordo com Kalina Vanderlei Silva (2003) foi dentre os grupos sociais livres das vilas açucareiras pernambucanas, dos quais faziam parte oficiais mecânicos e a plebe (brancos pobres e homens negros livres) que a Coroa encontrou repositório humano para a conquista do sertão da capitania de Pernambuco. Homens estes que, na sua integração com a organização militar da Coroa, findaram por se tornar parte significativa dos primeiros habitantes que povoaram os sertões pernambucanos e dos interiores das Capitânicas do Norte. Verifica-se portanto que o processo de colonização do sertão envolveu uma gama múltipla de elementos e personagens. As fazendas e seus habitantes fizeram parte da origem da formação territorial, populacional e cultural surgida nestes confins pernambucanos. Vale destacar ainda que estas propriedades sertanejas dedicadas à pecuária, somadas à outras estruturas de atividades econômicas que foram se desenvolvendo paralelamente ao criatório bovino, tornaram-se unidades esparsas de efetivação do domínio português na hinterlândia colonial e também pontos de apoio para a ampliação do poder metropolitano pelos sertões, graças ao auxílio fornecido nestas localidades aos grupos itinerantes militarizados que circulavam pelos interiores e aos sertanistas, todos eles envolvidos no devassamento das terras sertanejas e na sua ocupação³⁰.

Em torno da “órbita” criada por estas primeiras fazendas de gado surgiram gradualmente alguns povoados, depois vilas e bem mais à frente, cidades maiores e melhor estruturadas³¹. Muitas das famílias que por estas bandas se estabeleceram no período colonial permanecem por lá com descendentes e várias ramificações de parentesco vivendo nas mesmas terras, o que

³⁰“Para patrulhamento do imenso território, controle da ordem social e segurança do processo produtivo, montou-se um aparelho militar, com três tipos de organização: ‘tropas regulares’ ou ‘de linha’, vindas da metrópole, zelavam pela defesa externa; ‘semi-regulares’ ou ‘Serviços de Ordenanças’, de natureza privada, mantidas pelo senhorio, impunham e mantinham a ordem, reprimiam atividades corsárias, ataques indígenas e insubmissões escravas; ‘irregulares’ ou ‘bandeiras’, de caráter temporário, objetivava aprisionar índios para o trabalho escravo e descobrir pedras e metais preciosos.” (NEVES, 2008, p. 228).

³¹ “As novas vilas do sertão foram, sem demora, controladas por administradores recrutados entre os membros das elites vizinhas, grandes sesmeiros ou seus prepostos, e as populações indígenas paulatinamente marginalizadas do convívio ‘urbano’ ou submetidas a novas situações de opressão. Vários grupos ou indivíduos optariam, certamente, por uma estratégia de incorporação, negando, para tanto, sua identidade e seu passado indígena. Depois de um século de guerras, de massacres programados, de escravidão e violências, não restavam muitos tapuias no que fora o seu país.” (PUNTONI, 2002, p. 289).

reforça um sentimento de profunda vinculação com a sua terra de origem. É possível afirmar então que a “constelação” da população sertaneja foi se constituindo de forma bastante diversificada, participando dela também os soldados escalados entre os pobres e vadios das vilas açucareiras para compor a máquina da conquista militar, além das pessoas que foram atraídas para estas terras porque viram na mudança para o sertão uma possibilidade de vida nova, uma aposta em busca de um futuro melhor para si e para sua família em muitos casos, pois de alguma forma viviam à margem do sistema socioeconômico excludente e bastante estratificado que era vigente nas vilas do açúcar, sem chances mais efetivas de alguma melhoria ou progresso nas suas condições de vida³².

Adicionam-se ainda como parte integrante da composição do povo sertanejo os indígenas que sobreviveram aos conflitos da conquista das suas terras, e também os negros que lá se estabeleceram (geralmente na condição de escravizados, fugidos ou alforriados). Com a chegada dos colonos aos sertões mais profundos da porção Nordeste da América portuguesa, em um deslocamento populacional movido pela expansão das fronteiras que possibilitaram o fortalecimento do mercado interno graças a pecuária, se formaram naqueles confins novas povoações organizadas em um tipo diferente de sociedade que se tornou bastante particular em seus modos de vida, e que foi criativamente se adaptando às condições adversas daquele meio ambiente tão severo e inóspito da caatinga, criando novas formas de sociabilidade e cultura³³. Como foi possível verificar, as consequências para os grupos indígenas que já habitavam essas terras foram dramáticas, muito diferente do cenário de possibilidades que surgiu para os colonos vindos de longe, e que daquele chão foram fazendo sua morada e seu legado.

³² “[...] enquanto o canavial ia forjando a civilização litorânea, o pastoreio iria responder pelo povoamento e ocupação da zona mediterrânea, podendo-se dizer que, se a civilização costeira foi produto do açúcar, a do sertão nasceu e cresceu à sombra dos currais de gado [...]” (PORTO, 1979, p. 62).

³³ “No sertão nordestino o despotismo e clientelismo ficaram como marca registrada da sociedade local. Estas características surgiram na fase de conquista e povoamento da área quando a atuação dos colonos não era submetida ao controle do Estado e o grosso da população gravitava em torno dos senhores de terra que se tornaram os donos do poder local.” (FERRAZ, 2004, p. 33).

CAPÍTULO II

OS SERTÕES PERNAMBUCANOS DESCRITOS PELO RELATO DE UM AUTOR ANÔNIMO DO SÉCULO XVIII

Desde a chegada dos europeus na América no século XV se produziram relatos sobre o Novo Mundo, seus habitantes, fauna, flora e curiosidades sobre a vida nos trópicos. Estes relatos, em geral, tinham como objetivo trazer informações e imagens para o público europeu a respeito destas novas e misteriosas terras além-mar, alguns deles inclusive foram produzidos por homens que nem sequer tinham pisado no continente americano, mas que escreveram sua obra com base em relatos alheios. Em um primeiro momento, grande parte destas narrativas de cunho etnocentrista e cheias de preconceitos, continha ainda uma dualidade clara entre imagens do paraíso (relacionadas à natureza) e do inferno (relacionadas aos nativos). Essa dualidade fomentava um misto de sentimentos em relação às terras desconhecidas, marcado especialmente pelo desejo de desbravar a natureza e de se beneficiar de possíveis riquezas que nela se escondiam, mas também pelo medo dos perigos que certamente nela haviam.

De acordo com a historiadora Laura de Mello e Souza, na obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, “a infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador, passando paulatinamente a integrar, também o universo dos colonos” (2009, p. 372). Ainda de acordo com a autora, sobre o assombro suscitado pelas terras desconhecidas e seus nativos, e em consonância com o filósofo francês Jean Delumeau, a formação do medo nessas situações deve ser encarada como algo natural, e também como “um componente maior da experiência humana”. Dessa forma, o medo pode ser entendido nesse contexto colonial do Novo Mundo como uma das engrenagens envolvidas no processo colonizador português e mais

ainda, como um dos elementos principais na construção feita pelos europeus de um imaginário que associava ao demoníaco/monstruoso principalmente a figura dos indígenas.

Com base nesses preceitos um tipo de literatura se difundiu consideravelmente entre os séculos XVI e XVII, fruto das obras que foram publicadas sobre as experiências dos primeiros viajantes e cronistas que estiveram em alguma porção do Novo Mundo. Foi apenas na década de 1550 em diante que a América portuguesa contaria com uma literatura mais específica sobre suas terras, escrita por autores europeus, principalmente ibéricos, que tinham como foco de seus interesses informações estratégicas pertinentes à empresa da colonização, além da descrição das riquezas da terra, da sua natureza e seus nativos. Como exemplo é possível citar Pero Magalhães Gândavo, um dos primeiros e mais importantes cronistas portugueses a escrever sobre a América portuguesa, autor da obra: *História da Província de Santa Cruz*, editada em Lisboa em 1576. Outros autores de destaque e com textos consagrados deste período são também o frade franciscano francês André Thevet (1516-1592), o mercenário alemão Hans Staden (1525-1576) e o missionário francês Jean de Léry (1536-1613).

Conforme já mencionado, este trabalho contará com a análise de quatro relatos, o primeiro deles produzido no final do século XVIII e os demais, no início do século XIX, todos eles escolhidos por abordarem, em algum momento, aspectos pertinentes aos sertões da capitania de Pernambuco, e tratam-se também de autores que estiveram pessoalmente nessas regiões. Sobre o período histórico em questão, é importante notar que justamente nessa virada de séculos ganhou força por parte da elite intelectual luso-brasileira – com muitos integrantes formados na Universidade de Coimbra pós reformas do Marques de Pombal – o incentivo para a realização de expedições entendidas como “filosóficas”, que tinham o objetivo de conhecer mais detidamente através da ciência da época os espaços coloniais da América portuguesa, especialmente aqueles ainda pouco acessados, num movimento que tinha relação direta com os

desdobramentos do iluminismo na Europa³⁴. A última fonte selecionada para esta pesquisa deriva exatamente do relato de um tipo desse de viagem pela colônia, ao passo que os demais autores atendiam a outros objetivos com as suas incursões pelos sertões, que não tinham esse foco de cunho científico sobre a fauna, flora e habitantes. Os autores e suas obras escolhidas para comporem as fontes desta pesquisa foram:

- I. **Autor anônimo:** *Ideia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitão general José César de Menezes* (século XVIII);
- II. **Manuel Aires de Casal:** *Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil – composta e dedicada a sua majestade fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato - Tomo I* (1817);
- III. **Henry Koster:** *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1816);
- IV. **Spix e Martius:** *Viagem pelo Brasil – Volume II* (1817-1820).

O recorte temporal abarcado por esta pesquisa foi definido, portanto, usando como base referencial o ano de elaboração das fontes selecionadas, tendo como início o período de escrita do primeiro relato – ainda que ele não seja preciso, sabe-se que ocorreu aproximadamente por volta de 1774 – e como fim, o último ano a que se refere formalmente o relato escrito por Spix e Martius sobre a sua viagem pelo Brasil – que foi o ano de 1820, embora saiba-se que a passagem destes viajantes nos sertões pernambucanos ocorreu em 1818.

³⁴ “[...] apenas no século XVIII surge um conjunto de viagens organizadas e patrocinadas pela Coroa portuguesa, a partir de uma política de caráter imperial que mobilizou homens da ciência em todas as partes do império português. Com a realização dessas *viagens filosóficas* – nome pelo qual ficaram conhecidas na historiografia – muitas partes do imenso território ultramarino português foram percorridas, mapeadas, tabeladas e descritas. A natureza era objeto de interesse tanto do saber científico quanto da economia imperial.” (BONATO, 2014, p. 23).

Por meio da análise dos relatos destes autores será possível compreender de maneira mais profunda quais foram as imagens e as descrições construídas sobre os sertões das Capitanias do Norte, mais especificamente os da antiga capitania de Pernambuco³⁵. Essas e demais narrativas, elaboradas e difundidas no período colonial sobre os sertões, influenciaram a forma como tais territórios e a sua população foram vistos pelos habitantes da costa e pelas autoridades, e revelam ainda as ideias e formulações criadas sobre estes territórios a partir de valores e crenças vigentes na época. Também é possível contar com estas fontes para compreender questões sobre o processo de consolidação das fazendas de gado e da sociedade sertaneja nos territórios mais recônditos, com suas características socioculturais bastante específicas nesse universo distanciado dos sertões da caatinga. Os relatos dos autores são fruto de percepções e descrições da vivência experienciada por cada um deles no território localizado na porção “nordeste” [termo utilizado neste trabalho apenas como coordenada geográfica direcional] da América portuguesa, ideias que em conjunto formaram imagens constituintes do imaginário sobre o universo sertanejo.

É importante tratar aqui de alguns aspectos relativos à metodologia que este tipo de documento requer, uma vez que cada conjunto documental possui as suas especificidades. Tratam-se de relatos pessoais de diferentes sujeitos, de diferentes tempos e em diferentes perspectivas, e também detentores de alto teor de etnocentrismo e preconceitos contidos nas palavras e nas ideias difundidas nestes textos. Sobre as particularidades de análise desse tipo de fonte, a historiadora Mary Anne Junqueira (2011), que escreveu sobre relatos de viagem e documentos análogos como possíveis fontes para o historiador, afirma:

Ao se aproximar dessas fontes, o historiador – especialmente o que analise o discurso – deve ater-se a muitos aspectos: conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto [...] a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário, etc.); e quando se publicou o

³⁵ “Sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975).” (AMADO, 1995, p. 145).

texto [...] Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o autor do relato [...]. (JUNQUEIRA, 2011, p. 46-47).

Ainda sobre a metodologia mais adequada para o trabalho com este tipo de fonte [relatos de viagem, mas igualmente válidos para analisar outros tipos de narrativas em geral vale reforçar], em um outro artigo consultado sobre o tema, a historiadora Stella Maris Scatena Franco (2011, p. 71-76) propõe levar em conta na apreciação destes documentos que:

[...] nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Essas ações nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores inter-relacionados, como as influências advindas da formação cultural do autor [...] A capacidade de alcançar pelos relatos diversas dimensões do passado é inquestionável. Entretanto, o caráter dúbio dessa fonte – trafegante entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar – transforma-a num objeto atrativo para a reflexão sobre as potencialidades por ela guardadas para iluminar distintos domínios de que se constitui a história.

Sobre o caráter dúbio desse tipo de fonte, trafegante entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar, não se trata de obstáculo à utilização desse tipo de documento como fonte de pesquisa em história, muito pelo contrário, tratam-se de materiais muito ricos ao trabalho de investigação, ainda que seja evidente para a história que nenhuma fonte é “ingênua”, e todas elas devem ser pensadas e questionadas na sua natureza, na sua autoria, e também nos seus objetivos. De fato, é necessário que o pesquisador tenha cuidado para não assimilar e reproduzir de forma indiscriminada a interpretação destes autores como retratos únicos, indiscutíveis e fidedignos da realidade, impassíveis portanto, de qualquer tipo de questionamento ou problematização. Outro aspecto a ser discutido, sobre as imagens do sertão observadas nas narrativas de diferentes personagens, como é o caso proposto nesta pesquisa, é que cada discurso é produto direto da relação que determinado autor conseguiu estabelecer a partir da sua experiência *in loco* no sertão, e assim, uma vez que esse sujeito é:

[...] uma parte constitutiva do processo de produção dos sentidos, cada discurso surge não como fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares, mas como partículas de um imaginário dominante que abarca o próprio autor. [...] enquanto autor, por mais que tente direcionar sua interpretação, não pode se esquivar dos sentidos oriundos do interdiscurso, da memória coletiva, do imaginário dominante. Assim, suas imagens de sertão não são produzidas apenas para certo público leitor, distante e ansioso por exotismo, mas são também produzidas a partir da própria idéia de sertão conhecida pelo autor, uma idéia existente e predominante na sociedade da qual ele é um elemento constituinte. (SILVA, 2003, p. 191).

Reafirma-se desta forma a questão do imaginário coletivo/social no qual essas ideias e imagens sobre o sertão estavam inseridas de forma mais ampla, o que não nega a subjetividade de observação e escrita de cada autor que lá esteve, mas também o coloca como parte de uma engrenagem sociocultural maior, como um representante de questões que faziam parte desse imaginário dominante da época, principalmente no contexto das vilas do açúcar. As fontes deste trabalho tem como autores homens citadinos que estiveram no sertão por um determinado período, mas que eram não sertanejos, portanto, essa dimensão precisa ser levada em conta na leitura dos seus relatos. Mesmo que estas fontes sejam imbuídas das determinações dos autores e do tempo em que ele viveram – o que é natural nesse tipo de documento, e que por isso necessitam ser consideradas com análise crítica – é fundamental reforçar a importância das informações que estes documentos revelam, e que contribuem para a compreensão de como era a vida e a cultura sertaneja em Pernambuco e nas suas regiões circunvizinhas nos idos finais do século XVIII mas principalmente, durante os primeiros anos do século XIX.

A NARRATIVA ANÔNIMA DO SÉCULO XVIII

O livro *Idéia da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas [...]*, abrange um arco temporal entre os anos de 1774 e 1788, e foi escrito como uma espécie de relatório, com informações sobre a capitania de Pernambuco e das suas capitanias anexas nesse período. Como já mencionado, a autoria deste documento é desconhecida, tendo sido transcrito nos Anais da Biblioteca Nacional no ano de 1918, sem constar nenhum tipo de informação sobre seu autor. O original encontra-se guardado na Biblioteca da Ajuda em Lisboa. Não se tem conhecimento na historiografia sobre dados mais apurados a respeito da natureza dessa obra, inclusive nada sobre sua história foi contado nessa edição transcrita nos Anais da BN, onde o documento foi transcrito logo na primeira página do volume, e no relatório final, nada mais é falado sobre ele. O documento é formado por mapas populacionais, descrições extensas das vilas e freguesias e comarcas, relações de rios, igrejas, conventos, fazendas, fogos, nascimentos,

óbitos, engenhos, entre outras informações que foram listadas de forma detalhada, por um autor que aparentemente visitou estes locais sobre os quais escreveria tão detidamente.

No documento é possível encontrar informações sobre as freguesias localizadas nos sertões da capitania, o que o torna bastante rico, pois o autor trouxe dados sobre regiões para além daquelas comarcas maiores e mais próximas do litoral, que eram o foco do maior interesse colonial. Naquela altura, a economia que havia se desenvolvido no sertão já era digna de nota e bastante relevante para a capitania de Pernambuco. A pecuária e os seus derivados, como a manufatura do couro, representavam economicamente e socialmente atividades consolidadas e fundamentais para a manutenção da capitania e suas anexas³⁶. Trata-se de um texto bastante abundante de informações e dados, inclusive numéricos, sobre as diferentes localidades da capitania de Pernambuco no período em questão, daí sua importância e relevância como fonte, especialmente para esta pesquisa, que pode se valer de seus trechos a respeito das porções sertanejas da capitania para deles apreender e discutir descrições sobre estas regiões e seu povo.

Formação e dinâmica da sociedade sertaneja

Um dos pontos mais relevantes que esse texto anônimo do final do século XVIII revela são características a respeito das freguesias sertanejas da capitania de Pernambuco. A origem destas freguesias, que na época deste documento já estavam bem estabelecidas, remonta aos primeiros momentos da colonização destas regiões por colonos oriundos das faixas costeiras, conforme já discutido. A primeira forma de ocupação das terras interiores foi feita através de arraiais, que, no contexto colonial, poderiam se referir a ocupações de cunho militar, com a instalação de tropas em forma de acampamento provisório, ou também, de ocupações com o intento de fixação de povoação em um determinado local. Se por um lado, a maioria dos arraiais

³⁶ “Ao mesmo tempo que alarga o território colonial, a pecuária traz mudanças mais profundas na sociedade luso-brasílica. A produção sertaneja de carnes avoluma a oferta alimentar nas fazendas e nos engenhos do litoral [...] Mas as fazendas de gado também são puxadas para o mercado atlântico pela subida das exportações [...] Na época avultavam as exportações de courama de todo tipo.” (ALENCASTRO, 2000, p. 341).

militares foi desfeita sem dar origem a assentamentos luso-brasileiros permanentes, por outro, alguns deles tiveram destino diferente, e se tornaram a origem de povoações que prosperam na órbita dos currais e fazendas de gado nos sertões das Capitânicas do Norte.

A forma de organização no formato de “povoações” pode ser considerada então como um dos primeiros modelos de concentração de população que foi empregado em locais de produção pecuária, agrícola e extrativista, todas estas atividades presentes na constituição da economia sertaneja. Em geral, sabe-se que essas povoações se formavam exatamente na beira das estradas rudimentares que cortavam os sertões adentro³⁷ e também nas imediações do entorno das fazendas que haviam se construído neste território, e funcionavam como ponto de partida para a formação de um novo arraial. Verifica-se, portanto, que estas povoações somadas aos currais e fazendas de gado que foram se estabelecendo nos sertões do Norte da América portuguesa, se tornaram a base da ocupação e da dominação destes territórios, que uma vez ocupados precisavam se estruturar de alguma forma, ainda que improvisada, visando garantir a posse da terra, o retorno econômico para aqueles que investiram cabedais no negócio do gado, e a viabilidade das terras agrestes da caatinga como locais habitáveis para as pessoas que haviam se deslocado da costa para empreender uma nova vida nos sertões.

Mas vale pontuar que o desenvolvimento destas povoações e vilas nos sertões do Norte aconteceu de forma gradativa e por vezes lenta, principalmente a partir do século XVIII. Como pondera a historiadora Teresa Schorer Petrone (2011, p. 248), “a não ser em alguns pousos, como, por exemplo, Cabrobó, e algumas feiras como a de Santana, que deram origem a núcleos urbanos, a zona pastoril apresentava uma população eminentemente rural que vivia dispersa em

³⁷ “Ao longo desses caminhos, uma variedade de embriões de povoamento, de diferentes níveis e perfis, era fixada: pousos se estabeleciam (geralmente para a engorda da boiada e acomodação dos vaqueiros, passadores e tangedores), fazendas e capelas eram erguidas, bem como paróquias, julgados e vilas eram oficializadas. A maioria das povoações estava interligada no caminho aberto desde a foz atlântica do São Francisco até a fronteira com a capitania das Minas Gerais, na altura do julgado de Carinhanha. Boiadas, pousos, fazendas e caminhos entram, portanto, no quebra-cabeças da urbanização de todo o interior das Capitânicas do Norte” (ARRAES, 2013, p. 56).

gigantescas fazendas”, e ainda acrescenta que, “as distâncias que separavam um morador do outro às vezes eram superiores a cinco léguas”, fatos que contribuem para a compreensão da baixa densidade populacional existente na maior parte destes territórios. Dependendo do tamanho e da função estratégica que cada uma destas povoações tinha para a Coroa ou para os fazendeiros poderosos, poderiam se instalar nelas novos postos militares e missões religiosas como estruturas que serviriam de apoio à empresa colonial, ou ainda, em outros casos, a povoação começava a surgir exatamente a partir da instalação prévia de um posto militar utilizado na conquista ou de uma missão religiosa estabelecida no território anteriormente, logo nos primeiros momentos após a dominação colonial do território e dos conflitos entre indígenas e colonizadores pela posse da terra – estes dois cenários ocorreram nestas áreas.

PERCORRENDO AS PALAVRAS DO AUTOR

A narrativa do documento anônimo vai ao encontro dessa discussão sobre as formas de ocupação dos territórios sertanejos pernambucanos e traz também informações sobre como foi se estruturando a vida das pessoas nas freguesias mais distantes do sertão. Sobre uma dessas freguesias sertanejas nos rincões de Pernambuco, a de Santo Antônio da Matta, o autor escreve:

Freguezia de Santo Antônio da Matta - Termo de Olinda: Tem de latitude vinte e cinco legoas, donde parte com o Curato de S. Jozé chamado dos Bezerras, extrema-se com a Freguezia de Santo Antonio do Vvurubá dos índios, na qual comprehende também as Villas, e Aldeias seguintes: a Villa de Simbres, a de Agoas Bellas, a do Navio, Pipão, e a do Arapuá Certoens do Pajahú. Comprehende em si tres Engenhos de faser assucar com suas Capellas, e assim mais trinta Engenhos de faser mel, e rapaduras; os Certoens são secos, o mais notável ribeiro que ha neste Certão he o Rio Pajahú, qual vae faser Barra no Rio de S. Francisco. A sua povoação he alta, aos sabados se matão nella vinte e cinco té trinta bois: aqui também ha outra feira nestes dias donde os moradores vendem os seus effeitos e pano de algodão, que fabricão nesta freguezia em abundancia, por cujo motivo vem combois do Certão e de Minas a comprar este genero neste lugar. Os habitadores também crião seus gadinhos por serem já lugares de Certoens, outros vivem de suas Engenhocas de faser rapaduras. Alem das Capellas dos Engenhos, ha a Igreja Matris de Santo Antônio. He seu Vigário Collado o reverendo Manoel da Fonseca Neves; e tem segundo o rol da desobriga,: quatro igrejas filiaes: tres Engenhos: mil e nove fogos: e tres mil tresentas cincoenta e cinco pessoas de desobriga. (ANÔNIMO, séc. XVIII [ANAIS DA BN, 1918], p. 36).

O fato deste documento ter sua autoria anônima prejudica algumas observações que poderiam ser feitas por falta de informações sobre quem o escreveu, porém, lendo as passagens

que esse relato contém, é difícil imaginar que o suposto autor do texto não tenha viajado pelas regiões que ele descreve. O nível de detalhamento das freguesias do sertão pernambucano apresenta-se tão apurado e aprofundado em seus dados, que o mais certo é supor que trata-se de um autor que tinha grande conhecimento e vivência própria nestas terras, a ponto de poder descreve-las com tantos detalhes. Partindo desta inferência, é possível especular que o autor anônimo de fato esteve pessoalmente nos sertões sobre os quais escreve em seu relato.

Uma das características das descrições sobre as freguesias, apresentadas por esse documento, são as coordenadas geográficas nas quais elas se localizam, usando para isso léguas e limites com vilas e demais freguesias vizinhas como referência, para que o leitor pudesse se situar melhor. A freguesia de Santo Antônio da Matta por exemplo, localizava-se no sertão cortado pelos rios Pajeú e São Francisco. O autor lista na localidade a existência de três engenhos de açúcar, que provavelmente rendiam uma produção pequena devido às condições climáticas do local, mas o suficiente para atender à esparsa população e a produção dos engenhos de rapadura, iguaria bastante típica nos sertões, um tipo de doce considerado rústico e sem valor gastronômico para paladares mais refinados e habituados aos doces de origem portuguesa e francesa que se encontravam nas casas opulentas de Olinda e do Recife.

Nas áreas banhadas pelos rios a população era maior, e nas ribeiras do Pajeú e no seu encontro com o São Francisco matava-se em média de 25 a 30 bois por semana para atender a alimentação dos habitantes locais. É ditado comum nos sertões da caatinga a máxima de que “só não se aproveita do boi o berro”, e com base nesse princípio de total aproveitamento do boi e de qualquer outro animal que fosse abatido para consumo [e também de outros derivados como couro, os chifres e o sebo vale lembrar], a cozinha sertaneja se especializou em fazer uso alimentício de todas as partes comestíveis desses animais presentes no seu cardápio, subvertendo qualquer possível repulsa por partes menos nobres – como as vísceras, as entranhas e os miúdos por exemplo, pois para um povo que havia aprendido a sobreviver com tão pouco

e a superar as mais agrestes carestias, qualquer desperdício de comida era extremamente condenável, não sendo aceitável o descarte de qualquer alimento a não ser que esteja estragado. Iguarias como a buchada, a dobradinha, o sarapatel e o tutano de boi com rapadura são exemplares tradicionais dessa cozinha do sertão – influenciada por hábitos indígenas, africanos e europeus – onde tudo se aproveita e se transforma para alimentar seu povo, seja nos momentos de abundância ou de maiores privações.

De volta ao trecho do autor, é importante comentar que esse número de abatimentos citado por ele é expressivo para o contexto em questão, e indica que a oferta de carne verde nos sertões da pecuária de fato costumava ser bem presente na alimentação do sertanejo. Cenário diferente do que acontecia em cidades maiores, mais próximas da costa, nas localidades que dependiam essencialmente das remessas de bois criados nos sertões do gado, e que viajavam imensas distâncias para chegar à mesa do habitantes das faixas litorâneas com preço muitas vezes elevado pelos custos e perdas impostos por estas jornadas do gado, o que tornava a presença desse tipo de proteína menos frequente na alimentação dos mais pobres.

O autor também cita uma feira que havia na localidade, e sobre o comércio nos sertões é importante mencionar que costumava funcionar da seguinte forma: o fazendeiro enviava parte das suas reses para serem comercializadas nas feiras e, ao efetuar a venda do lote, trocava o lucro da transação por produtos para o sustento de sua família e da fazenda – tais como tecidos, velas, alimentos, sacas de grãos, utensílios domésticos, e ferramentas; e também por outros bens que poderia comercializar nos logradouros por onde passava nas suas andanças e na sua própria ribeira³⁸. Nestas feiras além de gado, se vendiam produtos locais como o pano de algodão, o

³⁸ “No trajeto até o mercado consumidor, formavam-se pousadas, onde os moradores locais compravam o gado depreciado e incapaz de continuar o percurso. Ademais, vendiam os transeuntes o excedente de suas lavouras ou produtos elaborados, como a farinha e a rapadura. As vilas e cidades de comércio mais dinâmico forneciam uma série de produtos de que as populações dos sertões precisavam. Os artigos chegavam às ribeiras pelos tropeiros-mascates que comercializavam seus produtos, geralmente permutando suas mercadorias por produtos da terra, principalmente gado.” (MACÊDO, 2015, p. 120).

que atraía o interesse de compradores de outros lugares, como da região das Minas. O cultivo do algodão nos sertões, logo depois da atividade pecuária, se constituiu em uma das principais atividades econômicas empreendidas nestas regiões, pois este tipo de agricultura se adaptou muito bem às condições climáticas secas e agrestes impostas pela caatinga. A presença da igreja também é registrada, com a notícia de capelas e igrejas existentes na freguesia. Ele também faz menção, ainda que de forma muito breve, a uma vila de indígenas, reforçando que a presença nativa teve papel fundamental na formação da população sertaneja, assim como no seu posterior desenvolvimento e manutenção. A respeito do sertão de Garanhuns, o autor relata:

Certão dos Garanhuns - Freguezia do Santo Antonio do Ararobá, termo de Olinda: Tem sessenta legoas de Latitude e de trinta até vinte he a sua Longetude; comprehende a Villa de Simbres dos índios, a do Agoas Bellas, a do riacho do Navio, e Pipáó, e outra chamada a Serra do Arapuá. He seu principio no lugar chamado Capaçaca, lugar pouco povoado, e por essa razão tem muitas legoas sem habitadores. Tem vinte e cinco Fazendas de gados: nos Brejos plantão lavouras, milhos, feijoens, algodões, roça, e Canas de assucar de que fazem mel, e rapaduras, e outros curtem seus couros, e sollas, outros vivem de passar boyadas para a praça de Pernambuco, e Cidade da Bahia, e alguns de serem Vaqueiros. Esta Freguezia he mui pobre, e por isso delatada: as Igrejas que nella ha, he a Igreja Matriz, orago Santo Antonio. He Cura amovivel o Reverendo Antonio Cezar Bringel; e tem segundo o ròl da desobriga: huma Igreja filial: vinte e cinco Fazendas; quatro centos e onze Fogos: e mil quinhentas quarenta e seis pessoas de desobriga. (ANÔNIMO, séc. XVIII [ANAIS DA BN, 1918], p. 37).

No sertão de Garanhuns, a freguesia de Santo Antonio do Ararobá é descrita pelo autor como um lugar muito pobre e pouco povoado. Estas duas características faziam parte das principais imagens que costumeiramente se atribuíam ao sertão, principalmente quando comparado ao litoral: uma terra pouco habitada por gente muito pobre. Mas, apesar da pobreza apontada pelo autor, ele também diz se tratar de um lugar onde haviam fazendas de gado, plantações de mandioca, milho, feijão, algodão, cana e demais roças de sustento local, e o trabalho na manufatura do couro, como na produção de solas³⁹. Boa parte dos homens se dedicava ao trato das boiadas, trabalhando como vaqueiros, passadores e tangedores para os

³⁹ “Atividade subsidiária ao criatório, a agricultura desenvolveu-se em pequenas áreas das fazendas de criação. Era realizada pelos vaqueiros, escravos, fábricas, agregados e familiares do proprietário da terra. Os pequenos roçados eram cedidos ao pessoal enredado no criatório, como forma de fazer com que cada um cultivasse os alimentos de que necessitava. Não raro, homens livres e escravos produziam excedentes que negociavam com os senhores das terras, sendo uma forma de reunir alguma poupança, para, no caso dos vaqueiros, incrementarem suas posses, e, no caso dos escravos, acumular o suficiente para suas alforrias.” (MACÊDO, 2015, p. 90).

mercados das praças de Pernambuco e Bahia, onde os gados vindos do sertão eram arrematados para serem abatidos ou distribuídos para outras localidades mais distantes. É importante essa menção direta que o autor faz sobre a figura do vaqueiro, pois este é um dos personagens protagonistas da sociedade sertaneja, figura de extrema importância na pecuária e vista com muita consideração e respeito naquele universo social, ponto chave na compreensão da história cultural dos sertões do gado, que foi escrita nas caatingas bravas das Capitânicas do Norte.

Na localidade é citada a existência de uma igreja, o que diz sobre o tamanho diminuto da população local em comparação com as demais freguesias do sertão, pois algumas contavam com mais de meia dúzia de igrejas. Vale ressaltar que os territórios sertanejos do Norte eram áreas imensas, e nem todas as regiões eram povoadas, pois faltavam condições climáticas possíveis ao estabelecimento de vida humana em algumas delas (principalmente pela ausência de água) e também pessoas em número suficiente para povoar tantas léguas de terras. A densidade populacional nos sertões da caatinga jamais atingiu índices compatíveis com aqueles que se encontravam nas cidades litorâneas da capitania e nas suas imediações, fato que acentua a imagem do sertão como terra pouco habitada e portanto, cheia de “vazios” ainda selvagens. Com relação ao sertão do Pajahú [na grafia atual se escreve ‘Pajeú’, assim como o nome do rio que corta esse território] o autor menciona:

Certão do Pajahú [Pajeú] - Freguesia do Cabrobó, termo de Olinda: Tem de latitude cinquenta legoas em parte, em outras de quarenta té trinta, e de Longitude de cem té oitenta. Compreende em si sessenta Fazendas de gado vacum e cavallar; o seu principal rio he o de Pajahú donde toma o nome este Certão. Os habitadores vivem de crear seus gados, e as suas condutas he para a Cidade da Bahia e Pernambuco. Nos brejos plantão algumas lavouras para se manterem. As igrejas que ha nesta Freguezia, he tão somente a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e quatro Capellas mais. He Vigário encommendado Gonçalo Coelho de Lemos; e tem segundo o rol da desobriga: cinco igrejas filiaes: sessenta Fazendas: seis centos trinta e tres fogos: e tres mil trezentas e noventa pessoas de desobriga. (ANÔNIMO, séc. XVIII [ANAIIS DA BN, 1918], p. 37-38).

O sertão do rio Pajeú, com especial destaque para a freguesia do Cabrobó, era um dos principais territórios sertanejos da capitania de Pernambuco. Este território era importante e muito estratégico por se tratar de uma localidade cortada por dois grandes rios: o rio São

Francisco, e por um dos seus maiores afluentes, o rio Pajeú. Além da grande oferta de água, também era uma localidade que estava mais ou menos “no meio” geográfico da capitania, com rotas de acesso consolidadas para as capitanias fronteiriças, como a da Bahia, a da Paraíba, a do Ceará e a do Piauí, além da rota de ligação para a região das Minas através do próprio São Francisco. Por todas estas razões, era essa importante e próspera freguesia uma das maiores em concentração de população no sertão pernambucano. Com todo esse histórico extenso e relevante, atualmente Cabrobó (hoje constituída como um dos municípios do Estado de Pernambuco) continua sendo uma referência importante dentre as paragens sertanejas pernambucanas mais profundas, e permanece como uma das maiores, ponto de passagem obrigatório e ponto de confluência importante para quem cruza estes sertões do São Francisco.

O autor cita a existência de 60 fazendas de gado nas imediações, um número bastante expressivo em comparação com as demais freguesias, e o trabalho na pecuária era a principal atividade desenvolvida nessas paragens, e absorvia, por conseguinte, a maior parte da mão-de-obra disponível. O gado foi o maior responsável por esta prosperidade sertaneja, e graças à ele a população primeiramente se consolidou nas localidades dominadas pela caatinga e depois passou a se multiplicar, dando origem a uma das mais povoadas freguesias do interior pernambucano. Importante lembrar que tudo isso também só foi possível graças ao imponente rio São Francisco, que conseguiu suprir a necessidade de água da população que habitava perto das suas margens. Nos brejos que se formavam nas veredas do rio, haviam plantações de alguns cultivos, mas em pequena escala, voltados mais para o consumo do mercado local das famílias sertanejas. Também é mencionada a existência de cinco igrejas nesta localidade, um tipo de dado que constitui parte da imagem religiosa do sertão, onde a Igreja estava presente desde os primórdios, garantindo primeiro a catequização dos indígenas que resistiram à conquista e depois, a formação cristã das novas comunidades que foram se formando no território. No que se refere à freguesia de Tacaratú, o autor descreve:

Freguezia do Tacaratú - Relativa ao dito Certão, termo de Olinda: Tem cincoenta Legoas de Longitude, e seu principio no Rio Lajabú que lhe fica ao Norte, e de latitude em partes doze legoas, oito até cinco e menos, e em outras partes menos de meia legoa. Os habitadores vivem de criar seus gados Vacum e Cavallar, e miúdo, e haverá sessenta Fazendas: outros lugares são despovoados sem moradores alguns, por quanto não servem de criar gados por falta de agoas: outros habitadores vivem de seus negocios, e de passar boiadas para a Bahia, e de lá trazem varias fazendas para seu Comercio. A Igreja que ha nesta Freguezia, he a Matriz de Nossa Senhora da Saúde [...] e tem segundo o rol da desobriga: huma igreja filial; sessenta fazendas: duzentos sessenta e hum fogos; e mil cento e vinte e huma pessoas de desobriga. (ANÔNIMO, séc. XVIII [ANAIS DA BN, 1918], p. 38).

Sobre essa freguesia, além das demais descrições habituais que o autor vai repetindo sobre cada localidade, mantendo um padrão de descrição, ele cita de forma direta o problema da adversidade climática. De acordo com ele, alguns locais desta freguesia eram despovoados porque não serviam para criar gados em virtude da falta de oferta perene de água. Se faltava água para o rebanho, também se impossibilitava o estabelecimento e o sustento de vida humana, visto que em locais tão remotos e hostis, até mesmo as condições mínimas à vida muitas vezes faltavam, e se padeciam os animais, também padeciam os homens. A vida nos sertões só poderia prosperar em locais onde estivessem garantidas as necessidades básicas para pessoas e bois, personagens que neste contexto cultural formavam uma imagem indissociável entre si, sendo um a extensão do outro e vice-versa. Foi nos recônditos da caatinga que o sertanejo atingiu o nível máximo de conexão possível nestas terras entre humanos e a natureza mais bruta, também entre humanos e animais – fossem eles domesticados ou selvagens – todos viviam próximos, irmanados em um ambiente que desafiava diariamente sua sobrevivência.

Já é sabido que a pecuária foi o sustento, a saída possível para que se pudesse habitar os sertões do Norte e também para que se tirasse proveito econômico de regiões tão inóspitas. Nesta perspectiva, o sertanejo fez do boi a sua base, o seu arrimo, e o seu negócio, além é claro, de grande personagem desse universo entranhado nas brenhas do sertão por ele palmilhado, como é possível constatar na música tradicional e nos cordéis produzidos pela cultura sertaneja. Conforme o documento relata, mesmo com algumas regiões sem condições de serem ocupadas, Tacaratú conseguiu se estruturar como mais uma freguesia dominada pela pecuária nos sertões,

endossando mais uma vez a importância dessa atividade em meio tão agreste. Se o boi se tornou uma extensão do povo sertanejo tamanha a sua importância, a sua imagem, por sua vez, se tornou um dos símbolos máximos, uma verdadeira insígnia indissociável desta cultura sertaneja não apenas em Pernambuco, mas em todos os sertões nordestinos. Quanto a freguesia de Pilão Arcado, o autor aponta:

Freguezia do Pilão Arcado - Relativo ao dito Certão, termo de Olinda: Pertence em parte a Villa do Rio Grande, e em parte ao Termo de Olinda, isto he desde a Fazenda do Pau Amarello digo, do Pau a pique, até a passagem: tem de Longetude trinta legoas, e de Latitude até ao Brejo chamado do Teixeira distante do Rio de S. Francisco doze legoas, donde ha varias Aldeias de índios de que não tenho certeza. Os habitadores vivem de criar seus gados vacum e Cavallar, que os fazem conduzir para Minas, para donde ha a maior parte do Comercio dos Povos deste Paiz: as Fazendas de gado que haverá serão trinta e cinco, pouco mais ou menos. As Igrejas que ha de que temos noticia he a Igreja Matriz de Santo Antonio, e duas Capellas mais. He Cura amovivel Jozé Caetano Viegas: e tem segundo o rol da desobriga. Tres Igrejas filiaes: trinta e cinco fazendas: quatro centos desanove fogos: e mil oito centos e cinco pessoas de desobriga. (ANÔNIMO, séc. XVIII [ANAIS DA BN, 1918], p. 38-39).

A maior parte das freguesias nos sertões tinha como “vizinhança” aldeias indígenas. Conforme já discutido, estes territórios eram originalmente ocupados por centenas de nações indígenas distintas bem antes do período da conquista. Mesmo com os intensos processos de expulsão dessas populações e com os massacres em massa desses nativos promovidos pelos colonos para ocupar as terras dos sertões, ainda restaram grupos que reivindicavam seu espaço e foram se adaptando como puderam à presença invasora em suas antigas terras. Grande parte das fazendas de gado empregavam indígenas como funcionários na lida com as boiadas, atividade que, segundo consta, eles aprendiam com grande facilidade e tinham mais gosto em desempenhar devido à liberdade com que podiam viver nos campos abertos do sertão, junto à natureza e o seu habitat natural. Situação essa muito diferente de quando em outras circunstâncias, eram capturados e obrigados à executar atividades que exigiam esforços repetitivos, reclusão em ambientes fechados, ou o emprego exaustivo de força física, como ocorria nas lavouras extensivas de cana ou nos engenhos por exemplo, onde a mão de obra escravizada de origem africana foi empregada com melhores resultados para os proprietários em comparação com a força de trabalho imposta ao indígena. Sobre esta questão, o historiador

Marcos Galindo reforça que foi “fazendo da mulher tapuia, agregada ou cativa, a mãe dos seus vaqueiros, que os colonos conseguiram integrar o nativo na sociedade nascente. Ou melhor, foi se deixando integrar na sociedade sertaneja que o tapuia viu sua cultura, seu tempo e seu espaço se metamorfosear para formar o povo sertanejo.” (2017, p. 292-293).

Porém, é evidente que nem todos os indígenas se submeteram a trabalhar para os colonos, tendo muitos deles permanecido junto à sua comunidade e tentando se manter na vida tradicional do seu povo, sem aceitar a catequese nem o ofício nas fazendas. Estes indígenas viviam com os seus em terras mais distanciadas das vilas, mas ainda assim, envolviam-se em constantes conflitos pelo direito à manutenção do seu território, sofrendo as pressões que a chegada das colonização aos sertões lhes impunha, tendo que se defender da ganância desenfreada dos colonos ávidos em se apossar dos seus domínios. Com a expansão das fazendas nos sertões do Norte, os indígenas que resistiram e conseguiram sobreviver a estes inúmeros conflitos, foram cada vez mais empurrados a viver nos confins mais profundos e inóspitos do território, em áreas extremamente remotas e na maioria das vezes muito distante das regiões que lhes eram familiares, onde eles e seus ancestrais habitaram por centenas de anos.

Outra informação citada pelo autor neste trecho refere-se à venda dos gados destes sertões para a região das Minas, que naquela altura era a principal compradora das boiadas criada nos sertões das Capitânicas do Norte. Havia homens, como os vaqueiros e tangedores, que eram especializados na árdua tarefa de conduzir estes bois através de incontáveis léguas pelo agreste da caatinga até os mercados que abasteciam de víveres e demais produtos os moradores da região mineradora. Muitas cabeças de gado se perdiam por estes extensos caminhos sertanejos, ceifadas pela estafa extrema à qual eram submetidas com tamanha andança sob o sol quente e atravessando a terra seca, e também pela falta de água e de pasto adequado durante algumas estiagens, contudo, ainda tratava-se de um negócio bastante

lucrativo para os donos das boiadas, e essencial para o abastecimento de carnes na colônia em regiões desprovidas de pecuária extensiva.

Os homens que trabalhavam em lida tão dura como a da pecuária sertaneja tiveram de se tornar tão fortes e adaptados ao ambiente extremo quanto os próprios animais que faziam parte dos rebanhos sob a sua responsabilidade, daí depreende-se mais uma grande imagem da cultura sertaneja, àquela associada à pessoas de natureza forte, corajosa e altamente resistente às adversidades. A imagem do bravo sertanejo, do sujeito forte e destemido por ter sido forjado nas asperezas da caatinga, nas privações do lugar, e nas carências da pobreza, é uma das mais recorrentes na descrição da sua figura, e certamente uma das mais poéticas e romantizadas também, e por isso foi, e de certa forma ainda é, usada ostensivamente na arte produzida sobre o sertão e sobre a sua gente valorosa e de fibra.

Nesta fonte, que nos remete ao contexto sertanejo pernambucano do final do século XVIII, é possível verificar, portanto, um conjunto de imagens que estão relacionadas a um sertão bem devassado, com muitas terras ocupadas pelas fazendas de gado e vilas sertanejas – que estabeleceram por fim a ocupação de boa parte desse território pelos colonos – onde já pulsava uma cultura bastante peculiar do que se tinha até então como referência nas vilas do açúcar. Nos próximos capítulos, as demais fontes a serem analisadas adentram pelos primeiros anos do século XIX, com relatos que trazem à tona um número ainda maior de informações e detalhes importantes para a compreensão que esta pesquisa busca realizar sobre a vida e a cultura dos sertões pernambucanos da caatinga, e também sobre os seus habitantes típicos, através das imagens que foram construídas pelos autores que experienciaram na pele estas paragens recônditas e relataram o que puderam viver nelas nos seus escritos.

CAPÍTULO III

PADRE MANUEL AIRES DE CASAL E A NARRATIVA DA SUA EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIOS SERTANEJOS PERNAMBUCANOS

O padre Manuel Aires de Casal é uma figura de biografia bastante incerta, e sobre a qual se dispõe de poucas informações. De acordo com as historiadoras Lorelai Kury e Magali Romero Sá (2012) provavelmente ele teria nascido em Portugal no ano de 1754 e sua viagem ao Brasil teria ocorrido nos anos finais do século XVIII. Sabe-se que no início do século XIX Casal ocupou o cargo de presbítero secular do Crato, território localizado no chamado “Sertão do Cariri” no Ceará, bem na divisa com Pernambuco. Essa paragem sertaneja, localizada no sopé da Chapada do Araripe, ficou popularmente conhecida pela alcunha de “Oásis do Sertão”, em virtude das suas características climáticas favoráveis para agropecuária, por se tratar de área mais úmida do que a média dos sertões da caatinga, com condições mais amenas para os cultivos. Para além das atividades relacionadas ao sacerdócio, Casal também se dedicou aos estudos como geógrafo e historiador, algo bastante corriqueiro entre os religiosos na época. O principal fruto deste seu trabalho intelectual foi o livro: *Corografia Brasileira ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil*, publicado em 1817 pela Imprensa Régia.

Trata-se de uma obra escrita nos moldes celebrados pela geografia clássica, característica que já não era comum em obras produzidas no início do século XIX, após a forte influência intelectual propagada pelo Iluminismo. É composta e fundamentada em descrições e inventários, e também em textos de autores anteriores, na qual Casal fazia: “uma ampla descrição do Brasil e analisava mais detidamente suas províncias. As informações que elencava foram em grande parte extraídas de livros e não seguiam os padrões científicos da geografia do Oitocentos.” (KURY e ROMERO SÁ, 2012, p. 260). Ainda de acordo com as autoras, mesmo que o padre Manuel não tenha sido um naturalista, nem mesmo um viajante no sentido filosófico

do termo, de acordo com os padrões da época, sua experiência no território brasileiro foi bastante ampla, levando em conta que ele viajou muito por diversas regiões da colônia. Essas experiências lhe deram a oportunidade conhecer de perto os sertões da caatinga nos confins mais recônditos das Capitanias do Norte – inclusive com passagens por localidades sertanejas da capitania de Pernambuco – onde teve contato com uma série de plantas, animais, paisagens e pessoas do semiárido nordestino durante o tempo que atuou como presbítero no interior do Ceará. O padre teve a chance de ver com os próprios olhos e de relatar com as suas próprias palavras informações importantes sobre as suas incursões por esses rincões, e por isso sua obra pode contribuir como uma fonte relevante para a compreensão destes sertões naquele momento.

Casal descreveu os sertões do Norte em seu livro de forma a dar destaque e importância para estas regiões sertanejas, tanto quanto deu destaque e espaço para seus relatos sobre áreas do litoral, e conforme já foi discutido, isso era incomum nas obras escritas nesse período. “Desse modo, os sertões aparecem na *Corografia Brasílica* como plenamente inseridos no Estado do Brasil. O livro se tornaria um clássico para os estudos sobre o país, sendo incluído na Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional.” (KURY e ROMERO SÁ, 2012, p. 261) o que evidencia que a obra atingiu certo prestígio entre os estudiosos da época. Nas suas narrativas, o autor traz descrições com informações importantes especialmente sobre como era o sertão da província de Pernambuco, e por isso se juntou ao grupo de autores selecionados neste trabalho – autores que dedicaram boa parte dos seus relatos para discorrer sobre os sertões pernambucanos e adjacentes na sua obra no período histórico em questão.

Agruras e proveitos da vida nos sertões da caatinga

Não há margem de dúvida para a afirmativa consolidada pela historiografia, pelas fontes coevas, e até mesmo pela experiência atual, de serem os sertões da caatinga da porção Nordeste do Brasil terras de condições geoclimáticas muito severas e temperaturas intensas, locais onde

a vida sempre encontrou asperezas para se manter resistente e fortalecida⁴⁰. Casal, assim como os demais autores que visitaram essas paragens e escreveram sobre elas, não deixou de observar aspectos que fizeram parte da laboriosa empreitada de se viver nos sertões do Norte, uma vida cheia de agruras em um ambiente que não poupava aqueles que não conseguissem ser resilientes e sábios nas artimanhas de dominar os desafios que a terra impunha e também os que a própria sociedade sertaneja foi criando na medida em que se tornou mais complexa. A tão reclamada falta de água que assolava certas regiões, principalmente em períodos de seca, era a mais elementar de todas as dificuldades encontradas, por ser o elemento básico de manutenção de qualquer forma de vida na terra. Para além da oferta de água permanente nos rios perenes, “limitava-se a ipueiras, olhos d’água, poços naturais, mais ou menos grandes e constantes; fora destes casos tem-se de procurá-la no seio da terra, operação fácil nos álveos secos, em outros casos empresa árdua e até frustânea. Em geral não prima quanto ao gosto, em consequência da salinidade dos terrenos que a filtram.” (ABREU, 1982, p. 170). Sendo a água nos sertões uma dádiva, aprendeu o sertanejo a ser consciente da sua importância e regrado no seu uso, aspecto que não costuma ser observado na maneira de viver daqueles que jamais experienciaram a carestia hídrica em suas vidas⁴¹.

Em paralelo a este contexto do clima, havia nestes sertões do Norte regiões de veredas, ou seja, mais próximas do leito dos rios, terras férteis e propícias para serem cultivadas, conforme já apontado, e Casal também descreveu essas áreas, onde “o caráter salino do solo, a

⁴⁰ “No que diz respeito a imagem dos sertões totalmente identificados por suas condições naturais, podemos logo de início anunciar que possivelmente nem todas as partes interioranas eram compostas por caatingas brabas, solos constantemente rachados pelo calor escaldante e distantes de rios perenes e aguadas. Evidente que há características que permaneceram pelos séculos, todavia, estudiosos são enfáticos em apontar a constante ação do homem através de derrubadas e queimadas de vegetação para abrirem pastos como um dos fatores mais relevantes para a deterioração paulatina dos solos sertanejos. O próprio pisoteio do gado sobre o mesmo espaço por séculos tem um impacto ambiental tremendo, impedindo a recomposição da vegetação. E na medida com que há desmatamento e uma baixa quantidade de plantas para facilitar o processo de evaporação, a situação de falta de chuvas ficava ainda mais drástica.” (HENRIQUE, 2014, p. 123).

⁴¹ Ainda hoje, várias localidades mais remotas e menos habitadas desses sertões sofrem com a crises provocada pelas secas, pela falta de estrutura de abastecimento de água e com o descaso dos governos quanto a isso.

abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes, determinaram a multiplicação do gado vacum.” (ABREU, 1982, p. 170). O gado trouxe para a vida alimentar do sertanejo não apenas a oferta das carnes verdes (como também é chamada a carne fresca) e da carne salgada seca ao sol, mas a possibilidade de transformar o leite e seus derivados, tais como os queijos, a manteiga e o requeijão, em novas fontes alimentícias em regiões onde a oferta de víveres era menos sortida e mais limitada. De acordo com Câmara Cascudo (2009) em seus estudos sobre a cozinha sertaneja provenientes de diversas viagens pelos confins do Nordeste, também compunham a mesa dos sertões alimentos como feijão, milho, mandioca, banana, abóbora, cará, farinha pilada, ovo, peixe e também carnes de frango, suína, caprina e de caça como a do mocó e do teiú⁴². Tudo era feito em preparos simples mas sempre bem temperados, servidos em pratos substanciosos e sem requintes, pois ali a função da comida era de fato alimentar, sustentar nutrida a pessoa, não se dando à ela status de deleite e ostentação como em outros locais da colônia, mas sem ignorar que a mesa farta em quantidade também agrada ao povo do sertão, especialmente em ocasiões de festejos e comemorações como em dias santos ou casamentos e batismos⁴³. A aguardente de cana, e também a de mandioca – chamada “tiquira” – eram muito consumidas nestas paragens, se tornando um hábito cultural especialmente após as refeições.

De acordo com alguns aspectos já apontados e discutidos, é notória influência da cultura indígena em diversos âmbitos da cultura que se formou nos sertões, inclusive quando se trata de alimentação. Para citar apenas um exemplo, o sertanejo adotou do nativo o hábito diário de

⁴² “São ainda hoje três épocas alegres do ano sertanejo: a do milho verde, a da farinha e a da moagem. Do milho seco, quase exclusivamente reservado para os cavalos, só se utilizavam torrado ou feito pipoca, transformado no raro cuscuz ou no insípido aluá. O milho verde, cozido ou assado, feito pamonha ou canjica (no sentido do Norte, muito diverso do Sul), o milho verde durante semanas tirava o gosto das outras comidas. A farinhada com a farinha mole, os beijos de coco ou de folha, as tapiocas, os grudes, etc., as cenas joviais da rapagem de mandioca, representavam dias de convivência e cordialidade.” (ABREU, 1982, p. 172).

⁴³ “As festas religiosas marcaram a sociabilidade das populações rurais da colônia. Todas as freguesias tinham ao menos uma igreja matriz em torno da qual orbitava a maior parte da vida social dos habitantes da região. O próprio povoamento de muitas vilas tinha por ponto central a Igreja, frequentada pelos moradores das fazendas pelo menos uma vez por semana. A exceção somente era feita no caso de unidades produtivas muito distantes, cujo deslocamento podia consumir dias [...], tornando a ida à Igreja menos frequente, visitada somente em datas mais emblemáticas do calendário litúrgico ou nos dias de casamento, batizado, velório.” (HENRIQUE, 2014, p. 149).

consumo da mandioca em diversas versões e preparos, tais como em forma de farinha, tapioca ou cozida nas carnes em caldos suculentos. Essas assimilações culturais foram intensas e puderam se propagar pois os indígenas jamais deixaram de viver nos sertões da caatinga, tendo sido as populações nativas remanescentes das guerras apenas empurradas território adentro depois da conquista das suas terras originais ou absorvidas como força de trabalho barata pelas missões religiosas, pelas fazendas de gado e também nos arraiais que se formavam nestes entornos, situações que comprovam a exploração dos indígenas pelos colonos em toda e qualquer parte da colônia, mesmo nos locais mais remotos.

Como era de se presumir para um homem de sua posição, a visão que Casal tinha dos indígenas corresponde ao estereótipo pejorativo comum que naquela época era associado à estes grupos. Ele descreve os grupos indígenas com os quais se deparou no sertão como sendo mais selvagens, de hábitos nômades, e portanto, menos adaptados a atividades repetitivas, como por exemplo, o cultivo de lavouras. Contudo, o autor consegue reconhecer neles alguns traços importantes assimilados ao cotidiano desses povos à medida que foram convivendo no contexto colonial que lhes fora imposto, no qual as mulheres da aldeia passaram a trabalhar como a fabricação de peças de barro por exemplo, e vendiam essas peças para fora, a fim de contribuir no sustento da sua família e de toda a comunidade, além do trabalho que também exerciam no auxílio no cultivo e tecelagem do algodão. Os homens da aldeia se ocupavam mais da caça e alguns no trabalho nas fazendas de gado das imediações. Estes são retratos do que se tornou a vida de grande parte dos indígenas no período pós conquista dos sertões, neste momento em que eles já faziam parte das engrenagens da sociedade sertaneja que havia ali se estruturado.

PERCORRENDO AS PALAVRAS DO AUTOR

Sobre o sertão na parte Ocidental da Província de Pernambuco:

A parte ocidental da província é muito mais extensa que a precedente; porém muito mal povoada, sendo um país agreste, e seco sem outras chuvas mais que as das trovoadas; mas não geralmente infecundo; encontrando-se por toda a parte pedaços

de terreno mais ou menos fértil, onde se cultivava, ou pode cultivar mandioca, milho, feijão, hortaliças, algodoiros com algumas árvores frutíferas. Alguns há apropriados para plantações de canas-de-açúcar. Por toda a parte se cria gado vacum em maior, ou menor quantidade; e se encontra variedade de caça em abundância. (CASAL, 1817, p. 266).

No trecho acima, o sertão da província pernambucana é apresentado pelo autor por suas características mais latentes, tais como seu clima seco, algumas terras férteis para a agricultura e a presença do gado – em especial para olhos portugueses vindos de tão longe. É colocado como terra extensa mas pouco povoada, sendo muito agreste de clima e seca a ponto de faltar água, características que criaram a imagem de sertão associada à uma terra com localidades inóspitas, difíceis de se habitar. Apesar das adversidades, o autor ressalta outro aspecto que também se encontrava nestas regiões, representado pelas áreas de clima mais ameno, cortadas pelos rios, onde existiam territórios de muita utilidade, com terrenos férteis, onde se podia cultivar por exemplo mandioca, milho, feijão, e outras roças. Além disso, era terra boa para se criar gado vacum em pouca ou muita quantidade, e havia também boa oferta de carne de caça disponível para compor a alimentação do povo sertanejo. Fosse proveniente de criatório ou de caça, a carne vermelha compunha fortemente o cotidiano alimentar no sertão, inclusive pela dificuldade de cultivo ou acesso à uma gama mais variada de outros tipos de víveres.

É comum nestes relatos vivenciais de época encontrar esse tipo de observação sobre como se ocupou aquele determinado território, o que nele existia, como as pessoas viviam, e as potencialidades econômicas que dali poderiam prover. São textos que, por meio dessas informações, fornecem “notícias” sobre essas terras tão distantes para pessoas que possam se interessar sobre o que lá havia, inclusive visando interesses comerciais. No caso de Casal, como além de religioso ele era um estudioso da história e da geografia da colônia, sua obra tinha a intenção de contribuir com a escrita da história do Brasil, a partir das experiências testemunhadas pelo autor durante suas viagens, cumprindo uma espécie de “dever moral” do intelectual, e para um público que dificilmente teria acesso as regiões por ele visitadas. Quando

se trata do sertão da caatinga, também é possível constatar que os relatos de experiência nestas regiões produzidos no período colonial invariavelmente trazem em seu bojo essa ambiguidade fundamental entre a imagem de um território cheio de adversidades, com paragens altamente agrestes, *versus* a imagem de um território igualmente fértil, detentor de veredas que poderiam garantir a prosperidade econômica e social das pessoas que nele se estabelecessem dispostas a trabalhar para superar as asperezas da vida rural nestes confins. São duas imagens de certa maneira opostas mas ao mesmo tempo complementares sobre os sertões do Norte. A respeito de algumas aldeias indígenas do interior da Província de Pernambuco, o autor relata:

Ocupavam um território de trinta léguas em quadro, entre o Rio Moxotó, e o Pajeú, mais próximos à Serra do Araripe, do que ao Rio de São Francisco: país na maior parte agreste e falto d'água. Todas errantes, sem conhecimento de gênero algum de agricultura, mantendo-se de frutas silvestres, mel, e caça: um porco, um veado, um pássaro, tudo era assado com cabelo, penas, e intestinos. Os homens, cujas armas eram o arco, e seta, andavam nus; as mulheres cobriam-se decentemente por diante com uma rede miúda [...] Todos receberam o batismo; e depois de aldeados começaram a cultivar os víveres mais necessários à vida, como mandioca, milho, e algumas frutas: conservando uma grande paixão pela caça, e pretendendo ter o mesmo direito sobre os bois, e carneiros dos fazendeiros circunvizinhos [...] (CASAL, 1817, p. 254).

Ao ler esta descrição sobre os indígenas nativos dos sertões escrita pelo padre Manuel Aires de Casal já no início do século XIX, é inevitável não deixar de relacioná-la com os demais relatos escritos sobre estes mesmos sujeitos séculos antes, por autores como Ambrósio Fernandes Brandão, padre Miguel e Carvalho e frei Martin de Nantes por exemplo – de certa forma, tem algo “antigo” nessa maneira de enxergar e descrever os indígenas, pois era algo que já se via desde os primeiros relatos sobre os indígenas no início da colonização e que permaneceu. Essa questão também está diretamente relacionada com o fato do autor ser um padre, um representante do que havia de mais tradicional no pensamento cristão-católico. Todos estes autores citados acima apresentam um ponto em comum portanto: um olhar depreciado e pejorativo, em maior ou menor intensidade, sobre estas populações, sempre pautados por referenciais eurocêntricos. Essa visão depreciada se manteve sobre os nativos da terra ao longo de todo o período colonial, e inclusive, depois dele. Casal refere-se em seu texto a indígenas

que já haviam sido catequizados e aldeados, mas que ainda assim, permaneciam com certos hábitos bastante selvagens para os padrões dos colonizadores.

Essa questão indígena também denota a reflexão sobre os limites que a catequização poderia de fato alcançar, em especial se tratando de indígenas nativos dos sertões, tão distantes da dita “civilização” que havia no litoral, e tão mais afeitos à suas próprias raízes culturais, por estarem justamente mais distantes das influências estrangeiras. Tal fato remete diretamente à constituição das raízes da cultura sertaneja, que é fortemente formada por elementos da cultura indígena nas suas matrizes. A caça, a pesca, a forma de conservar e preparar os alimentos, a manufatura de utensílios do dia a dia, o hábito de dormir em redes, os conhecimentos sobre os animais e plantas da caatinga e sobre como encontrar água, o canto de aboio do gado, e tantos outros elementos que fazem parte do universo da vida sertaneja foram diretamente trazidos da cultura indígena, dos modos de vida daqueles que já habitavam os territórios agrestes há centenas de anos antes do contato com os colonizadores, e que após um processo extremamente violento de invasão de suas terras, formaram junto aos colonos que ali se estabeleceram formas diferentes de vida em ambiente tão rústico e hostil, ao qual já estavam plenamente habituados por serem nativos destes locais há incontáveis gerações. A imagem do sertão associada aos indígenas jamais se desfez no imaginário sobre estas regiões.

Ao final do trecho, Casal ainda menciona que os indígenas pretendiam “ter o mesmo direito sobre os bois, e carneiros dos fazendeiros circunvizinhos”, o que gerava conflitos entre esses grupos e os donos destes animais. Evidente que o encontro interétnico entre colonos e indígenas gerou tensões e principalmente, foi obrigando os nativos a mudarem hábitos que faziam parte da sua cultura ancestral, como a prática da caça de animais para a alimentação da aldeia. Para os indígenas, que desconheciam a noção de propriedade privada de bens naturais, era difícil, extremamente complexo compreender e assimilar o que significava o impedimento

que se impunha a eles de caçar os bois e demais animais de criação particular que estavam soltos pelos campos nas terras ao redor das fazendas – como eles poderiam diferenciar entre o que era um animal que podia ser aceito como caça nessa nova ordem e o que era gado ferrado no pasto, que tinha dono, e portanto, proibido para eles comerem se no seu entendimento, não havia o conceito de propriedade privada de animais, da caça que não fosse acessível aos guerreiros do grupo que saiam para cumprir essa função honrosa junto aos seus.

Por conta disso, frequentemente poderiam ser causa de desentendimentos e conflitos mais graves situações nas quais os nativos abatiam bois, cavalos, cabras, bem como quaisquer outros animais encontrados nos seus antigos territórios tradicionais, mas que estivessem agora dentro dos limites de uma fazenda particular. Da parte dos fazendeiros, os animais de sua criação caçados e devorados pelos indígenas significavam além do prejuízo, uma ofensa violenta contra a sua propriedade, seus direitos e sua honra, ato hediondo naquelas paragens, cometido por aqueles tidos como conscienciosos ladrões a serem reprimidos e devidamente punidos por seus crimes, de forma a se evitarem novos abates. Diversas escaramuças entre indígenas e fazendeiros tiveram início por este estopim, quando os sertões do Norte já estavam em boa parte ocupados pelas fazendas de gado, restando poucas terras familiares aos grupos indígenas nas quais eles pudessem habitar e manter seu sustento e sua cultura vivos, o que fez os remanescentes que se mantiveram unidos serem empurrados cada vez mais território adentro.

Com relação a uma das principais vilas do sertão pernambucano, o autor menciona:

Pilão-Arcado fica [...] bem situada junto a uma colina na margem do Rio de São Francisco, sua única fonte em todo o tempo, e cujas cheias extraordinárias lhe causam algum dano. A igreja matriz, dedicada a Sto. Antônio, é nova, e sólida, feita de tijolo, e cal: as casas quase geralmente térreas, e de madeira; e sendo ainda muitas cobertas de palha. É vila de trezentos vizinhos, que vão em aumento, e com os do seu vasto termo chegam a cinco mil habitantes. Cultivam mandioca, milho, legumes, bons melões, e melancias nas margens do rio. Nos seus contornos geralmente agrestes, estéreis, e que só criam gado vacum, (sujeito às horrorosas mortandades causadas pelas grandes secas, que frequentemente se experimentam) há várias lagoas pequenas em maior ou menor distância do rio, todas de água mais ou menos salobra, em cujas margens o calor do sol faz aparecer sal como geada. (CASAL, 1817, p. 268).

Pilão Arcado foi erigida vila em 1810 e estava situada precisamente no meio do sertão banhado pelo rio São Francisco, rio esse essencial à sobrevivência de maior parte dos povoados, vilas e cidades do sertão de toda a Província de Pernambuco e das capitanias circunvizinhas por qual ele passava com suas águas. O autor cita a igreja matriz que havia no local, o que reforça mais uma vez a força da presença premente da Igreja Católica até mesmo nos sertões mais recônditos da colônia. A Igreja Católica, vale reforçar inclusive, foi uma das primeiras representantes, um principais braços da empresa colonial que alcançou os sertões da porção nordeste da América portuguesa, e lá se manteve pelos séculos posteriores.

Casal também descreve as casas sertanejas, em geral construções bastante simples conforme já discutido. Eram casas térreas, feitas basicamente com estrutura de madeira, barro e telhado de palha. De acordo com ele, Pilão-Arcado era naquele momento uma vila em pleno crescimento, que vinha aumentando sua população à base do cultivo de víveres – como mandioca, milho, legumes e frutas nas margens do rio, que eram bastante férteis – mas principalmente graças à expansão da criação de gado na localidade. Nas áreas onde não fosse possível cultivar atividades ligadas a agricultura pela falta de água, certamente o gado tomaria conta, o que garantia um melhor proveito da terra, fosse ela mais seca, ou de veredas férteis. O sertanejo soube contornar ou tirar algum proveito de todas as situações que os sertões da caatinga lhe impôs com muita sabedoria e empenho. Trata-se de um povo altamente versado na arte da sobrevivência em meio às adversidades mais duras que se pudessem imaginar.

Conforme discussão já abordada e agora trazida por Casal em seu relato, é sabido que as margens dos rios e lagoas destes sertões eram formadas por terras com abundante oferta de sal na sua composição mineral, um fator determinante para o sucesso do empreendimento da pecuária mesmo em um meio-ambiente tão seco e severo. O sal disponível para o gado nestes lamedouros era fundamental para que os animais se mantivessem nutridos e saudáveis. Os

entornos mais distantes dos rios e das lagoas eram terras ainda mais secas e agrestes, absolutamente impróprias para roças, mas acomodavam o gado que vagava em busca de capim para ruminar, e que era deslocado pelos vaqueiros e peões para beber água⁴⁴. É digno de nota por ser dado que sempre impressionou durante a pesquisa, o fato dos bois terem se multiplicado tão exponencialmente em boiadas imensas nos sertões da caatinga. É claro que esse processo de adaptação das reses ao meio ambiente local durou muito tempo até vicejar, e mesmo depois de sucedida a aclimatação dos animais, muito gado se perdeu por aqueles pastos ou pelas estradas sertanejas vitimados pela seca e pela fome em períodos de maior estiagem. Apesar dos pesares, ainda assim, permanece surpreendente que a pecuária tenha dado tão certo no fim das contas, em um ambiente tão dificultoso e severo, e é claro que a citada presença farta de sal no leite dos rios é um dos elementos que ajuda a explicar o sucesso desse empreendimento.

O padre também cita as grandes secas que assolavam essas paragens, e que acabavam matando muitas pessoas e animais devido à falta severa de água. Fora a água dos rios, mais pura, a água que se encontrava em lagoas e poços menores, mais superficiais, era em grande parte salobra (tipo de água que apresenta nível de salinidade intermediário entre a da água doce e a da água salgada), e causava problemas de saúde graves quando ingerida pelos sertanejos no desespero das secas, podendo levar inclusive à morte por infecção severa. A vida nos sertões da caatinga era determinada pelo regime das águas, mas esse regime nem sempre era regular, e por vezes períodos extensos de seca castigaram as populações e seus animais, piorando e muito as condições de sobrevivência dos mesmos, forçando inclusive a empreitada de migrações para outras regiões em alguns casos mais severos. Em outras ocasiões, e no sentido oposto, era a

⁴⁴ “O sertão do Nordeste não oferece condições muito favoráveis à pecuária. A caatinga, com sua vegetação arbustiva, proporciona uma alimentação que deixa muito a desejar, pois possui poucas ervas forrageiras e gramíneas. O gado é obrigado a alimentar-se das ramas dos arbustos, principalmente de leguminosas, e cactáceas que aí abundam. O regime pluviométrico é igualmente muito desfavorável devido à pobreza e irregularidade das precipitações. Nas secas prolongadas toda vegetação se ressentiu e uma grande parte dos rios seca. [...] Num meio tão difícil, o gado introduzido teve de passar por um longo período de adaptação, o que repercutiu na sua constituição: animais de pequeno porte, pouco exigentes, mas bastante resistentes.” (PETRONE, 2011, p. 247).

cheia dos rios que causava tragédias, pois alagavam as vilas mais próximas do leito dos rios, destruindo casas, plantações, e provocando o afogamento de pessoas e animais em durante episódios mais drásticos, e assim, a água faltava demais ou afluía além da conta. O sertão também é marcado por essa imagem de um território onde imperavam os extremos da força da natureza. Sobre outras vilas sertanejas da Província de Pernambuco, o autor escreve:

Vila Real de Santa Maria, situada numa ilha de três milhas de comprimento, larguíssimo espaço abaixo da precedente, tem o aspecto de aldeia, e cento e sessenta vizinhos geralmente índios caçadores, pescadores, e agricultores; inimigos do fausto, isentos de tributos; suas mulheres fiam, e tecem algodão; e trabalham em olaria, de que se exporta considerável porção. [...] Defronte está o mediano arraial, e julgado de Quebrobó [Cabrobó], com uma igreja matriz de N. Senhora da Conceição, cujos paroquianos, em número de mil oitocentos e vinte e sete vizinhos de todas as compleições, vivem pela maior parte dispersos pelo seu vasto termo. Algodão, e gado fazem a sua riqueza. Flores, erecta vila no ano de oitocentos e dez, é ainda pequena, e fica na vizinhança do Rio Pajeú. Serve-lhe de matriz uma capela filial da paróquia de Quebrobó [Cabrobó]. O povo, que a habita só tira lucro da criação do gado, e da cultura dos algodoeiros. Simbres, anteriormente Ororobá, pequena vila de índios Chucurus com alguns brancos, e mestiços cultivadores de algodão, e mantimentos do país. Os primeiros têm fama de saber compor remédios, que fazem alienar o juízo. Suas mulheres trabalham em olaria com arte; fiam, e tecem algodão; [...]. Quatrocentos e setenta e dois é o número dos vizinhos, que formam a sua população. (CASAL, 1817, p. 269).

Neste trecho Casal cita as principais vilas que se localizam no sertão pernambucano cortado pelos rios São Francisco e Pajeú, sendo estes rios as principais fontes de água daquelas paragens e as principais vias de ligação entre diferentes regiões sertanejas do Norte da colônia, pois era mais seguro e rápido se deslocar pelo curso das águas do que pelas terras secas da caatinga. Eram vilas de diferentes tamanhos, como a pequena Vila Real de Santa Maria, localizada em uma das diversas ilhas presentes no São Francisco, e habitada por indígenas aldeados que viviam da caça e da pesca, de pequena agricultura, e dos proventos na manufatura de cerâmicas em olaria. A cerâmica indígena é bem característica e facilmente distinguível pelas suas formas e cores orgânicas, tendo se tornado inclusive fonte de renda para muitas comunidades que produzem peças de barro que são vendidas localmente e também em lojas de artesanato em cidades grandes como Recife.

No mesmo território também se localizava o arraial de Quebrobó [atual Cabrobó], que desde aquela época já tinha tamanho maior e mais população em comparação com as demais freguesias sertanejas, embora as pessoas vivessem dispersas por território tão vasto. Cabrobó tinha uma igreja matriz que era a maior e a principal de todo o complexo do sertão do Pajeú. Nas paragens onde faltava uma igreja próxima para atender aos fiéis, as pessoas tinham que se deslocar até Cabrobó para participar dos serviços religiosos. Nessa vila o gado e o algodão eram a base do sustento da população, como ocorria na maior parte das vilas nos sertões da caatinga de Pernambuco e adjacências. Outras atividades, como as plantações, e a manufatura do couro tinham menor lugar na estrutura econômica deste território, embora fossem atividades essenciais no sertão. Flores e Simbres também foram citadas no trecho e formavam junto com os demais arraiais as paragens mais habitadas naquele momento junto às imediações do rio São Francisco na sua porção pernambucana. Essa realidade se mantém válida, pois esse complexo sertanejo são franciscano, atingindo até a divisa com a Bahia na altura de Petrolina, conta com as maiores e mais importantes cidades de todo o sertão do estado de Pernambuco.

CAPÍTULO IV

O RELATO DE HENRY KOSTER SOBRE A SUA VIAGEM PELOS RINCÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

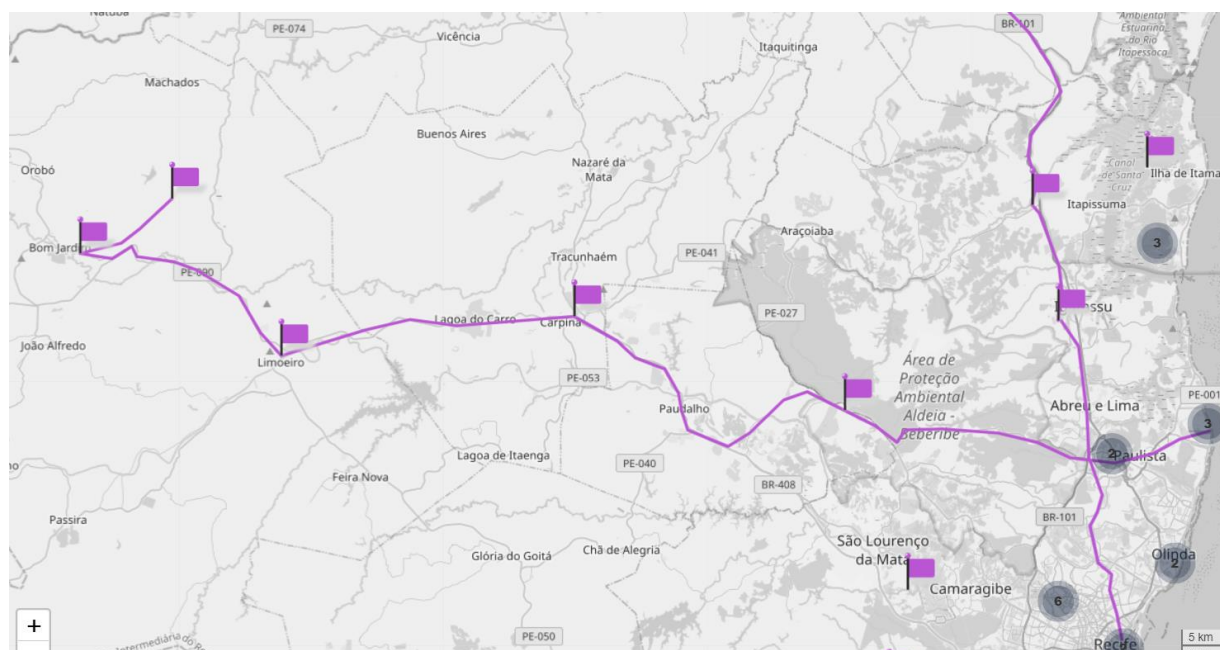
Henry Koster foi o autor responsável por um dos mais importantes relatos sobre a porção Nordeste do Brasil no início do século XIX, texto que faz parte do livro: *Travels in Brazil*, em português *Viagens ao Nordeste do Brasil*. A biografia de Koster é escassa de informações, principalmente sobre sua vida antes de chegar ao Brasil. Sabe-se, contudo, que era filho de um comerciante inglês de Liverpool, de nome John Theodore Koster, mas que havia nascido em Lisboa, Portugal, em data desconhecida, porém ao chegar no Recife, no dia 7 de setembro de 1809, consta que tinha 25 anos de idade na documentação de desembarque (GASPAR, 2021).

Koster viajou para o Brasil em busca do clima tropical para se tratar em melhores condições de um quadro de tuberculose. Embora o motivo de sua vinda ao Brasil tenha sido o tratamento da sua doença, com a melhora gradativa do seu quadro de saúde, ele pode se estabelecer socialmente no país, fazendo amigos e frequentando a alta sociedade de Recife, na qual se integrou rapidamente. Ele também conseguiu viajar para diferentes partes da colônia, pois se tratava de um homem curioso e que gostava de conhecer locais e culturas diferentes, além disso, tinha posses para custear esse tipo de aventura. Consta que Koster se comunicava em português fluentemente, fato que certamente o ajudou na sua estadia e integração. Localmente ficou conhecido como Henrique da Costa. Sobre suas andanças pelo Brasil:

Em 1810, sentindo-se bem melhor da doença que o acometia, resolveu viajar a cavalo para a Paraíba e de lá foi até Fortaleza, no Ceará. Voltou ao Recife no início de fevereiro de 1811 e já no final do mês viajou novamente, desta vez por mar, para o Maranhão, de onde regressou para a Inglaterra. Em 27 de dezembro do mesmo ano, voltou ao Recife e fez uma viagem ao sertão de Pernambuco. Quando retornou, arrendou o engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, tornando-se agricultor e senhor-de-engenho. Como bom observador anotava, com detalhes, tudo o que via em suas viagens e no seu dia a dia. Tomava parte da vida brasileira, conhecendo seu povo, seus usos e costumes, convivendo nas ruas com as mais diferentes camadas da população e frequentando festas da sociedade local. (GASPAR, 2021).

Dentre todos os locais que pode explorar nos trópicos, é justamente o relato dessa viagem que o autor fez especificamente pelo sertão de Pernambuco no final de 1811 que interessa para esta pesquisa. Através da leitura do texto no qual ele narra essa experiência, é possível verificar que foi uma viagem penosa pelo árido território, na qual Koster se deparou com dificuldades tais como a falta de estradas, a insegurança dos caminhos e, principalmente, com o rigor do ambiente, que causaram transtornos à sua comitiva, além da falta de água e de pouso seguro para o descanso em alguns momentos. Contudo, o estrangeiro também expressou em suas palavras o seu encanto com as belezas do local, e o impressionaram sobremaneira a força do sertanejo e as suas artimanhas de adaptação ao meio tão rústico das caatingas⁴⁵.

Imagem 3: Neste trecho do mapa atual do Brasil, é possível ver o traçado de qual teria sido a rota aproximada da viagem feita por Koster por terras pernambucanas, de acordo com o relato do próprio autor, com destaque especial para o trecho longo que ele percorreu no interior de Pernambuco, tendo atingido o sertão do Orobó.



Fonte: “Viagens ao Nordeste do Brasil – Henry Koster” (2019). Atlas dos Viajantes do Brasil, disponível online em <https://viajantes.bbm.usp.br/>

⁴⁵ “O interior do nordeste da América portuguesa foi pouco visitado por europeus até o século XVIII. Raros foram os conquistadores, tanto espanhóis quanto portugueses, que enfrentaram a longa jornada até o coração do sertão americano. Muitas viagens exploraram apenas os litorais e, as que se aventuravam território adentro, normalmente partiam da foz do rio da Prata, na atual Argentina, em busca das terras e das riquezas do reino do Rei Branco, supostamente na região dos Andes.” (BONATO, 2014, p. 21).

Em 1815 quando voltou para a Inglaterra, Koster resolveu escrever um livro sobre o Brasil a partir das suas experiências de viagens pelo país. A obra foi publicada em Londres, sob o título *Travels in Brazil* já no ano seguinte, em 1816. O livro obteve uma grande repercussão na Europa, com várias edições publicadas em diversas línguas nos anos seguintes, o que denota o grande interesse do público europeu da época por esse tipo de narrativa. Com a piora da sua tuberculose, Koster voltou ao Brasil em 1817 para se tratar mais uma vez, e foi morar novamente em Pernambuco, onde faleceu poucos anos depois, no início de 1820, na cidade do Recife, tendo sido enterrado nesta mesma cidade, no Cemitério dos Ingleses. Nas palavras de Câmara Cascudo, tradutor da primeira edição do livro de Henry Koster publicada no Brasil, seu relato foi o primeiro, cronologicamente, a tratar detidamente sobre a psicologia e a etnografia tradicional do povo nordestino, sobre o sertanejo no seu cenário natural e mais típico:

Antes dele nenhum estrangeiro atravessara o Sertão do nordeste, do Recife a Fortaleza, em época de seca, viajando em “comboio”, bebendo água de “borracha”, comendo carne-assada, dormindo debaixo das árvores, tão integralmente adaptado ao mundo que escolhera para viver que suas notas parecem de um patricio letrado, com maior ousadia para deixar os centros citadinos e aventurar-se no Sertão bravo, bruto, distante. (CASCUDO In: KOSTER, [1816] 1942, p. 21-22).

A maior importância do relato de Henry Koster para esta pesquisa reside exatamente no fato de ele ter tido experiência e contato direto com as regiões sertanejas e o povo da caatinga de Pernambuco e demais capitanias próximas, como a da Paraíba e do Ceará durante as suas viagens, que tinham um caráter único de interesse pessoal e gosto de viajar do autor, visto que o mesmo não recebia nenhum tipo de comissionamento ou patrocínio de origem governamental ou privada. Era um viajante nato e fazia isso por gosto, somente. Contudo, embora não fosse um naturalista nem viajante científico profissional, contratado para fazer registros sobre terras distantes, ao longo das viagens que realizou Koster esteve por muitas regiões inóspitas destes territórios agrestes e produziu importantes relatos em forma de textos, todos bastante detalhados sobre o que viu, viveu e aprendeu em cada etapa. A singularidade de sua experiência e dos seus

escritos também se explica pelo fato de que era raro um estrangeiro como ele alcançar lugares tão distantes da costa naquela época, chegando em locais ainda pouco conhecidos e descritos.

O sertanejo na toada do gado

Ainda hoje, quando nos referimos à população que vive nos sertões, especialmente aqueles que habitam o território da caatinga nordestina, utilizamos a palavra “sertanejo”. De acordo com o historiador Tiago Bonato, assim como o termo sertão, a designação de seus habitantes foi aos poucos sendo construída e caracterizada ao longo dos séculos, e o início do uso dessa palavra em específico remete aos relatos de viagem do século XVIII, ainda que parcamente, e “desde então, o termo foi sendo paulatinamente difundido e, provavelmente, só no século XIX, passou a fazer parte do imaginário dominante sobre a população local, transformando o habitante do sertão em sertanejo” (BONATO, 2014, p. 205). Fato notório nos relatos sobre os sertanejos está relacionado à associação destas figuras ao trabalho com o gado. O próprio Henry Koster, que escreveu sua obra em inglês originalmente, utilizou o termo “sertanejo” em português, para se referir especificamente aos habitantes dos sertões com os quais ele se deparou durante a sua viagem pelos confins das Capitânicas do Norte, o que indica que no início do século XIX essa forma de nomear a população que vivia nos interiores mais distantes já estava difundida no Brasil, e definitivamente fazia parte do imaginário associado aos sertões. Além disso, parece que o autor quis preservar a originalidade do termo, não utilizando uma tradução aproximada do mesmo no seu texto em língua inglesa.

É possível verificar então que se formou no período colonial uma sociedade que foi chamada “sertaneja”, de forma a fazer menção direta ao local onde viviam essas pessoas oriundas dos interiores mais profundos, principalmente no caso dos sertões da porção Nordeste da América portuguesa. Já foi colocado que se trata de um tipo bastante diferente de sociedade em comparação ao modelo que havia se constituído nas cidades mais próximas da costa e de

colonização mais antiga. Na medida em que os adentramentos aconteceram rumo aos cantos mais profundos do território e que a ocupação da terra foi ocorrendo, muitas pessoas se estabeleceram gradativamente naquelas veredas de forma fixa, criando nelas uma nova forma de vida e de relação com a terra e a natureza que as cercava, formando famílias e novas redes de sociabilidade, e se adaptando como era possível às rústicas condições do meio-ambiente no qual estavam inseridos, que em quase nada lembravam as vilas do açúcar no litoral.

Desta forma, a “gênese” da sociedade sertaneja, especialmente a pernambucana, se constituiu como uma grande soma: daqueles que saíram das vilas do açúcar rumo ao sertão – fossem eles senhores de terras e seus agregados e funcionários; fossem soldados que haviam lutado na conquista e decidido permanecer naquelas paragens; fossem sertanistas contratados para compor as missões de adentramentos e que decidiram fixar morada no sertão; ou fossem ainda paulistas que migraram para essas localidades ao longo da conquista⁴⁶. Soma-se ainda como parte integrante dessa formação do povo sertanejo os indígenas que sobreviveram aos conflitos da conquista, e também os negros que se estabeleceram naqueles rincões, muitos deles fugidos dos seus senhores ou alforriados. Todos foram peças importantes e deram a sua contribuição na formação da estrutura social que se construiu no sertão das Capitânicas do Norte, e que deu origem a uma cultura sertaneja bastante distinta e singular, mais distanciada e menos afeita, por razões óbvias, das influências vindas inclusive de fora da colônia.

É indiscutível que uma das maiores marcas da colonização dos sertões das Capitânicas do Norte encontra-se na pecuária. Sabe-se que o avanço desta atividade no período colonial foi acompanhando principalmente o curso do rio São Francisco – a tal ponto que esse rio chegou a

⁴⁶ “Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas; de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.” (ABREU, 2019 [1907] p. 96).

ser chamado de “Rio dos Currais” – e nas suas ribeiras se formou uma espécie de “espinha dorsal” da expansão pastoril nas regiões mais recônditas dos sertões do Norte, onde se multiplicaram os rebanhos⁴⁷. O que veio então a ser conhecido pela imagem emblemática de “sertão do gado”, que foi visto e explorado *in loco* por Koster, surgiu da necessidade já apontada de fazer uso da terra nos sertões agrestes de forma rentável e também de prover rebanhos para as cidades e vilas mais próximas da costa, que dependiam do boi para o sustento de força motriz, de transporte, de alimentação e das manufaturas do couro, o que tornava esse animal uma peça fundamental no funcionamento e na manutenção das engrenagens do mundo colonial. A pecuária extensiva também fornecia a possibilidade de uma alimentação mais constante de carne, leite e derivados para a população sertaneja, além de diferentes usos para o couro.

A narrativa do livro de Henry Koster na parte que ele dedica aos sertões de Pernambuco aborda uma série de observações sobre como eram os sertanejos, suas formas de vida, hábitos e a cultura característica dessa população. Ele traz também informações sobre as sociabilidades que se estabeleciam entre estas pessoas no seu cotidiano, além de dados sobre a cultura material que se construiu de forma tão particular em terras agrestes, com especial destaque para questões sobre a pecuária, o vaqueiro e o couro – elementos chave na constituição da vivência sertaneja e na formação de imagens sobre estes sertões da caatinga, e que chamaram bastante a atenção do viajante ao longo do seu percurso pelos confins pernambucanos.

PERCORRENDO AS PALAVRAS DO AUTOR

Sobre trecho da viagem saindo do Recife até a capitania do Rio Grande [do Norte]:

Tinha muitas esperanças de que o senhor Joaquim me acompanhasse até ao Rio Grande mas ele mudou de parecer [...] Comprei mais três cavalos, contratei um guia

⁴⁷ “[...] são principalmente duas as áreas pastoris do Brasil colonial. A primeira a ser povoada foi a das caatingas do Nordeste [...] Com a descoberta das minas, a zona pastoril do Nordeste tornou-se também subsidiária da região mineradora que lhe ficava imediatamente ao sul. A abertura de um caminho por terra para as Gerais dará um incremento extraordinário principalmente à pecuária do Rio Grande do Sul, pois essa área passa a fornecer os animais de carga (muas) para a zona de mineração. Com o estabelecimento das primeiras charqueadas, os rebanhos aumentam rapidamente, passando o extremo sul do país a ter uma importância grande para o abastecimento da população brasileira.” (PETRONE, 2011, p. 245).

para o sertão, homem branco da região, e dois indígenas, com cerca de dezesseis anos. [...] [Em Dois Rios] Não pude descobrir nesse lugar nenhum curso d'água apesar do nome de Dois Rios. É espaçoso trecho de terra, aberto, bordado de casinhas, tendo cada qual um pateo para o gado. É aqui a grande feira semanal de gado, vindo do Sertão, para os mercados de Pernambuco. (KOSTER, [1816] 1942, p. 96-97).

Seria impossível para um homem como Henry Koster viajar sozinho pelos sertões das Capitânicas do Norte. Para empreender uma viagem como essa, cortando regiões secas e cheias de perigos, era necessário que o viajante pudesse contar com a experiência de homens que conhecessem bem aquelas terras, e que fossem capazes de sobreviver às duras condições que o ambiente e seu clima impunham. Por conta disso, Koster foi acompanhado de um homem local que ele relatou ser branco, mas também por dois indígenas. Os povos indígenas nativos destas paragens da caatinga detinham os mais preciosos conhecimentos sobre os sertões e como sobreviver neles, sobre como encontrar comida e água, e viajar sem a ajuda deles nestes territórios seria tarefa certamente fadada ao fracasso. Sabendo disso, Koster contratou esses homens capacitados na travessia dos sertões para levá-lo em segurança até os pontos que ele gostaria de visitar, sendo o primeiro trecho da sua incursão um percurso até o Rio Grande. Curioso notar ainda que geralmente os estrangeiros que viajavam pelo Brasil nesse momento, caso não fizessem parte de algum tipo de expedição científica, dificilmente teriam em seu roteiro de destinos a serem visitados locais mais para o interior do país. Neste caso, é importante destacar que a viagem de Henry Koster foi uma exceção, tendo sido um viajante bastante interessado nos sertões da porção Nordeste do país, não se resumindo à incursões apenas nas imediações das principais cidades da costa, como Recife e Olinda principalmente.

Em uma das primeiras paragens que o comboio de Koster alcançou, chamada Dois Rios, eles já se depararam com a dificuldade recorrente de encontrar água no sertão. Ele observou que o local tinha várias casinhas de sertanejos, todas elas com espaço para o seu respectivo gado, sem dúvida uma das imagens clássicas do sertão. Nesta mesma localidade também se realizava uma feira semanal de gado, para a compra e venda de rebanhos e demais produtos produzidos localmente ou trazidos de longe para a troca, algo muito comum nos sertões da

caatinga. Nestas feiras, que podiam ser de pequeno ou grande porte, se vendiam os gados vindos dos fundões sertanejos mais distantes para serem levados para os mercados de abate ou para a distribuição das reses em Pernambuco – especialmente em Olinda e no Recife – mas também podiam ser destinados para a Bahia, para as Minas, e para das demais capitânicas do Norte.

As feiras de gado do sertão foram de extrema importância no período colonial para a economia sertaneja e continuam a existir em algumas localidades do Nordeste do Brasil, como por exemplo na cidade de Caruaru em Pernambuco e em Feira de Santana na Bahia (cidade que ganhou esse nome graças à histórica feira realizada no local). São tão emblemáticas para a cultura dos sertões que se tornaram mais uma imagem associada a ele, eventos de comércio essencialmente, mas também oportunidades de sociabilidade e troca cultural entre população local com pessoas que vinham de outras paragens negociar seus produtos e ali passavam algum tempo fazendo negócios, trazendo e levando novidades, apreciando a culinária regional e trocando informações com os conhecidos e clientes de outras localidades.

A respeito de um grande senhor de terras com o qual se deparou nos sertões do Rio Grande [do Norte], o autor relata:

No dia seguinte chegamos a Cunhaú, no engenho do coronel André d'Albuquerque Maranhão [...] da numerosa e distinta família dos Albuquerque. É um homem de imensas propriedades territoriais. As plantações de Cunhaú ocupam quatorze léguas ao longo da estrada e foi adquirida outra terra vizinha, igualmente vasta. Do mesmo modo, as terras que ele possui no Sertão, para pastagens do gado, supõem não inferiores de trinta e quarenta léguas, desta que é preciso andar-se três e quatro horas para vencer-se uma. (KOSTER, [1816] 1942, p. 101).

O coronel André d'Albuquerque Maranhão é um bom exemplo de uma situação comum na época: um grande senhor de engenho que também era senhor de muitas terras no sertão, onde criava gado. Grande parte dos potentados do sertão também era proprietária de cabedais no litoral, tais como fazendas, imóveis e plantéis de escravizados, fruto de ganhos com engenhos de açúcar e/ou com a negociação de mercadorias para diferentes praças, inclusive no exterior. Foram necessários investimentos financeiros substanciais para que os sertões se tornassem

terras colonizadas e rentáveis. A menor parte desse investimento partiu da Coroa, que ajudou no financiamento de tropas que devassaram os sertões e abriram caminhos, mas outra grande parte do dinheiro saiu dos cofres de senhores ricos do litoral, que desejavam expandir seus negócios, e para isso precisavam de mais terras para diversificar seus ganhos, o que na faixa mais próxima da costa já era difícil de empreender.

Assim, no início do século XIX, quando Koster se deparou com senhores poderosos do sertão como André d'Albuquerque Maranhão, tratava-se de apenas um em meio a tantos outros herdeiros que assumiram o cabedal familiar construído naquelas terras distantes por homens da sua família ao longo das gerações anteriores, desde os primeiros devassadores dos sertões da caatinga no século XVII, e sobre isso vale relembrar o exemplo da Casa da Torre. Porém, estas terras eram povoadas por mais gente que os grandes potentados. Havia propriedades menores, de pessoas que conseguiram fazer a vida nos sertões graças essencialmente à pecuária, uma gente simples que não era oriunda de famílias tradicionais e ricas com origem nas elites do açúcar. Conforme já visto, parte destes homens inclusive conseguiu suas terras como recompensa por lutar nas guerras de conquista do sertão, e assim se estabeleceram no território e foram construindo seu próprio negócio, garantindo seus ganhos e prosperando em uma situação que não seria possível dentro da rígida açucarocracia.

Com relação à dimensão das propriedades, o autor menciona:

A divisão das propriedades no Sertão é extremamente vaga, e pode ser bem imaginada quando se disser que o modo usual de descrever uma fazenda é computar sua distância em léguas, ou em muitos casos, informar quantos mil bezerros anuais, sem a menor referência à quantidade das terras possuídas. Poucas pessoas tentam conhecer as dimensões exatas de sua propriedade e, possivelmente, não chegariam ao fim colimado. (KOSTER, [1816] 1942, p. 212).

Nos sertões as imensidões de terra eram tamanhas que as propriedades costumavam ser determinadas por grandes sesmarias, principalmente no início da colonização, e as terras de cada senhor eram divididas por limites naturais vagos e pouco claros, impostos pela geografia dos terrenos, tais como serras, lagoas, pedras e riachos. Essa pouca definição por vezes

acarretava conflitos entre os senhores, um pleiteando sobre o outro maiores limites para o seus domínios⁴⁸. Os grandes sesmeiros costumavam dividir seus terrenos em léguas menores, para poder ceder o espaço a dizimeiros que tivessem interesse em cultivar a terra ou estabelecer curral, em troca do pagamento de foro pelo uso da terra⁴⁹. De acordo com o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), é possível estabelecer como as principais formas de posse e uso da terra na área de dominância da pecuária sertaneja quatro tipos de situação distintas: a primeira, a grande propriedade, de origem sesmarial com exploração direta da terra e presença de trabalho escravo; a segunda, sítios e terras arrendadas por um foro contratual, com gerência do foreiro e aplicação de trabalho escravo; a terceira, terras indivisas ou comuns, de propriedade comum e exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada a uma pequena criação de gado; e por fim a quarta, áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais. Dentre estas formas listadas, a que mais prevaleceu, sem dúvida, foi a do arrendamento, que possibilitava a existência dos foreiros.

Apesar de todas estas condições para o acesso à terra no sertão, ainda assim parecia mais fácil uma família humilde conseguir se estabelecer nestes rincões do que nas cidades maiores, pois ali havia a possibilidade de se tornarem foreiros do sesmeiro que detinha os direitos sobre um determinado trecho de terra. Sendo assim, lá a possibilidade de ocupar uma porção de terra e dela tirar proveito com um pequeno rebanho ou roçado em troca do pagamento do foro era

⁴⁸ “Uma fazenda de gado se constitui em geral com três léguas de terra, dispostas ao longo de um curso d’água, por uma légua de largura, sendo meia para cada margem. Esse tipo padrão de fazenda deriva de limitação estabelecida na Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695 [...] Entre cada sesmaria ou fazenda mediava ainda uma légua de terras que se conservavam devolutas; nesta légua nenhum dos confinantes podia levantar construções ou realizar quaisquer obras; ela serve apenas de divisa [...]” (PRADO JR., 2011, p. 201-202).

⁴⁹ “Junto de muitas fazendas e currais permaneciam misturados os animais de vários proprietários, só separados por ocasião da junta, quando se recolhia o gado para formar as boiadas que seriam comercializadas. Durante as juntas, e em virtude do uso comum dos pastos, muitas vezes um vaqueiro levava animais de outros proprietários junto com os seus. Somente através da marca ou ferro podia-se reconhecer a posse de cada animal. Assim, estes animais eram anotados e objeto de posterior indenização, troca ou permuta, sendo ponto de honra para o vaqueiro o correto trato com o animal alheio, característica geral da sociedade agrária brasileira.” (SILVA, 1997, p.125).

mais simples, o que atraía pessoas de origem pobre em busca de melhores condições de vida e de uma possível ascensão social, dentro dos limites possíveis na época e naquele contexto⁵⁰. Tal circunstância cunhou ao sertão mais um tipo de imagem, a de uma terra de prosperidade, de oportunidades, onde poderia ser possível ganhar a vida à custa de muito trabalho e menos dinheiro, e que retribuiria todo esse esforço de maneira mais generosa do que as grandes vilas do açúcar, onde os menos favorecidos na escala socioeconômica viviam em condições bastante duras e via de regra sem a menor possibilidade de qualquer melhora nesse quadro, menos provável ainda de alguma ascensão social, por mínima que fosse. Grosso modo, evidencia-se um mundo sertanejo aparentemente mais aberto e menos rigidamente hierarquizado em comparação com as estruturas mais impermeáveis e insondáveis da açucarocracia.

No que se refere à questão da justiça, o autor descreve:

A administração da justiça no sertão é, geralmente falando, muito mal distribuída. Muitos crimes obtêm impunidade mediante o pagamento de uma soma de dinheiro. Um inocente é punido se interessar a um rico fazendeiro enquanto o assassino escapará se tiver a proteção de um patrão poderoso. Essa situação é mais devida ao estado feudal nessas paragens que à corrupção dos magistrados, muito inclinados a cumprir seu dever, mas veem a inutilidade dos seus esforços e a possível gravidade para eles mesmos. (KOSTER, [1816] 1942, p. 169).

Graças às grandes distâncias que separavam estas localidades das vilas das faixas litorâneas – o que dificultava a jurisdição destes territórios pela Coroa e pelo seu aparato administrativo – o sertão passou a ser encarado como um destino possível para se tentar fugir das autoridades coloniais. Esse contexto culminou por favorecer o desenvolvimento de outras formas de autoridade nestes sertões mais recônditos, nos quais as autoridades particulares dos grandes sesmeiros passaram a vigorar com força e grande efetividade, suplantando na prática

⁵⁰ “Portugal delineou a colonização do Brasil embasada no latifúndio como modelo de propriedade da terra, a monocultura como paradigma de estrutura produtiva e o escravismo como padrão de relações de trabalho. Assim dificultaria a disseminação de pequenos agricultores autônomos e a dispersão da renda colonial, e facilitaria, o comércio monopolista da burguesia metropolitana. Enquanto a ocupação econômica manteve-se no litoral, essa estratégia funcionou a contento [...] mas o povoamento do interior compeliu a produção de subsistência, capaz de gerar autonomia de abastecimento e também mercado colonial com excedente produzido. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promoveu acumulação interna e formou a pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador. Boiadeiros e tropeiros do alto sertão [do Norte] expandiram seus negócios até [...] Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.” (NEVES, 2008, p. 183-184).

os meios oficiais de poder naqueles locais e favorecendo o banditismo e o incremento da criminalidade nessas regiões⁵¹. Sobre a questão da lei e do poder no sertão, é possível dizer que lá se difundiram formas menos “oficiais” e burocráticas de se exercer o poder e de se fazer valer uma suposta “justiça”, que ali ganhou contornos de caráter local, em comparação com lugares onde a Coroa tinha atuação mais próxima e efetiva, criando assim um discurso de “ausência de lei” nestes rincões. Essa questão levou à criação de uma imagem do sertão como uma terra sem lei, dominada por senhores poderosos e voluntariosos, que orquestravam e mandavam seus cabras darem cabo de crimes violentos conforme seus interesses e desavenças sem nenhum tipo de pudor ou remorso, principalmente em situações resultantes de vinganças sanguinárias. Estando tão longe do braço forte da legislação do governo e dos seus mecanismos regulatórios e punitivos, ficava mais fácil agir desta forma déspota, pois dificilmente haveria algum tipo de retaliação efetiva por parte da justiça formal que alcançasse aqueles rincões, e que se opusesse ao esquema de poder local que havia se estabelecido com os potentados.

Se a lei criada pelo próprios homens no sertão era tão rígida em suas condutas e códigos, no entanto, a lei formal, aquela criada pelos magistrados, pouco se aplicava em terras tão distantes dos tribunais e dos juízes com suas togas – nada mais distante desses homens do que a realidade sertaneja. Naqueles confins, sabe-se que o poder maior estava mesmo era nas mãos dos grandes fazendeiros, principalmente dos já citados potentados do sertão, que com seu poder econômico e prestígio, faziam frente à qualquer coisa ou pessoa que ousasse pôr em risco seus interesses pessoais – e por isso eram temidos. Os opositores que criavam problemas eram prontamente eliminados na bala ou na ponta da faca, inclusive para servir de exemplo aos demais. De fato, muitos crimes eram cometidos nestas regiões, assim como nas cidades da

⁵¹ “Com a consolidação da sociedade sertaneja no século XVIII, surgem grupos de homens armados que atuam como salteadores tanto de forma isolada quanto a serviço de grandes latifundiários. A origem desses facinorosos, todavia, talvez esteja na própria guerra dos bárbaros e em seus desertores, pois com as dificuldades [...] e os perigos na volta para o litoral, os soldados fugitivos das tropas podem ter começado a ingressar no banditismo no sertão. Mais tarde esses bandos seriam aumentados com outros fugitivos tanto da zona do açúcar quanto do próprio sertão, criando um tipo de criminalidade que passa a ser característica da região.” (SILVA, 2003, p. 299-300).

costa, mas a maior diferença reside no fato de que ali era mais fácil escapar ileso de qualquer punição da justiça – em especial se o criminoso estivesse à serviço de algum fazendeiro poderoso – pois o braço forte da lei longe demais para alcançar os infratores e lhes impor o devido castigo, e incapaz de fazer frente ao poderio dos senhores do sertão e suas leis próprias.

Quanto aos mandos e desmandos do potentado dos Feitosas no sertão, o autor aponta:

A família dos Feitosas ainda existe no interior desta Capitania [do Ceará] e na do Piauí, possuindo vastas propriedades, cobertas de imensos rebanhos de gado. No tempo de João Carlos, o chefe dessa família chegara a tal poder que supunha estar inteiramente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis [...] Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício e os ricos, que não pertencessem ao seu partido, eram obrigados a tolerar em silêncio os factos que desaprovavam. [...] O chefe da família era Coronel de Milícias, e podia, ao primeiro chamado, pôr em armas cem homens [...] Os desertores eram bem recebidos por ele e os assassinos que haviam cometido o crime vingando injurias. O ladrão era repellido e mais ainda aqueles que, para entregar-se ao saque, tinham tirado a vida de outrem. (KOSTER, [1816] 1942, p. 176-177).

Se o banditismo se tornou uma das marcas indeléveis do sertão, é importante ponderar que outros fatores também contribuíram para os altos níveis de violência que ocorriam nos sertões de Pernambuco e do Norte em geral, pois “a violência na sociedade sertaneja nem sempre está atrelada ao banditismo e aos facinorosos. O número de assassinatos é vultoso, os mesmos são cometidos principalmente pelos próprios moradores, considerados respeitáveis, por questões de honra e vingança.” (SILVA, 2003, p. 300). Trata-se de uma sociedade que se constituiu com valores próprios, decorrentes de todo o contexto de sua formação, como por exemplo, através da valorização da liberdade individual, da cultura da vingança, e no cultivo da honra e da valentia. Capistrano de Abreu argumentou que a “lei do sertão” era fundamentada nas questões locais e particulares, atreladas ao conceito de honra, desafiando as leis oficiais e muitas vezes se esquivando de alguma visão de bem social/coletivo.

Os capitães-mores costumavam ser os homens mais poderosos daquelas terras, e dependia da ação deles alguma aplicabilidade da ordem régia. Tendo em vista que juízes nessas paragens eram raros, quando havia sua presença, os mesmos dependiam do aparato destes

capitães e dos cabos de milícia para que se fizesse valer qualquer ordem da Coroa e atividade judicial que fosse determinada, ou seja, de certa forma os juízes também se tornavam reféns desses interesses particulares que imperavam nos sertões. Não havia nestas terras a estrutura necessária para a lei pudesse vigorar à contento e isenta pelos meios oficiais. Se até mesmo nas vilas do açúcar esse era um desafio a ser superado pela justiça, nos sertões estava mais para uma impossibilidade a ser aceita pelo governo, o que em certa medida acabou acontecendo.

A família Feitosa apresentada por Koster é um bom exemplo de potentado poderoso do sertão, que usou de todas as armas das quais dispunha, por várias gerações, para garantir o poder local e os seus interesses particulares⁵². A lei dos magistrados, como já mencionado, dificilmente era aplicada no sertão, principalmente contra uma família rica e de grande cabedal como essa. O que valia de fato era a lei estipulada pelos homens que detinham o poder econômico local sob seu auspício, e que conseguiam se armar de tal maneira que formavam verdadeiros exércitos de capangas. Tratavam-se de homens prontos para executar qualquer ato escuso em defesa dos interesses do patrão, em troca de boa paga pelos seus serviços e do reconhecimento de sua valentia e fidelidade para com o chefe. Para além dessa lei local que foi surgindo naquelas terras e que se tornou a mais corrente e assimilada pela população, a Coroa também tomou algumas medidas para tentar atenuar os problemas ocasionados pelas ações de alguns colonos considerados perigosos, os ditos “facinorosos”⁵³.

⁵² “Os poderosos do sertão eram constantes espinhos cravados na carne da coroa, os quais cometiam crimes de lesa-majestade vezes sem conta, dominavam os representantes reais enviados para os refrear, pagavam os impostos conforme lhes aprazia (geralmente não o fazendo), e que, todavia e de forma curiosa, mantinham um certo grau de estabilidade no sertão. Aos olhos da burocracia e de muitos colonos, o sertão não era associado a qualquer democracia de espírito, mas antes à anarquia e à violência.” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 282).

⁵³ “Em 1728 dom João V ordenava todo empenho em se prenderem “muitas pessoas facinorosas, dando ocasião a se frequentarem e refugiarem-se para os matos, mudando-se de umas capitâneas para as outras”. Tais ordens, emanadas do rei ou das próprias autoridades locais, sucederam-se ao longo de todo período colonial. As “pessoas facinorosas” podiam ser, por exemplo, ladrões de gado ou “formigueiros”, [pessoas que roubavam coisas de pouco valor]. [...] As autoridades coloniais – e até o rei – tinham pleno conhecimento das desordens ocorridas pelos sertões. Sua obrigação era intervir e restaurar a lei [...] mostrar que o Estado existia e estava atento ao funcionamento das instituições. Porém a tarefa não era nada fácil.” (ARAUJO, 2000, p. 72-78).

Sobre o breve encontro da comitiva de Koster com um grupo típico de sertanejos no meio do caminho da viagem, o autor escreve:

No mesmo dia encontramos um grupo de sertanejos, assim são chamados os habitantes do Sertão, que seguiam o mesmo caminho. Estavam ainda em seu acampamento do meio-dia, e um dos seus cavalos, quando chegamos, cambaleara por ter comido o Icó. Esperavam trata-lo dando milho, assegurando que produz efeito quando o empregam logo após. Fizeram o animal dificilmente engolir e quando saímos, o cavalo se deixava cair, sendo custosamente levantado. O major disse que o remédio fora tardio. (KOSTER, [1816] 1942, p. 126).

Nesta passagem, Koster faz sua primeira menção sobre o contato que ele teve com sertanejos ao longo do seu caminho, e explica ao leitor que se tratavam dos habitantes do sertão. Seguindo o relato, ele conta um contratempo que testemunhou com um dos cavalos da comitiva sertaneja. O Icó é uma árvore típica do sertão, mas suas folhas são venosas para o consumo, e por isso, perigosas para os animais, que não distinguem o mato que comiam. Manter os animais bem nutridos durante a viagem era um problema constante, pois além da água, nem sempre se achava área de pasto adequado onde pudessem comer, o que ia enfraquecendo as montarias.

Frequentemente os animais eram perdidos no meio das viagens pelos sertões por desidratação severa e fome. A sobrevivência de qualquer ser vivo estava ameaçada em um ambiente tão inóspito. Nesse caso do relato, o cavalo morreu por envenenamento depois de consumir o Icó. A montaria era um dos principais e mais importantes bens que um sertanejo simples, morador da caatinga conseguia possuir. Perder um animal assim poderia significar ainda mais sofrimento e dificuldade na vida destas pessoas, que para vencer longas distâncias contavam com a montaria em seus cavalos e jumentos para fazer grandes travessias e chegar em locais onde haveria suprimentos. A imagem do sertanejo montado em seu cavalo, fiel companheiro nas duras jornadas na caatinga, é muito forte quando se trata desses sertões do Norte, uma das mais emblemáticas dessa cultura.

A respeito da passagem pelo território dos sertões do rio Assú, o autor relata:

O país é muito mais habitado nas proximidades do Assú. [...] Cada fazenda possuía uma casa de tolerável decência, onde residia o dono ou o vaqueiro e, de ordinário,

havia muitas casinhas espalhadas no campo circunjacente. Os currais são próximos à casa principal e habilitam o viajante distinguir, logo e a distância, uma fazenda. (KOSTER, [1816] 1942, p. 131).

O grande rio Assú, hoje chamado de rio Piranhas–Açu, é um curso d'água grande que banha os atuais estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Sabe-se que no sertão, as ribeiras dos rios eram os locais mais habitados, em virtude da necessidade de provisão de água. Nos territórios mais distantes destas veredas dificilmente se estabeleciam casas e fazendas, pois o solo era agreste demais e o risco de padecer meses com a seca que por vezes assolava esses locais, em especial longe de um rio mais caudaloso, era penoso e bastante perigoso. Koster comenta sobre as fazendas sertanejas – onde residia o dono do local, ou com mais frequência, um vaqueiro de sua confiança – nas quais ao redor, haviam pequenas casas, mais simples, onde habitavam os funcionários da fazenda junto a suas famílias. Trata-se da primeira passagem do texto em que a figura do vaqueiro é citada, personagem detentor de uma das imagens mais emblemáticas e difundidas de todos os tempos sobre os sertões do gado na caatinga nordestina. Os currais onde se recolhia o gado no fim do dia, ficavam próximos à casa principal que funcionava como sede da fazenda. Em geral, as fazendas ficavam um tanto distantes umas das outras, pois os rebanhos necessitavam de largo espaço, visto que eram criados livremente pelos campos, soltos em propriedades sem cercas delimitando os terrenos.

Se é evidente que a pecuária foi a principal atividade econômica que se desenvolveu nos sertões do Norte no período colonial, por sua vez, a figura do vaqueiro foi fundamental nesse processo e ganhou grande notoriedade devido à sua importância na criação do gado, tonando-se uma espécie de “representante” do povo sertanejo. Era ele o grande responsável pela lida diária com o gado, exercendo as mais diversas atividades relacionadas ao rebanho⁵⁴, sendo

⁵⁴ “O vaqueiro providenciava a construção de cacimbas durante a seca e a condução do gado aos bebedouros, assim como cortava as “ramas”, as cactáceas e as macambiras, alimentos que mitigavam a fome dos animais nos meses secos quando não havia mais pastagem. Fiscalizava o gado no campo, ferrava, benzia em caso de doença e amansava bois e burros. Às vezes, nas grandes fazendas, havia uma equipe de vaqueiros, cada um com a sua especialidade [...]” (ANDRADE, 1964, p. 139-140).

responsável muitas vezes, por todos os demais empregados da fazenda, que ocupavam posições inferiores, tendo em vista que a função de vaqueiro dispunha de grande prestígio e reconhecimento nos sertões. Sobre a organização das criações, currais e fazendas no período, é importante mencionar que as atividades realizadas na fazenda eram quase sempre tocadas por um vaqueiro mais experiente que zelava para que o gado não se extraviasse ou fosse dizimado por doenças ou predadores como as onças e os morcegos, enquanto o proprietário das terras geralmente morava bem longe dali, em uma cidade da costa ou em um engenho na zona da mata pernambucana, e visitava a sua propriedade sertaneja apenas ocasionalmente para verificar o andamento dos negócios. Esse vaqueiro contava com o auxílio de outros empregados para dar conta de todas as atividades relacionadas ao criatório e a manutenção da propriedade.

Mas se esse era o funcionamento mais comum nas fazendas de gado do sertão, havia por vezes algumas diferenças, por exemplo, em certos casos o dono da fazenda habitava a sua propriedade em tempo integral. Em outros, além do grupo de vaqueiros a seu serviço, o proprietário que estivesse mais ausente poderia designar um administrador, um empregado de sua extrema confiança para tocar seus negócios mais burocráticos e que exigiam certo conhecimento administrativo e comercial⁵⁵. Vale dizer que era possível e nada incomum a situação de um vaqueiro já muito experiente e respeitado pelos seus serviços ser promovido à administrador da fazenda pelo dono da propriedade. Para aqueles que tivessem interesse e inclinação nesse tipo trabalho, essa era uma ascensão possível de se almejar, e também representaria uma melhora considerável na sua situação de vida, decorrente da melhor remuneração que receberiam ocupando um cargo como esse. Diferentes configurações nestas

⁵⁵ “Os vaqueiros comuns lidavam diretamente com o gado, tocavam de um pasto para outro, cuidavam das bicheiras e realizavam serviços associados à criação, como concerto de cercas e limpeza dos bebedouros dos animais, das fontes e dos olhos d’água [...] suas funções eram, em muitas fazendas, desempenhadas por escravos. Já o procurador era uma pessoa que representava o proprietário por meio de uma procuração que o habilitava a resolver questões burocráticas e cartoriais. Respondia por eventuais ações na justiça que envolvessem o fazendeiro, atuando como um administrador de assuntos externos à fazenda propriamente dita. O administrador, por sua vez, estava mais presente nas fazendas absenteístas. Cumpria a função de administrar, de fato, a propriedade. Era ele quem se reportava diretamente ao proprietário para prestar contas gerais.” (MEDRADO, 2012, p. 45-46).

divisões e dinâmicas de trabalho eram possíveis a depender de cada fazendeiro e da dimensão da propriedade. Compreende-se então que o ofício de vaqueiro se tratava de uma função de primeira importância no universo sertanejo, por ser um profissional versátil e especializado em todas as necessidades da criação de gado e também conhecedor da estrutura de funcionamento da fazenda. Com relação à presença de negros nos sertões do Norte, o autor menciona:

Tive ocasião de conversar com os negros do Sertão e notei, invariavelmente, que todos preferiam residir nos distritos da pecuária [...] O passadio do negro sertanejo é superior ao dos canaviais, e só essa circunstância, independente de todas as outras,orna o primeiro consciente da superioridade de sua posição. Carne fresca de boi e de carneiro constitui o alimento comum do escravo sertanejo, quando esses acepipes são raramente servidos nos canaviais. (KOSTER, [1816] 1942, p. 522).

Ainda que em menor número que na costa, é importante reforçar que no sertão também havia grande quantidade de pessoas negras, não eram casos isolados. Alguns desses negros estavam ali na condição de escravizados, mas outros já chegavam naquelas terras sendo forros ou até mesmo fugidos dos seus senhores, fora aqueles que já nasceram libertos no sertão. Koster aponta que a vida nos sertões para os negros seria supostamente melhor que em outras regiões da colônia, porque ali gozavam de maior liberdade mesmo que fossem cativos, sem o trabalho extenuante nas lavouras de cana e na produção do açúcar, e contavam também com melhores condições, como por exemplo, tendo acesso à uma melhor alimentação, com o consumo de carne, leite e derivados cotidianamente, o que melhorava sua saúde.

Em comparação com o trabalho exercido nas lavouras de cana e nos engenhos da costa, guardadas as devidas proporções, de fato o trabalho nas fazendas de gado nos sertões parecia menos extenuante, menos repetitivo do que passar o dia todo na lavoura, e com possibilidade de ser exercido com maior autonomia e melhores condições pelo trabalhador, fosse ele escravizado ou livre, o que tornava as localidades sertanejas atrativas para muitos. Koster também cita que dificilmente um negro de origem africana se tornaria vaqueiro, porque de acordo com ele, o negro teria dificuldade de desenvolver bem esse tipo de atividade laboral, sendo uma função mais fácil para criolos, cabras ditos mestiços, e indígenas, por serem eles

supostamente mais adaptados à lida com o gado e às terras do sertão. Essa informação é altamente questionável, e não se confirma na historiografia consultada, como será discutido a seguir, uma vez que se tem notícia de muitos vaqueiros negros nessas regiões da caatinga nordestina, em especial em relatos bem posteriores sobre esses sertões⁵⁶. Sobre esta questão do trabalho desempenhado por estes homens do gado, vale citar inclusive, que em muitas fazendas a função de vaqueiro era sim desempenhada por escravizados, e não apenas por homens livres, como fora teorizado por alguns estudos mais antigos, publicados nas primeiras décadas do século XX, sobre a pecuária nos sertões coloniais, a exemplo do que escreveu o historiador Caio Prado Jr. (2011, p. 191), ao afirmar que: “sendo a vida em uma fazenda aventureira e de esforço intermitente, não faltava mão de obra, pois não havendo escravos, bastavam destes mestiços de índio, mulatos ou pretos que abundam nos sertões”. De acordo então com vários autores representantes desta historiografia mais tradicional teria havido pouca – ou até mesmo nenhuma para os mais radicais – presença de negros e de trabalho escravo nos sertões das Capitânicas do Norte.

Essa tese já foi refutada e superada pelos estudos mais contemporâneos sobre o tema, como por exemplo, o da historiadora Joana Medrado (2012) na sua obra: *Terra de Vaqueiros – relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Em seu importante trabalho, Medrado contestou arduamente com base em documentos coevos a ideia equivocada que se difundiu nessa historiografia das primeiras décadas do século XX sobre suposta ausência de trabalho escravo e de população negra nos sertões do gado, e também questionou as interpretações romantizadas sobre a figura do vaqueiro, e examinou sob outra ótica os

⁵⁶ “Na documentação examinada, encontram-se poucos cativos especializados numa profissão, exceto na de vaqueiro. A grande pecuária regional empregava [...] o trabalho compulsório, ao contrário do que informa a historiografia tradicional [...]. A pesquisa documental revela que confundiram administradores de fazendas, remunerados pelo sistema da ‘sorte’ ou ‘giz’, com vaqueiros. Os criadores de grandes rebanhos, em geral absenteístas, empregavam vaqueiros cativos subordinados aos administradores. Nas pequenas e médias fazendas, quando o manejo do gado não constituía atividade do proprietário e de sua família, empregava-se o vaqueiro escravizado.” (NEVES, 2008, p. 263).

atributos de fidelidade, honra, liberdade e autonomia que foram definidos *a priori*, pelos autores do início do século passado, como típicos do vaqueiro, e estabeleceu outras críticas sobre suposições que foram feitas a respeito do funcionamento da sociedade sertaneja⁵⁷.

Sabe-se que o cenário mais comum que se verificou nestes sertões das Capitanias do Norte “era composto por algumas fazendas imensas entremeadas por pequenos lotes de arrendatários, lavradores autônomos e matas [...] Qualquer proprietário médio necessitava de um empregado para ajudá-lo ou para ser o responsável pelos animais.” (MEDRADO, 2012, p. 121), e quanto mais distante estava o dono da sua propriedade, principalmente quando ele residia fora da fazenda, maior era o poder do vaqueiro, pois muitas vezes estava em suas mãos decisões muito importantes sobre o gado criado na fazenda, e estas escolhas influenciavam diretamente nos lucros do patrão. “Eram os vaqueiros, afinal, que sabiam de tudo na fazenda: limites, localização do gado, condições das instalações e das pastagens, existência de fontes [...] Eram eles também que dominavam a chave da boa relação com os demais trabalhadores” (MEDRADO, 2012, p. 129). Haviam, portanto, motivos de sobra para que os fazendeiros acabassem se tornando dependentes dos seus melhores vaqueiros⁵⁸. Nesse ambiente de trabalho nas fazendas de gado as relações interpessoais ganharam lugar de destaque e por esse motivo eram bastante calculadas, o que nem sempre evitava os conflitos, principalmente quando o assunto era relacionado a dinheiro e/ou à honra. Os vaqueiros eram remunerados com cabeças de gado – quanto maior a criação, maior a paga – e em geral, os demais empregados não escravizados das fazendas também recebiam algum tipo de remuneração pelo seu trabalho em

⁵⁷ “[...] longe de encontrar uma sociedade bucólica e cheia de consensos, estamos diante de uma realidade bastante conflitada, na qual as solidariedades eram terrenos movediços e as estratégias de sobrevivência e melhoramento social eram construídas cotidianamente. De fato, ali vicejaram valores como liberdade, honra, e fidelidade, mas eles serviram tanto para manter a segurança social quanto para desafiar a ordem estabelecida e permitir que alguns indivíduos galgassem posições mais interessantes.” (MEDRADO, 2012, p. 34-39).

⁵⁸ “Essa relação de simbiose entre vaqueiros e fazendeiros – necessidade que gerava benefícios para ambos – nos mostra que a aliança entre esses dois personagens era altamente interessada e nem sempre derivava de uma solidariedade moral. Havia muita teatralidade nos atributos de fidelidade do vaqueiro e de confiança do fazendeiro. No mais das vezes, quando havia expectativas não satisfeitas por um dos lados, essa solidariedade simplesmente deixava de existir ou se manifestava apenas formalmente.” (MEDRADO, 2012, p. 157).

espécie e/ou em víveres. A figura do vaqueiro se destacava como muito distinta na época também pelo traje que este trabalhador usava durante sua lida, todo ele feito de couro, uma matéria-prima de valor, o que reforçava de certa forma simbólica a importância desta função⁵⁹.

De acordo com Capistrano de Abreu (1982), a gente dos sertões do Norte tinha grande apreço e inclinação pelo trabalho nas fazendas de gado, ocupando as funções na lida com as reses de forma dedicada, sempre com muito empenho em cumprir todas as tarefas que lhe cabiam. Para aqueles homens rústicos, mas muito hábeis no trato com o boi e com os terrenos ásperos dos sertões, sua maior aspiração era merecer um dia o título de vaqueiro, pois “vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles” (1982, p. 134), e era um ofício que certamente garantia reconhecimento e valorização para aquele que o exercia. Nestes sertões do Norte, onde se desenvolveu uma sociedade muito marcada pelas relações pessoais que os sujeitos estabeleciam entre si, onde havia muita pobreza e desigualdade, ter uma oportunidade de ascensão social e econômica como essa, ao trabalhar como vaqueiro e/ou administrador da fazenda, parecia uma boa chance para a maioria dos homens que habitavam naquelas veredas, tendo em vista que em outras circunstâncias, em outros lugares, jamais teriam tal oportunidade.

No que se refere a um episódio de solidariedade por parte de um vaqueiro no socorro aos viajantes que tinham sede, o autor descreve:

Nada mudou durante o dia e estaríamos pessimamente com a falta d'agua se não encontrássemos um vaqueiro amável e com outras pessoas igualmente bem-dispostas. Perguntei o caminho para a fazenda mais próxima e m'o indicou. Quando inquiri se encontraria água, disse-me que, a não ser que conhecesse bem o lugar, não acharia o poço. Terminou a conversação oferecendo-se para ir mostrar-me a água, não olhando que alongaria seu caminho por mais quatro ou cinco milhas. Logo que chegamos ao poço convidei-o para jantar comigo, mesmo não tendo finas iguarias para dar-lhe. De sua parte levava víveres nas “boroacas”. São pequenos sacos de couro, pendurados um de cada lado da sela. Não quis, entretanto desmontar-se e, imediatamente, voltou o cavalo, seguindo seu caminho. (KOSTER, [1816] 1942, p. 132-133).

⁵⁹ “O vaqueiro que era o responsável pela fazenda, não recebia salário em dinheiro. Sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda [...] Ao apartar, podia o vaqueiro vender os animais de sua propriedade. Às vezes, em grandes fazendas, devido à elevada produção, o vaqueiro terminava também fazendeiro [...] fora o vaqueiro, alguns mestiços forros, chamados ora de “alugados” ora de “fábricas”, que faziam serviços auxiliares recebendo pequena remuneração em espécie, além de casa e comida. Aqueles que tangiam a pé as boiadas para a área úmida, fazendo viagens de muitas léguas, eram chamados de tangedores.” (ANDRADE, 1964, p. 142).

Uma das características mais prementes pela qual ficou conhecido o povo sertanejo é a sua solidariedade com o próximo, principalmente nos momentos de maior apuro. Para viver no sertão, o povo mais simples aprendeu a viver em condições duras e também a dividir e auxiliar o próximo no que fosse possível, fiados na sabedoria popular de que quem ajuda o outro nessa vida também terá acolhida no seu dia de “precisão” de receber ajuda. Nesse trecho, essa característica se mostra claramente relatada, na cena onde o vaqueiro interrompe sua jornada para ajudar Koster e seu grupo a encontrar água, em um momento difícil em que eles estavam sedentos. O autor também descreve um item típico que acompanhava a indumentária do vaqueiro na suas longas jornadas, as chamadas “boroacas”, conhecidas mais tarde também pelo nome de “bornais”, que nada mais eram do que sacos feitos de couro, muito resistentes, onde se carregavam geralmente mantimentos, água, e pequenos utensílios ou ferramentas. No início do século XX, com a ascensão e a fama do movimento do Cangaço, esses trajes de couro do vaqueiro ganharam ainda mais destaque graças as roupas usadas por Lampião e todo seu bando. Quanto à descrição da figura típica de um vaqueiro sertanejo, o autor aponta:

Vou dar a descrição do meu amigo que se afastou da estrada para indicar-me o poço. É a figura comum do sertanejo em viagem. Montava um pequeno cavalo [...] Sua roupa consistia em grandes calções de couro taninado [...] e uma jaqueta, também feita de couro, a qual é geralmente atirada num dos ombros seu chapéu, de couro, tinha a forma muito baixa e com as abas curtas. Tinha calçados os chinelos da mesma cor e as esporas de ferro [...] Na mão direita empunhava um longo chicote e, ao lado, uma espada, metida num boldrié [...] Nas boroacas que pendiam de cada lado da sela, conduzem geralmente farinha e a carne assada, e o isqueiro de pedra, fumo e o cachimbo. A todo esse equipamento, o sertanejo junta ainda uma pistola [...] A cor do sertanejo é morena, e mesmo os que nascem brancos se tornam depois, com a diária exposição ao sol, completamente taninados, como as roupas que usam. (KOSTER, [1816] 1942, p. 133-134).

Neste trecho a figura do vaqueiro, a mais emblemática dentre as demais quando se trata da sociedade sertaneja, é descrita em detalhes nos seus trajes e artefatos típicos. O homem que se ocupava desta função assumia muito além de um trabalho na lida com o gado, pois esse ofício trazia consigo a insígnia de status social de “cabra valoroso”, de “homem valente”, pois era essa uma posição de destaque naquele universo. Ser exímio na lida da boiada, enfrentar e amansar boi bravo, conhecer os segredos do sertão e seus caminhos, saber encontrar água na

caatinga, ter a valentia necessária para viajar por léguas incontáveis enfrentando os mais diversos perigos do caminho, era uma tarefa destinada a poucos que tinham os predicados necessários, daí o tamanho respeito e admiração que essa função recebia nesse meio social. O vaqueiro também era conhecido pelo seu famoso traje e chapéu feitos de couro, que serviam como uma espécie de “armadura”, para protegê-lo dos espinhos e do sol causticante do sertão. Seu cavalo era o seu fiel escudeiro, sempre muito bem cuidado por seu dono, e peça fundamental no seu trabalho de conduzir as boiadas pelos campos afora. Esses homens andavam armados, para sua proteção pessoal e também do gado contra ladrões e demais ameaças.

Imagem 4: Nesta rara imagem de um típico vaqueiro sertanejo do século XIX, temos a mais antiga representação desse personagem em forma de pintura da qual se tem notícia. Trata-se de uma aquarela do pintor inglês Charles Landseer. Não se sabe exatamente a data de produção desta pintura, mas ela faz parte do acervo de obras feito pelo artista durante sua viagem pelo Brasil entre 1825 e 1826, quando esteve em diversas regiões do país, incluindo Pernambuco. Importante notar que o vaqueiro desta aquarela é negro, o que reforça a discussão aqui colocada sobre a forte presença de pessoas negras, inclusive na condição de escravizados, nos sertões da caatinga.



Fonte: [Charles Landseer] “Certanjero or Cattle Driver from the certao of Pernambuco” (século XIX, s/d). Disponível online em <https://ims.com.br/titular-colecao/charles-landseer/>

Sobre as alpargatas [chinelos] de couro, o autor escreve:

As alpargatas são pedaços de couro, de uma dimensão pouco maior do que as da sola dos pés das pessoas que as querem usar. Duas correias prendem a frente. Outras passam pela parte anterior, segurando, como anel de couro, ao jarrete, vindo estas pelos dedos do pé. São as sandálias dos brasileiros que residem longe das cidades. (KOSTER, [1816] 1942, p. 122).

Nesta passagem Koster explica o que seria uma alpargata de couro, um dos principais e mais conhecidos itens da indumentária sertaneja, a famosa sandália era feita à base de couro, a matéria prima essencial do sertão. Afora o que pudesse ser cultivado e produzido ali mesmo no sertão, qualquer outro tipo de produto ou alimento que se fosse utilizar ou consumir nas áreas sertanejas precisava ser trazido de fora, de áreas mais distantes e das zonas litorâneas, o que tornava essas mercadorias e insumos que vinham de longe muitas vezes caros demais para o bolso do povo e por isso também escassos naquelas paragens. Foi necessário então que o sertanejo aprendesse a viver da forma mais autônoma possível, fazendo uso máximo e por vezes criativo do que a natureza do local e o gado pudessem lhes prover, daí a importância central do couro como matéria-prima multifacetada para essa sociedade, chamada por Capistrano de Abreu de “Civilização do Couro”⁶⁰.

A partir desse universo sertanejo, no qual o boi e o couro foram peças fundamentais para a sua constituição, foram surgindo ao longo do tempo várias manifestações culturais próprias e absolutamente características dos sertões do Norte, como, por exemplo, o forró, a literatura de cordel, a vaquejada (momento de festejo entre os vaqueiros, que se juntavam para separar as reses dos seus patrões e se preparar para conduzir as boiadas para as feiras), as festas populares como as juninas, além de toda uma gastronomia regional muito particular das zonas

⁶⁰ “Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal [...]” (ABREU, 1982, p. 133).

de caatinga, que alçou a carne seca⁶¹, a mandioca e a farinha como protagonistas de uma culinária que aprendeu a fazer pratos deliciosos com ingredientes simples.

A respeito das casas típicas do sertão e de um episódio envolvendo um embaraço por conta da diferença de costumes de Koster e dos habitantes locais, o autor relata:

Neste dia, pelas dez horas, chegamos à fazenda de Santa Luzia [...] A casa do vaqueiro apareceu diante de nós, sobre uma pequena elevação [...] Era uma cabana, baixa e branca, com estabulo e curral de cada lado. Pelo meio-dia vi alguns homens tirando leite de umas cabras. Mandeí Julio com uma cuia buscar um pouco de leite e com ordem de pagar. O guia aconselhou-me que não o fizesse. O leite veio mas a moeda não fora aceita e, pouco depois, três homens vieram até nós. Agradei-lhes o leite. Um deles, dirigindo-se a mim, quiz saber se pretendia insulta-lo oferecendo pagamento, o que não era hábito na região. O guia me havia advertido e fora minha culpa o sucedido, mas pus a todos de bom humor, explicando que pedia desculpas do engano mas pertencia a um país onde tudo se pagava, até areia para esfregar os soalhos. (KOSTER, [1816] 1942, p. 135).

A moradia sertaneja também tinha suas particularidades, muitas delas ainda encontradas nas casas do sertão nordestino. Como descrito brevemente no trecho acima, eram habitações muito pouco parecidas com as construções que se encontravam nas vilas do açúcar, conforme descreve o historiador Ernani Silva Bruno: “[...] todas as casas sertanejas são humildes, quer sejam de palha só ou de palha e taipa, como a dos pobres, quer sejam de taipa e telha como a dos abastados. Baixas no geral, rebocadas rudemente, rodeadas de alpendres, com paredes caídas [...] rompem mais adiante as cercas fortes dos currais [...]” (1959, p. 20-21). Os animais viviam próximos das casas e em geral eram muito bem cuidados, o que fazia a relação entre eles e as pessoas ser mais próxima do que nas cidades, onde havia maior distanciamento.

Neste trecho também temos um exemplo sobre como as regras de conduta no sertão costumavam ser muito rígidas. Lá os erros eram pouco tolerados, além disso, tidos como marcas de fraqueza de caráter, o que era visto como um grande crime moral. Se por um lado o sertanejo, como já foi abordado, ficou conhecido pela sua solidariedade com o próximo, por outro, se

⁶¹ “Além do gado em pé, fornece o sertão a carne-seca. A conservação e redução do peso da carne sob esta forma, permitiu obviar ao problema do transporte nas distâncias enormes, servidas por meios precários de condução, que é o caso do sertão. [...] O preparo da carne-seca tornou-se por isso, desde muito cedo, uma indústria local importante. O Ceará foi a princípio o grande fornecedor dela; e é por isso que o produto ainda conserva, no Norte, o nome genérico de carne do Ceará.” (PRADO JR., 2011, p. 205).

ofendido em sua honra, em seus valores, era capaz de promover acertos de contas violentos, que poderiam terminar em morte. Neste trecho, Koster relata um exemplo de como a sua cultura de homem estrangeiro, foi mal interpretada como ofensa naquelas paragens. Ao tentar pagar pelo leite que os vaqueiros lhe cederam como sinal de boa vontade, Koster esteve prestes a se indispor com aqueles homens, que julgaram seu ato de oferecer dinheiro pelo leite como algo ofensivo. Porém, com um tanto de habilidade e bom humor, o viajante conseguiu contornar a situação, sem que nada de mal ocorresse e a viagem pudesse prosseguir. Com relação à descrição de alguns hábitos sertanejos, o autor menciona:

As redes usualmente tomam o lugar dos leitos, sendo mais confortáveis e mais frequentemente utilizadas como cadeiras. Algumas residências têm mesa mas o uso comum é a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaços e travessas no centro, e aí comer sua refeição, sobre o solo. Facas e garfos não são muito conhecidos e, nas classes pobres, nenhum uso possuem. É um costume em todas as casas, das altas às baixas ordens sociais [...] levar-se, em bacia de prata ou de barro ou mesmo n'urna cuia, toalha de cambraia franjada ou pedaço de tecido de algodão, para lavar as mãos depois que os convivas se assentam para comer. Esta mesma cerimônia, ou ato de asseio necessário, tem lugar quando a refeição termina. Os cabaços são de grande uso doméstico [...] a água é conduzida nele [...] Inteiro, chamam de “cabaça” e partidos, pela metade, de “cuias”. (KOSTER, [1816] 1942, p. 203-204).

A imagem das pequenas e simplórias casas de barro, cobertas de palha seca é mais uma das mais emblemáticas do sertão. Os sertanejos eram pessoas de vida simples e rural, exatamente como refletia a aparência das suas casas. Não havia luxo ou maior conforto na vida cotidiana, também não se encontravam ali as comodidades e os produtos que se haviam nas cidades maiores próximas da costa, com exceção na casa dos mais ricos, na sede da fazenda dos grandes senhores de gado, que conseguiam transportar para terras tão distantes algumas coisas que ali eram raras, como certos alimentos, louças mais finas, e tecidos importados. No geral, vivia-se nestas regiões do que a terra poderia prover, com hábitos herdados dos indígenas, que formaram junto com os colonos, a base da sociedade e da cultura sertaneja. As casas tinham pouca mobília, com móveis rústicos e sem grande acabamento feitos muitas vezes pelos próprios moradores com a madeira que podia se encontrar no entorno do terreno. Conforme observou Koster, a rede era usada como cama e assento, as esteiras no chão serviam para

acomodar a família, que se sentava nelas para fazer as refeições, e nas casas mais humildes não se usavam talheres de mesa. Cuias eram feitas de cabaças e também de barro, e utilizadas para diversas finalidades domésticas⁶². A higiene pessoal mais habitual era feita dentro de casa e se limitava a limpar-se com pano úmido antes e/ou depois das refeições, tendo em vista que se comia com as mãos. O banho costumava ser de rio ou de cuia e bacia quando era dentro casa, mas nem sempre podia ser diário, pois dependia da oferta de água no momento.

No que se refere a maiores detalhes sobre a vida e os hábitos dos sertanejos, o autor também descreve:

A roupa dos homens já a descrevi mas, em casa, é reduzida às calças e uma camisa. As mulheres dão uma impressão mais desalinhada. Vestem apenas saía e camisa, sem meias e quase sempre sem chinelos. Quando saem de casa, o que raramente sucede, adicionam um grande manto branco, de tecido grosseiro, da terra ou vindo das manufaturas da Europa, e o sacodem sobre a cabeça e as espaldas. [...] O trabalho feminino consiste inteiramente nos serviços domésticos. Os homens tiram o leite das vacas e cabras. As mulheres fiam e se ocupam nas tarefas de agulha. Nenhuma mulher, de condição livre, aceitará um encargo ao ar livre, exceto ir buscar, acidentalmente, água ou lenha quando o homem não está em casa. (KOSTER, [1816] 1942, p. 204).

Como não poderia deixar de ser, a forma de vestir dos sertanejos também era bem simples. Roupas feitas de algodão, largas e arejadas devido ao grande calor que abrasava o sertão, e sem grandes detalhes de acabamento eram o habitual, principalmente para o dia a dia. Não havia o costume de se usar sapatos fechados, tipo de calçado pouco cômodo para ambiente tão rústico e bastante caro para as posses da maioria das pessoas. Os chinelos e sandálias de couro eram os principais calçados, mas andar descalço, como os indígenas, também era hábito. Para sair de casa, o que raramente faziam sem o marido, as mulheres costumavam cobrir a cabeça com um manto feito de algodão, em sinal de decoro. A principal ocupação feminina era cuidar da casa, do marido e dos filhos, com todas as atividades que esse trabalho envolvia.

⁶² “Peças conservadas demonstram a solidez do escasso e rústico mobiliário rural, que se compunha de peças como: mesas de refeição, também utilizadas para outros fins, equipadas com gavetas, trancadas com toscas fechaduras de ferro, bancos de madeira aparelhada, longos e pesados; tamboretos incômodos, de três ou quatro pés; camas rudes, ou catres; cadeiras raras e, em geral, rústicas. Os utensílios domésticos tinham o mesmo padrão: pratos, copos e talheres de latão. Nos domicílios de ricos senhores, encontravam-se também peças de prata, cristais e louças finais para ocasiões especiais.” (NEVES, 2008, p. 104).

Contudo, diferente do que o viajante aponta no seu relato, sabe-se que nos sertões as mulheres tinham outras atividades ao ar livre além de buscar água ou lenha. Além das tarefas domésticas, também cabia à elas o auxílio na lida com as pequenas lavouras que as famílias costumavam manter próximas de casa e o cuidado com os bichos de criação menores, como as galinhas e os porcos⁶³. O trabalho do homem costumava ser da porta para fora, fosse como peão, vaqueiro, marceneiro, pescador, agricultor, ou qualquer outra atividade destinada somente ao gênero masculino naquela época. Trava-se de um mundo com tarefas bem divididas, assim como nas cidades, mas numa circunstância em que as mulheres aparentemente acabavam ainda mais sobrecarregadas por trabalhos braçais do que aquelas que habitavam longe do mundo rural.

Quanto a sua opinião pessoal a respeito do caráter sertanejo, o autor aponta:

[...] creio que o sertanejo é uma boa raça de homens. São tratáveis e sensíveis à instrução, excetuando em matéria religiosa; nesse particular são fundamente convencidos. [...] A religião está limitada à observância de certas fórmulas e frequente repetição de certas cerimônias e algumas orações, crença nas encantações, relíquias e outras cousas da mesma ordem. (KOSTER, [1816] 1942, p. 206).

Uma marca da cultura sertaneja sem dúvida é a profunda religiosidade do seu povo. Lá a cristandade trazida pela Igreja católica ganhou contornos mais místicos e populares, que fugiam em alguns aspectos dos cânones eclesiásticos mais tradicionais. O sertanejo ficou conhecido por suas crendices e sincretismos, pela fé em coisas que fogem às normativas rígidas da fé católica, pelo fascínio com o sobrenatural, como entidades ligadas à natureza e as culturas indígenas, e também pelos seus benzimentos e simpatias. Trata-se de uma fé profundamente “mestiça”, fruto da fusão sincrética entre a herança trazida pelos colonos e a religiosidade dos nativos e dos africanos, onde essa mistura pode prosperar principalmente por estar muito

⁶³ “As pequenas policulturas sertanejas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo [como as lavouras de cana da costa], nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes. Também não se caracterizavam como produção de subsistência, pois não se limitavam apenas ao consumo dos próprios produtores. O comércio local e inter-regional de produtos próprios formou um sistema de trocas que superava muito o nível do escambo e autoconsumo.” (NEVES, 2008, p. 184).

distante da presença mais próxima da Igreja católica com toda sua ortodoxia, que certamente regularia estas regiões com pulso mais firme se tivesse tido acesso ainda mais efetivo à ela⁶⁴.

Assim como fez com todo o resto, o sertanejo adaptou a prática e a vivência da religião à realidade que havia no sertão – onde não havia espaço e recursos para ritos pomposos e hábitos tão rigorosos. Contudo, nada disso abalou a intensidade da sua devoção e da sua fé nos santos e nos poderes maiores que o homem. Para essas pessoas, acreditar em forças sobrenaturais, que pudessem por elas interceder na vida tão difícil que levavam era fundamental para que a vida ali fosse ao menos suportável e passível de esperança em dias melhores nos momentos de dor, o que torna digno de nota que a imagem do sertanejo também tenha ficado associada ao seu intenso fervor religioso e místico.

Sobre a questão da alimentação, o autor escreve:

A alimentação dos sertanejos consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui. O feijão [...] é a iguaria favorita. Surpreendeu-me verificar o limitado emprego do milho como mantimento [...] Os vegetais verdes não são conhecidos em seu uso e ririam à ideia de comer qualquer espécie de salada. Os frutos selvagens são numerosos e podem ser colhidos abundantemente, mas poucos tipos são cultivados, entre esses a melancia e a bananeira. O queijo do Sertão é excelente quando fresco mas ao fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo. Poucas pessoas fabricam manteiga, batendo o leite em garrafas comuns. [...] Onde as terras permitem, plantam mandioca, arroz, etc., mas a grande parte dos alimentos vegetais provem dos distritos mais férteis [...]. (KOSTER, [1816] 1942, p. 213-214).

Vivendo em um universo que tinha por base econômica a pecuária, é bastante evidente que a base da alimentação do sertanejo fosse alicerçada principalmente no consumo de carne, leite e seus derivados. É certo que nestas paragens a carne se consumia com mais regularidade do que nas cidades, onde o produto chegava com preço mais caro do que a maioria das pessoas conseguia pagar, fazendo rarear o item no prato das famílias mais pobres. A farinha de

⁶⁴ “No sertão existiam poucas limitações às manifestações individuais ou coletivas de crenças religiosas, fossem elas católicas, xamanistas ou animistas e de proveniência africana, europeia, americana nativa, ou híbridas derivadas do sincretismo dessas três culturas. [...] se venerava o sobrenatural e se dava grande importância aos presságios e à adivinhação.” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 282).

mandioca também era muito consumida, pois se trata de um vegetal de fácil cultivo e bem adaptável às terras do sertão. O arroz em geral vinha de longe, pois o território era pouco convidativo ao seu cultivo. Outros grãos como o feijão e o milho também eram consumidos e plantados em pequenos roçados. Também apreciavam consumir as frutas que se podia cultivar nestas localidades, tais como melancia e banana. Como bem observou Koster, nos sertões não havia o hábito de se consumir salada nas refeições, em parte porque esse tipo de agricultura era inapropriada naquelas terras, mas para além disso, culturalmente associava-se o consumo de folhas e vegetais verdes como as hortaliças aos animais e não à comida “de gente”, capaz de alimentar a contento. Os sertanejos tinham uma vida de trabalho dura nos campos, e precisavam se alimentar com comidas fortes de nutrientes – de “sustância” como chamam – que os mantivessem com energia para todas as atividades do dia.

A respeito do comércio que havia nestes sertões, o autor relata:

O comercio no Sertão consiste em receber uma pequena quantidade de manufacturas europeias; tecidos de algodão, dos quais uma boa parte é fiado na região; uma pequena porção de louça de barro branco; e quantidade considerável de cerâmica escura, feita no local na maior parte pelos indígenas [...] aguardente em raros barris; manteiga; fumo; açúcar ou melado; esporas; freios para bridas e outros acessórios para seus cavalos; excetuando as selas as quais, em porção sensível, vêm dos próprios distritos; ornamentos de ouro e prata encontram mercado com certos preços. Os mascates vêm de povoação em povoação, de fazenda em fazenda, trocando suas mercadorias por gado de todo tipo, queijos e couros de bois. (KOSTER, [1816] 1942, p. 214).

Neste trecho é possível constatar que o comércio nos sertões era menos intenso e diversificado do que nas vilas e cidades mais próximas da costa obviamente, porém, ainda assim era uma importante atividade para a economia regional pois fazia circular os produtos trazidos de fora, e também os produtos de produção local, que eram vendidos em diferentes paragens, onde nem sempre se podia cultivar ou fabricar o que era necessário. Os produtos vindos da Europa eram muito apreciados, assim como no litoral, mas estavam fora do poder aquisitivo da maioria dos sertanejos. Os tecidos de algodão e as louças eram fabricadas localmente, e muitas vezes levados pelos mascates para lugares distantes, assim como os produtos manufaturados em couro, como as selas de montaria, que eram a marca do sertão. O pagamento em dinheiro

era raro, pois moedas circulavam pouco nestas paragens. O usual mesmo era a troca de mercadorias como paga, principalmente com pagamentos feitos com bois e couro na base do escambo, forma de transação comercial mais tradicional da colônia.

Neste cenário do início do século XIX, nos deparamos através do relato de Koster com uma sociedade sertaneja consolidada, uma sociedade marcada pela atuação voluntariosa de homens livres de amarras citadinas, que constituíram um novo tipo de relação com a terra. Neste momento, através de um estabelecimento já maturado e desenvolvido dos currais e fazendas de gado; das vilas e colonos; das missões religiosas e aldeamentos indígenas; e dos postos militares avançados; transformou-se assim boa parte dos sertões do Norte em territórios coloniais, ou seja, lugares “tocados” pela empresa colonial, mas com suas particularidades resguardadas.

A sociedade sertaneja replicou em sua matriz cultural apenas uma pequena parte das características que faziam parte da sociedade do litoral, do universo dos engenhos, das cidades, e nem seria possível ser diferente. Nos sertões pernambucanos, e de maneira geral, nos demais sertões do nordeste da América portuguesa, prevaleceram as características forjadas na formação singular do povo que ali se constituiu e nas particularidades inóspitas da terra. O sertão da caatinga nordestina, ficou conhecido como terra de pessoas fortes, e assim se formou o sertanejo, desde a colonização. São terras onde pessoas de diferentes origens construíram juntas essa nova forma de viver, uma nova cultura, bem diferente do que se vivenciava na costa, ainda que por ela influenciada. Foi possível constatar nesse relato que, embora não fosse um estudioso das ciências e das culturas, Koster conseguiu descrever bem os sertões do Norte que conheceu, principalmente o de Pernambuco, assim como seu povo e sua cultura, fornecendo um rico conjunto de imagens a seu respeito graças ao seu relato.

CAPÍTULO V

A NARRATIVA DOS NATURALISTAS SPIX E MARTIUS SOBRE A SUA VIAGEM PELOS SERTÕES MAIS RECÔNDITOS DE PERNAMBUCO

Dentre os viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no período colonial, cada um deles com diferentes objetivos para as suas incursões, sem dúvida os nomes de Spix e Martius ganharam grande destaque e fama. O zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Martius eram naturais do reino da Baviera (parte da atual Alemanha) e atuavam como naturalistas na Real Academia de Ciências de Munique. No início do século XIX ambos foram escolhidos para chefiar em parceria uma viagem científica que ficou conhecida como “Expedição Austríaca”. Tudo começou mais precisamente em 1815, quando o rei Maximiliano José I da Baviera solicitou à Real Academia de Ciências de Munique a organização de uma viagem científica pelo interior da América do Sul, incluindo paragens por territórios do Brasil, com o intuito de realizar investigações que se diziam pelo bem do desenvolvimento da ciência e da humanidade. Vale lembrar que desde a chegada da família real ao Brasil, em 1808, aumentou o número de estrangeiros viajando pelo país em expedições científicas. Para chegar ao Brasil, e conseguir as autorizações necessárias para explorar diversas das suas regiões a expedição dos bávaros se valeu de um importante episódio político:

Quando do casamento da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe herdeiro Pedro I, o monarca bávaro utilizou-se de suas estreitas relações com a Áustria [...]. Maximiliano aproveitou a oportunidade para enviar os seus súditos ao Brasil, como pesquisadores da natureza que integravam o séquito da noiva [...]. Em julho de 1817 atingiram “a grandiosa entrada do porto de Rio de Janeiro” [...]. Considerando os trajetos seguidos por outros viajantes, elaboraram um itinerário que alcançasse regiões ainda pouco exploradas. Previam atingir o extremo norte do país, cruzando o interior do Brasil [...]. Em dezembro de 1817 abriram o caminho da peregrinação científica [...]. Auxiliados por tropeiros e guias nativos, percorreram, em praticamente três anos, mais de dez mil quilômetros em solo brasileiro. (LISBOA, 1997, p. 21-22).

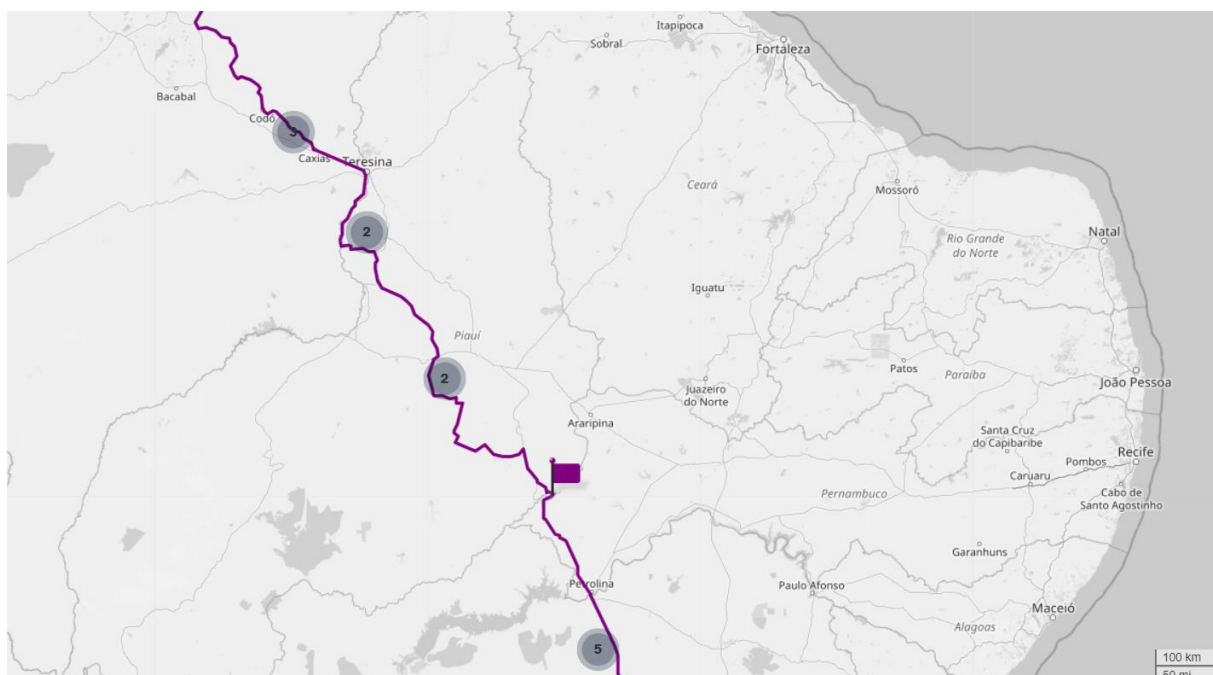
Um dos pontos que podem ser destacados como mais importantes na expedição de Spix e Martius repousa nas grandes proporções que a viagem científica deles ganhou ao longo dos

três anos em que estiveram no Brasil. Além da marca incrível de mais de dez mil quilômetros percorridos por diferentes regiões do território, o que por si só já daria à viagem um status homérico, ainda vale destacar que os naturalistas bávaros optaram em passar com o seu comboio por regiões extremamente inóspitas, algumas delas ainda inexploradas, principalmente por olhares estrangeiros. Diferente da maioria dos viajantes que já haviam passado pelo Brasil e de outros que vieram depois deles e que decidiram se manter em áreas mais próximas da costa, atingindo no máximo localidades mais distantes como São Paulo e Minas, Spix e Martius foram bem além, e junto da sua comitiva de apoio se embrenharam pelos sertões mais profundos do Norte, passando por territórios longínquos e de difícil acesso no interior da Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará por exemplo.

A passagem da dupla pelos sertões recônditos do rio São Francisco nas suas porções baianas e também nas bandas pernambucanas renderam relatos muito significativos para a compreensão da realidade vivenciada nestas regiões nos primeiros anos do século XIX⁶⁵. Em certos momentos, a reação de alguns habitantes do sertão com os quais se depararam pela jornada não foi das mais amistosas, pois a presença de homens estrangeiros nestes locais podia suscitar medo e desconfiança, mas de forma geral, os viajantes puderam contar com a hospitalidade e o auxílio de muitos sertanejos que se dispuseram a ajudá-los em suas necessidades e também nas dificuldades que enfrentaram ao longo da viagem.

⁶⁵ “Sentindo, experimentando, tomando notas e descrevendo a caatinga do Nordeste brasileiro, os viajantes em companhia de suas tropas, formadas geralmente por escravos carregadores e guias que orientavam o deslocamento, admiraram o mix existente na paisagem daquele território. Chocam-se com terras semidesérticas, sobressaindo o verde das cactáceas como o mandacaru e a palma, alimentos certos para o pobre sertanejo em tempos de estiagem. Ora se alegram por adentrar em áreas arborizadas, de clima ameno, resquícios de uma mata perdida e não agredida pelos homens de outrora.” (ARRAES, 2012, p. 80).

Imagem 5: Neste trecho do mapa atual do Brasil, é possível ver o traçado de qual teria sido a rota aproximada da viagem feita por Spix e Martius pelos sertões do Norte, de acordo com o relato dos próprios autores, com especial destaque para a passagem deles pela região onde fica atualmente a cidade de Petrolina [próximo ao número 5 no mapa], no alto sertão do São Francisco pernambucano, próximo de Cabrobó.



Fonte: “Viagem pelo Brasil – Spix e Martius” (2019). Atlas dos Viajantes do Brasil, disponível online em <https://viajantes.bbm.usp.br/>

Quando retornaram para a Alemanha – munidos de uma bagagem imensa de anotações, desenhos amostras de espécimes nativas coletadas nos trópicos – os cientistas começaram a organizar os relatos e descobertas realizadas durante a viagem com a finalidade de publicar uma grande obra sobre a expedição e suas descobertas:

De volta à Munique, em dezembro de 1820, Spix e Martius dedicam-se ao relato, ampliando e organizando as anotações de viagem. Além disso, aprofundaram as suas pesquisas utilizando-se da enorme coleção de objetos zoológicos, etnográficos e minerais que montaram ao longo da expedição pelo Brasil. Entre 1823 e 1831 são editados, na Alemanha, os três volumes da *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil) [...]. (LISBOA, 1997, p. 22-23).

O relato de Spix e Martius foi elaborado de acordo com os moldes estilísticos que regiam a escrita da literatura de viagem daquele período, que tinha como premissa que “[...] a condição *sine qua non* para que um texto seja considerado literatura de viagem é o deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por tempo determinado, e a transformação do observado e do

vivido em narrativa.” (LISBOA, 1997, p. 34). Vale recordar que no contexto das descobertas e conquistas realizadas pelos europeus Novo Mundo, esse gênero de escrita teve origem no período da expansão europeia no continente americano, com a elaboração de narrativas como as de Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, dentre outros estrangeiros que traçaram as primeiras imagens dessas terras desconhecidas e dos seus habitantes para o mundo europeu. No início da colonização, o conhecimento dos mundos novos através desse tipo de literatura se devia a figuras como comerciantes, militares e missionários, que viajavam para terras longínquas e escreviam seus relatos, ampliando a sua visão ao alcance daqueles que jamais teriam a chance de avistar esses lugares distantes e que despertavam tanta curiosidade.

Posteriormente, já no século XVIII, se desenvolveu um estilo de viagem com uma finalidade bastante específica, modelo que se propagou e se estendeu por todo o século XIX, e se manteve em prática até mesmo no início do século XX, que eram as expedições motivadas por razões científicas. De acordo com Tiago Bonato (2014), as ciências naturais naquele momento investiam na tentativa de catalogar a natureza em sua totalidade, por mais utópico que soasse esse intento, em uma busca que passava pela descoberta de minérios, sais, animais exóticos, plantas medicinais, diamantes, metais preciosos etc. Os territórios mais longínquos das colônias foram vasculhados tanto quanto possível por naturalistas que viajavam sob a égide da ciência, porém com instruções de levantamentos a serem feitos e o patrocínio de potências europeias, que estavam claramente interessadas nas potencialidades econômicas do Novo Mundo. Esses empreendimentos foram encabeçados na maior parte dos casos por experientes cientistas da natureza, os chamados “naturalistas” naquele período, tais como Spix e Martius⁶⁶.

⁶⁶ “Grande parte dos relatos de viagem dos estrangeiros que visitaram a América portuguesa, no século XIX, tinha uma dupla finalidade: além do uso interno das narrativas – um relatório da natureza e da sociedade luso-brasileira entregue aos organizadores da viagem – os relatos tinham, ainda, como finalidade, levar ao público europeu a realidade do novo mundo. Os ávidos leitores buscavam participar das aventuras de marinheiros, cientistas, e outros personagens que partiam do Velho Mundo oceano adentro.” (BONATO, 2014, p. 105).

A narrativa destes dois naturalistas bávaros aborda ao longo das centenas de páginas que compõem os três volumes da obra completa intitulada *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, uma larga profusão de temas diversificados, tais como: assuntos científicos, históricos, econômicos, políticos e sociais. Embora o olhar científico da época prevaleça ao longo de todo o texto, com maior destaque para discussões pertinentes à botânica e a zoologia como era de se esperar, vale mencionar que os autores também registraram boas observações sobre estes vários outros temas citados, o que os torna uma fonte histórica ainda mais importante deste período. Estes assuntos foram relatados conforme o deslocamento físico deles pelo país ia transcorrendo, e segundo aquilo que os viajantes foram capazes de captar com o seu olhar de naturalistas europeus. Sendo assim, são informações especialmente valiosas para a ciência mas também para a história do Brasil, frutos dessa grande viagem que propiciou em sua decorrência:

[...] a mais completa exploração da fauna e da flora brasileiras até os dias de hoje, dando origem a uma série de produções responsáveis por revelar detalhes fascinantes e profundos do Brasil. Spix e Martius lançaram as bases para a divisão dos biomas brasileiros além de catalogar quase metade de todas as espécies de plantas brasileiras até hoje conhecidas. (LIMA, 2019, p.1).

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, é importante destacar que dentro dessa enorme obra dos autores bávaros, nos interessa neste trabalho apenas alguns trechos dos relatos de Spix e Martius, trechos esses bastante específicos da sua obra, que tratam de aspectos naturais da caatinga e também sobre questões sociais que eles observaram sobre a vida e a cultura dos sertanejos que habitavam os sertões do rio São Francisco, principalmente durante a passagem da expedição pelo território pernambucano destes recônditos, realizada em 1818. Os naturalistas passaram alguns meses viajando pelos sertões do Norte nesse ano, e a experiência rendeu muitas páginas no diário da expedição. São relatos ricos e bastante interessantes, nos quais eles descrevem não apenas inúmeras anotações de cunho técnico sobre a fauna e a flora locais, mas também se empenham em contar detalhadamente o que viram sobre os modos, hábitos e costumes do povo local, além de demais aspectos da vida sertaneja nos confins da caatinga brava, principalmente em Pernambuco e na Bahia.

Registros sobre o universo sertanejo pernambucano

Os sertões que foram vistos pelos naturalistas Spix e Martius durante sua incursão pelas partes mais interiores e agrestes da capitania de Pernambuco no início do século XIX fazem parte de um imenso território que, conforme foi possível acompanhar até aqui, vinha passando por intensas transformações desde os séculos anteriores, mas que somente no século XVIII atingiu um nível de consolidação da ocupação suficiente para poder integrar de forma mais desenvolvida as engrenagens do mundo colonial. Foi justamente entre o século XVIII e o começo do século seguinte que os sertões pernambucanos e das suas capitanias vizinhas se fortaleceram enquanto potências no negócio da pecuária e certos cultivos agrícolas, destinados primeiramente ao abastecimento interno, mas também ao mercado externo da economia atlântica, com a exportação de carne salgada, couro e algodão. Esse panorama de desenvolvimento econômico e comercial que foi se estabelecendo neste território ao longo desse período refletiu diretamente em mudanças que transcorreram na vida política, social e cultural dos habitantes destes sertões e também de todas as freguesias sertanejas das Capitanias do Norte. Conforme já discutido, não só a sociedade, mas também todo o universo sertanejo pernambucano é fruto dessa transformação empreendida nos sertões agrestes por personagens de diferentes origens e com os mais diversos propósitos. Vale reforçar então que Spix e Martius tiveram acesso a uma versão já madura desse fruto, e puderam observar uma cultura sertaneja já enraizada e florescente, cheia de singularidades que atraíram o olhar curioso dos estrangeiros, que tentaram decifrar a partir das suas referências e da sua cultura, esse mundo tão distinto de tudo que já haviam presenciado até ali.

Apesar das notórias diferenças já apontadas entre a sociedade sertaneja e a sociedade do açúcar, havia também pontos convergentes entre elas, tendo em vista que ambas estavam conectadas pelo mundo colonial e que muita gente saída da costa foi parar no sertão com o avanço da ocupação destes territórios. Nestas duas sociedades, por exemplo, os laços familiares

eram importantes e valorizados, muito por conta, é claro, da influência da moral cristã instituída pelo catolicismo, e no caso das famílias ricas, havia ainda a preocupação de proteger e fortalecer o patrimônio, através de alianças que se faziam principalmente com casamentos e compadrios, tanto nas cidades da costa como nas vilas sertanejas.

Para os potentados do sertão, no entanto, esse era um ponto de maior aflição, pois os donos de grandes fazendas temiam sobremaneira terem seus domínios retaliados por alguma ameaça ou conflito. Nesse sentido, é possível verificar que, no sertão, as questões relacionadas à posse da terra eram muito mais tensas devido às pressões de fazendeiros inimigos que disputavam com ávida ganância cada palmo de chão que julgavam ser seu por direito, além dos indígenas que resistiam nas imediações tentando, na medida do possível, manter algum espaço para a sobrevivências das suas comunidades originárias. A melhor saída então era garantir, através dessas alianças entre famílias amigas e detentoras de muitas terras, o maior poder possível. Os núcleos se fortaleciam quando se uniam uns aos outros e quando faziam uso da sua influência política e de homens armados – como uma espécie de exército pessoal cheio de cabras e jagunços a serviço dos seus senhores⁶⁷ – para garantir a proteção do seu cabedal e para que tudo saísse à contento dos seus interesses particulares, que muitas vezes eram diretamente contrários à noção de qualquer bem comum aos demais habitantes locais. O que valia mais na verdade, dentro dessa lógica, era manter o poder concentrado nas mãos destes senhores e dos seus aliados, e não qualquer tentativa de equidade social para com os demais habitantes.

Conforme já discutido, e também em decorrência destas disputas por poder, parece ter havido de fato nos sertões da caatinga das Capitânicas do Norte uma maior inclinação a episódios

⁶⁷ “Cabra é o homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva. [...] A diferença que se pode estabelecer entre o cabra e o jagunço é que a atuação criminal do primeiro segue a sorte do chefe. Se este está em paz, o cabra cuida de botar uma roça ou se entrega a outra qualquer tarefa pacífica, embora se conserve sempre em alerta, com o potencial guerreiro em estado de latência. Com o jagunço passa-se diferente. Ele é um profissional que escolheu o ofício das armas como meio de vida e não deseja fazer outra coisa. Encerrada a questão em que esteve envolvido, despede-se do patrão – normalmente um fazendeiro ou chefe político – e vai oferecer as armas a quem estiver em litígio.” (MELLO, 2004, p. 73-74).

de violência e banditismo do que nas outras áreas destas capitâneas e no resto da colônia em termos gerais. De forma indireta, é plausível afirmar que estes episódios foram favorecidos pela distância enorme que havia entre as paragens na caatinga e os dispositivos formais de justiça instituídos nas maiores vilas. Entre os senhores mais poderosos e belicosos, o emprego da violência também ocorria nos processos de disputa por cargos (como os camarários) ou patentes (como do ordenanças), por riqueza, influência local e prestígio social. Entre as camadas mais populares, a violência também permeava sem embaraços e sem maiores consequências uma realidade dura onde a pobreza imperava e na qual muitos se embruteciam tentando se manter dignamente, mas na qual invariavelmente o roubo era considerado uma atitude pérfida das mais rebaixadas naquela cultura, ação extremamente mal vista e passível de ser punida com a morte, como pode ser observado por Spix e Martius⁶⁸. Para Frederico Pernambucano de Mello, estudioso do tema do banditismo no Nordeste do Brasil desde o período colonial até o movimento do Cangaco já no século XX, o sertanejo foi forjado, na sua essência, por todos os perigos e violências com os quais se deparou em terras tão brutas:

A necessidade da convivência por longo tempo com clima traiçoeiro – próprio das guerrilhas indígenas e das agressões de animais bravios – fez do sertanejo homem naturalmente desconfiado, revelando-se nesta sua atitude permanente toda a insegurança da vida que levava, exposta à emboscadas, às escaramuças de surpresa, aos temidos ‘tiros de pé-de-pau’, às agressões de curva de caminho, de escuridão de noite silenciosa, e a tudo mais que lhe poderia reservar a ousadia de um viver temerário, em terra natural e socialmente inóspita [...] Nele, a confiança não é regra, é a exceção tornada possível pelos limitados momentos de convivência exclusiva com os familiares de sangue e com os que a estes são equiparados pelo compadrio. (MELLO, 2004, p. 50).

Analisando esse contexto, fica claro porque estava centrada em torno da figura destes fazendeiros a maior articulação da organização política e social do sertão. Gravitando ao redor do núcleo central que era constituído pela família de cada um deles estavam as outras famílias

⁶⁸ “Reinava o respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou auxílio de vizinhos.” (ABREU, 1982, p. 119).

ligadas a estes senhores por laços de subordinação (famílias dos empregados da fazenda) e/ou de compromissos (famílias de parentes, amigos, compadres, aliados). Existia, portanto, uma clara hierarquia social, econômica e política estabelecida entre o fazendeiro (dono das terras e das grandes boiadas) e o sertanejo comum. A maioria destes sertanejos eram trabalhadores rurais empregados nas fazendas ou autônomos em modestos cultivos próprios como pequenos roçados e criações, ocupando terras cedidas pelos fazendeiros em troca do pagamento do foro e do cumprimento de obrigação moral e simbólica de certos compromissos.

Como exemplo destes compromissos é possível citar o pressuposto de fidelidade e presteza com relação as demandas que pudessem surgir por parte do dono das terras em que ele vivia e de quem eventualmente era empregado. Em troca do seu trabalho e fidelidade, o sertanejo recebia do fazendeiro uma espécie de garantia de “proteção” para ele e sua família. Trata-se de uma relação de cunho moral comum neste universo patriarcal, que significava que este senhor tinha por obrigação do consenso social ali estabelecido, prover água e alimento para estas pessoas em momentos de carestia, como ocorria por exemplo durante as secas, e também a obrigação de proteger à todos que estivessem sob sua dependência em caso de eventuais conflitos que irrompessem nas imediações envolvendo brigas contra indígenas ou clãs familiares considerados inimigos. Faltar com esse tipo de obrigação poderia colocar em risco o prestígio e o respeito que esse proprietário tinha naquela sociedade⁶⁹.

Como será possível verificar a seguir, curiosamente pouco interessou aos viajantes Spix e Martius tratar mais detidamente sobre essas figuras de poder e de maior proeminência nos sertões. Os naturalistas dedicaram muito mais espaço em seus relatos para descrever o povo propriamente dito, o sertanejo comum, o vaqueiro, e todo o universo mais popular que havia

⁶⁹ “No ambiente das fazendas de gado as relações pessoais ocupavam um lugar de destaque e por isso elas eram cuidadosamente manipuladas. Estar ou não vinculado a alguém por laços de parentesco ou de dependência fazia muita diferença, e esse era o motivo pelo qual o próprio ato de identificar-se como vaqueiro ou lavrador de suas próprias terras significava demonstrar na sociedade o nível de autonomia desfrutada.” (MEDRADO, 2012, p. 202).

naqueles rincões da caatinga, o que dá um destaque ainda mais interessante ao trabalho por eles desenvolvido. A figura do vaqueiro, por exemplo, causou grande impressão nos dois estrangeiros, tendo sido por eles descrita com riqueza de detalhes em mais de uma passagem. Também não lhes passaram despercebidas questões como a importância da pecuária para os sertões da caatinga, o comércio do sal que também favorecia essas regiões, e todo o empenho dos sertanejos em fazer seu trabalho mesmo em condições adversas, muitas delas provenientes da própria natureza característica daqueles confins, como a presença de predadores como a onça, e de animais peçonhentos como escorpiões e lacraias. Como naturalistas que eram, esse olhar para a fauna e a flora teve claro destaque no seu texto, com passagens curiosas a respeito das abelhas jataí e sobre os cactos, ambos típicos exemplares da natureza do bioma da caatinga.

Em meio a tantas contribuições significativas e diferenciadas dos demais relatos da época trabalhados por esta pesquisa, o relato de Spix e Martius constitui uma fonte de informações excelente e fundamental à compreensão dos sertões pernambucanos e das demais regiões sertanejas vizinhas e da sua cultura no início do século XIX, pois fornece um conjunto rico e diverso de imagens que formam um imaginário complexo sobre estes recônditos com considerações a respeito da sua natureza, fauna e flora, também e sobre a sociedade sertaneja que lá se estabeleceu, com hábitos e costumes que chamaram a atenção dos naturalistas bávaros.

PERCORRENDO AS PALAVRAS DOS AUTORES

Sobre a localidade entre a divisa entre Juazeiro (BA) e Registro (PE), os autores citam:

O arraial de Juazeiro, pequena aldeia de umas 50 casas e uns 200 habitantes, deve sua origem à missão que existiu antigamente na vizinhança; a sua atual importância, porém, deve-se ao trânsito pela estrada do Piauí, que atravessa o rio nesse local. O rio São Francisco separa as capitanias de Bahia e Pernambuco, e Registro [atual Petrolina], situado à margem setentrional do rio, frente a Juazeiro, faz parte de Pernambuco. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 310).

Conforme já mencionado, uma das questões que torna notória a expedição de Spix e Martius está no fato de ela ter percorrido os sertões profundos das Capitanias do Norte, seguindo

o traçado natural ditado pelo curso das águas do rio São Francisco como via de acesso para locais cada vez mais a oeste do território, até alcançar um dos pontos mais importantes deste território: os sertões sanfranciscanos na altura das vilas de Juazeiro (na margem baiana do rio) e de Registro (que viria a se chamar Petrolina depois, na margem pernambucana do rio). Estas duas vilas naquele momento ainda eram pequenas perto do que viriam a se tornar no século seguinte, mas já tinham grande importância estratégica e comercial, pois estavam posicionadas exatamente na rota de passagem do gado que era criado na órbita de todo esse território e também das boiadas que desciam do Piauí, e que eram deslocadas em grandes jornadas em direção à costa, para serem vendidas nas feiras do gado locais e também nas das cidades de maior porte, tais como Salvador e Recife. Por muito tempo esse enclave sertanejo no coração do sertão do São Francisco ficou marcado pelos trânsitos promovidos pela pecuária e pela circulação de mercadorias e víveres pelos sertões do Norte em comunicação com as vilas do açúcar e com a região das Minas, que trouxeram grande desenvolvimento para essas paragens em comparação com outras áreas sertanejas menos centrais e fora desta rota palmilhada pelo gado⁷⁰. O encontro destas duas vilas, separadas precisamente pelo rio, formava então um grande posto de passagem entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, e por elas transitavam não apenas os animais de criação, mercadorias e as comitivas que os acompanhavam mas também as demais pessoas que se deslocavam por estas estradas rústicas com diferentes propósitos.

Atualmente, as duas se tornaram cidades grandes e bem estruturadas no meio da caatinga. A pecuária extensiva perdeu fôlego neste território como um todo, e o que predomina agora naquelas terras é o agronegócio de cultivo em lavouras irrigadas, especialmente com a

⁷⁰ “Mas nem só de pecuária viveram os sertanejos [...]. O rico comerciante e criador de gado Antonio José Viera Araújo, morador na Passagem do Juazeiro, também tinha investimentos em algodão. Na fazenda Tapera, no sertão pernambucano de Cabrobó, além das centenas de cabeças de gado vaccum e cavalares, possuía um banco com duas moendas de “desencaroçar” algodão, além de mais roças cujo produto cultivado não foi especificado.” (HENRIQUE, 2014, p. 133).

produção de frutas que se adaptaram muito bem para o cultivo no clima quente e seco do sertão, tais como a manga, morango, maracujá, uva e laranja.

A respeito da chegada da expedição em território pernambucano, os autores relatam:

A 21 de abril atravessamos o rio numa grande barca, presa por cordas, e pisamos o solo de Pernambuco, em Registro do Juazeiro. Esta passagem do rio São Francisco é a mais frequentada de todo o sertão [...]. Por aí se faz o comércio do interior para Piauí e Maranhão, assim como [...] para Goiás e Mato Grosso. O mais importante artigo do trânsito é gado para corte [...] também mercadorias europeias e ultimamente muitos escravos para os ativos fazendeiros do Maranhão, desde que diminuiu o tráfico de negros entre Pará, Pernambuco e Maranhão com as costas setentrionais da África ocidental; porém, dão muito menos lucro ao governo.[...] Este distrito forma, atualmente, a comarca do sertão de Pernambuco, que conta as seguintes vilas: Barra do Rio Grande, Pilão Arcado, Cimbres, Vila Real de Santa Maria, Flores, Assunção e Garanhuns. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 320-321).

Spix e Martius chegaram aos sertões no território do São Francisco na parte que pertencia a Pernambuco em 21 de abril de 1818 conforme relata o trecho acima, em que eles reforçam a importância estratégica desse local de encontro entre duas capitânicas de extrema relevância para a colônia (Pernambuco e Bahia), atravessadas pelo rio mais importante dos sertões do norte, e interconectada por estradas e leitos das várzeas com as demais localidades importantes para o comércio de produtos, como Minas, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Maranhão. O trânsito contínuo das reses marcava a paisagem local, reforçando a imagem de sertão do gado.

Mas os autores citam outro tipo de fluxo que puderam observar durante a sua estadia: o de escravizados, que passavam por ali em direção às fazendas do Maranhão, depois que o tráfico via litoral, realizado diretamente com as costas setentrionais da África ocidental havia diminuído. O comércio interno de compra e venda de escravizados entre proprietários de diferentes capitânicas se intensificou no início do século XIX, graças à progressiva diminuição que vinha ocorrendo na importação de escravizados vindos direto da África, fruto das pressões externas que o Brasil sofria por parte da Inglaterra visando o fim desse tipo de prática. As estradas nos sertões passaram então a serem rotas importantes para o deslocamento desses cativos que já habitavam na colônia rumo aos seus novos cativeiros quando eram vendidos para

proprietários de outras localidades⁷¹. Então além do gado, essas áreas de passagem nos sertões do Norte também recebiam levadas de pessoas que se movimentavam por estes territórios interiores, muitas delas infelizmente conduzidas de forma coercitiva, na condição de escravizados e tratados como mercadorias, assim como eram os bois para os seus proprietários.

Os naturalistas também citam o conjunto das principais vilas que naquele momento constituíam a comarca do sertão de Pernambuco, formada por: Registro do Juazeiro, Barra do rio Grande, Pilão Arcado, Cimbres, Vila Real de Santa Maria, Flores, Assunção, Cabrobó e Garanhuns. Alguns destes locais se mantiveram de pé, prosperaram dentro do possível para os sertões ao longo dos anos e deram origem a municípios pernambucanos que mantêm o mesmo nome de origem, ainda que com certas diferenças no traçado territorial original, como é o caso por exemplo de Pilão Arcado (território que hoje faz parte do estado da Bahia), Cimbres, Flores, Assunção, Cabrobó e Garanhuns (que ainda fazem parte de Pernambuco).

Com relação aos produtos e o comércio no território sertanejo, os autores mencionam:

Os produtos locais provêm da criação de gado bovino e equino, para a qual o terreno é favorável: couros, sebo, carne salgada, além de algum fumo, e principalmente sal de cozinha, extraído nas proximidades do rio. Todos esses produtos não bastam, entretanto [...] e a região é ainda tributária da industriosa Minas em numerário. Reina aqui, por isso, incrível miséria na maior parte da população. São ricos só uns poucos grandes fazendeiros, em cujas propriedades se estabelecem agregados, e dominam a indústria de todo o distrito. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 311-312).

Neste trecho os viajantes fazem uma importante observação sobre a relação que esta paragem sertaneja do Norte mantinha com Minas Gerais. Spix e Martius apontam que apesar de haver uma produção local de alguns produtos e víveres, encabeçada primeiramente pela pecuária e seus derivados, existia a necessidade de importação de outros produtos que ali não

⁷¹ “[...] a persistência inglesa pelo fim do tráfico estava atrelada a um cenário mais amplo, que englobava as transformações pelas quais a economia europeia estava passando desde a segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo e a subsequente crise do sistema colonial, do qual o Brasil era parte integrante. Conforme salienta Emília Viotti da Costa [...] a partir dessas novas condições a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante, passando a ser alvo dos novos grupos sociais dela desvinculados. Dentro desse contexto, não tardou muito que a cessação do tráfico e a abolição da escravatura nas colônias se tornassem temas políticos na luta pelo poder que se travava tanto nas metrópoles quanto nas colônias. Líder no processo de industrialização, a Grã-Bretanha tornou-se a principal entusiasta destas transformações.” (SILVA, 2007, p. 31).

se fabricavam e que deveriam vir de outras localidades⁷². Minas tinha portanto essa importante função, a de manter abastecidos de algum sortimento estes sertões da caatinga com uma série de alimentos e produtos dos quais careciam esses confins, uma vez que as possibilidades de uso da terra em lugar tão quente e seco eram restritas, e muitos cultivos jamais seriam possíveis naquelas localidades agrestes, ao passo que na região das Minas, haviam terras mais férteis para esses tipos de lavouras e manufaturas já estabelecidas como produtos demandados pelos sertanejos. Também vale ressaltar que Minas também se beneficiava e muito desse comércio, podendo obter produtos oriundos destes sertões, como a carne salgada e o couro por exemplo.

Os autores ainda apontam a pobreza da qual padecia a maior parte da população sertaneja, uma gente simples que era muitas vezes dominada e subjugada pelo poder de alguns poucos fazendeiros ricos, os famosos “régulos do sertão” que eram os proprietários das terras e dos meios de produção que lá havia, só restando ao sertanejo comum se tornar funcionário de uma fazenda, ou empreender uma pequena roça ou criação própria às custas do pagamento de foro ao dono da terra. Mesmo que a pobreza fizesse parte da realidade do povo sertanejo, a maioria dessas pessoas ainda preferia estar ali do que vivenciar a escassez em alguma vila grande da costa dominada pela açucarcracia, onde o acesso à terra e a subsistência era certamente mais difícil de alcançar. Muitas delas, conforme já discutido, migraram para o sertão justamente em busca de melhores condições de vida, pois se pobres haveriam de ser em qualquer parte, melhor seria então serem pobres em um lugar onde fosse possível ao menos ter um roçado para chamar de seu e uma tapera para abrigar sua família e fugir do relento, onde não faltasse comida no prato e o mínimo de dignidade a eles e aos seus. Se por um lado isso

⁷² “[...] o caminho do São Francisco vinha pontuado de currais. Partindo das capitâneas da Bahia, Pernambuco e Maranhão podia-se chegar por terra ao rio São Francisco, na altura do arraial de Matias Cardoso, seguindo pelas margens deste rio até atingir o rio das Velhas. Era considerado o melhor caminho para o transporte de criações e escoamento de mercadorias, por ser mais plano, abundante em águas e bastante povoado em sua extensão [...] ele era necessário em razão do comércio que se fazia entre as minas e os currais do São Francisco. De lá vinham fazendas de todo gênero, escravos e outros produtos com preço bem menor do que os que vinham do Rio de Janeiro. E, mais importante, era a região do São Francisco que abastecia as minas de gado, cavalos e sal, imprescindíveis para a sobrevivência dos moradores das áreas de extração de ouro.” (ANASTASIA, 2005, p. 32).

parece, e certamente é pouco para se ambicionar, por outro lado, era muito a se desejar para aqueles que jamais puderam sonhar com tais condições enquanto viveram nas vilas do açúcar, principalmente daqueles que saíram de lá fugidos do seu cativeiro como escravizados.

É digno de nota testemunhar através da música, da literatura, da xilogravura e das demais manifestações artísticas e culturais sertanejas que já foram produzidas o amor que os sertanejos nutrem pelo seu sertão, um apego enorme ao seu chão, seu lugar no mundo, um sentimento capaz de fazer com que se proponham a superar as maiores adversidades possíveis só para não deixarem a sua terra para trás, da qual fizeram sua morada física mas também afetiva e espiritual. Um amor ancestral, passado dos pais para os filhos ao longo de gerações inteiras das mesmas famílias, criando laços profundos entre o sertão e essas pessoas.

Muitos foram obrigados por circunstâncias alheias a sua vontade a deixar suas terras e partir rumo a melhores condições de vida em lugares distantes. Os retirantes saídos dos confins da caatinga com destino às vilas e cidades maiores no Sul ou na costa existem desde a consolidação da ocupação dos sertões do Norte. A maior parte deles precisou migrar fugindo da seca e da pobreza piorada pela estiagem, conforme aconteceu por exemplo no movimento em massa de retirantes saídos dos sertões nordestinos com destino às cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XX. Foram sertanejos que precisaram se desgarrar traumáticamente do seu lar, do mundo que conheciam, muitos deles inclusive deixando pessoas queridas para trás, e o sentimento que une grande parte destas pessoas é o desejo de um dia poder voltar para sua terra com condições de poder ficar lá sem sofrimento e com dignidade, e ainda podendo ajudar os familiares que ficaram no sertão passando necessidade, um tipo de sentimento profundo de pertencimento e de ligação com a terra e os seus conterrâneos, raramente visto em pessoas oriundas de cidades grandes.

No que se refere à visão que os viajantes tiveram dos sertanejos, os autores descrevem:

O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. [...] porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. [...] Ademais, só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente europeia; a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido à miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 101-102).

Neste trecho os viajantes expõem algumas opiniões a respeito do caráter e da constituição dos sertanejos. Primeiramente a figura desse habitante dos sertões é colocada por eles como uma “criatura da natureza” o que diretamente o associa a ideias pejorativas que remetem à falta de civilidade, de bons modos e boa educação, sempre com base no referencial e nos valores europeus. Esse sertanejo por eles visto como um ser “rude”, também foi associado com ideias que podem ser entendidas como positivas, tais como a de um sujeito “bem intencionado”, “prestativo”, “nada egoísta” e de “gênio pacífico”. Em linhas gerais, é possível dizer que Spix e Martius tiveram uma boa impressão do sertanejo, e criaram a partir da sua experiência essa imagem idealizada de um homem simples, rude, mas de bom coração e honesto, digno de certa admiração.

Sobre o suposto gênio pacífico dos sertanejos, não deixa de ser uma contradição que aparece na imagem que estes naturalistas traçaram destas pessoas, pois eles mesmos apontam, em outras passagens do relato, que nestes rincões a questão do banditismo era latente. Colocado desta maneira, até que ponto o sertanejo era de fato visto por eles como uma figura inclinada à paz, tendo em vista que naquelas terras eles não deixaram de notar os altos índices de crimes e violências que se cometiam contra os desafetos. O sertanejo, assim como qualquer pessoa, poderia ser “bom” ou “mau” a depender de cada situação em questão, de cada contexto, e do ponto de vista pelo qual suas ações fossem analisadas. Mas a visão estrangeira destes viajantes sobre o sertanejo, uma visão que de certa forma se coloca com uma superioridade moral explícita, aparentemente não conseguiu captar a contento as múltiplas facetas e a complexidade do caráter do povo que habitava os sertões.

Também é digno de nota que eles identificaram como uma parcela mínima a população sertaneja de origem puramente europeia. Conforme já discutido, a maior parte dos sertanejos tinha origens na mistura entre colonos de ascendência europeia, indígenas e negros. As pessoas negras e escravizadas foram apontadas por eles como raridades nestas regiões agrestes, porém, como já foi citado e verificado em outras fontes analisadas, essa afirmação não corresponde à realidade. Havia sim no sertão uma presença significativa de pessoas negras, inclusive na condição de escravizados, sua existência em paragens sertanejas não era nada rara.

Contudo, a presença negra ocorria nos confins da caatinga em uma escala obviamente bem menor do que o volume de trabalhadores negros que era encontrado nas vilas do açúcar, em virtude da própria natureza do trabalho, que ali necessitava de menos pessoas para cumprir as funções das fazendas. Além disso, diferente também do costume das cidades mais costeiras, nos sertões fazia parte da realidade de muitas fazendas o envolvimento de toda a família que vivia na propriedade em diferentes trabalhos. Estas pessoas se incumbiam em atividades para a manutenção do local, da lavoura e também no auxílio à criação do gado, sem que isso fosse considerado qualquer tipo de demérito ou vergonha pela sociedade sertaneja. Tal situação era extremamente mal vista pela sociedade da açucarocracia, na qual o desprezo pelos trabalhos manuais predominava entre os mais abastados, que destinavam atividades como essas, vistas como infames e rebaixadas, apenas para aqueles que eram considerados inferiores na escala social traçada naquela sociedade.

Quanto a mais observações sobre os sertanejos e seus hábitos, os autores apontam:

A dieta animal e a ocupação dos sertanejos, nesta região e ao norte, produzem surpreendente efeito no seu caráter e constituição. O gênio alegre, folgazão, bondoso manifesta-se nas feições redondas dessa gente bem nutrida, forte e trabalhadora. A tarefa de conter reunidos os numerosos rebanhos, de protegê-los contra as feras, ou de tocá-los para os cercados, exercita a resistência e a força física [...]. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 322).

Nesta passagem Spix e Martius descrevem mais algumas características que eles observaram nos sertanejos com os quais tiveram contato ao longo da viagem. De acordo com

eles, o trabalho direto com os animais e as demais ocupações de trabalho dos sertanejos eram capazes de produzir efeitos no seu caráter e na sua constituição, e partindo desta análise os naturalistas atribuíram a este povo um gênio alegre, bondoso, forte e trabalhador. Além disso, eles apontam as “feições redondas dessa gente bem nutrida”, observação que não deixa de ser curiosa e talvez até mesmo paradoxal, na medida em que eles também apontam a situação de pobreza na qual essas pessoas viviam. Difícil imaginar que em meio a uma situação de suposta pobreza extrema seria possível se alimentar bem e ser uma pessoa nutrida de faces rechonchudas. Talvez o caso seja que a noção de pobreza dos viajantes e a mensuração da sua intensidade fosse um tanto diferente do que se consideraria nos padrões da colônia e do sertão.

A imagem do sertanejo como uma figura forte e trabalhadora se consagrou como uma das mais pujantes e emblemáticas que se tem do povo do sertão, pois como cunhou Euclides da Cunha na sua obra “Os Sertões”, publicada em 1902, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (p. 44). Essa leitura tem uma conotação romântica de certa forma, pois atribui um olhar de heroísmo e resistência frente a tamanhas adversidades enfrentadas por esse povo, o que pode desviar o olhar para o problema social por trás disso, exaltando propositalmente o resultado dessas provações, que é a capacidade de sobrevivência em um meio tão difícil e pobre de recursos de forma tão honrosa e dedicada. Certamente é possível reconhecer que existe um tipo de força muito característica em quem nasce e vive nos sertões da caatinga. São pessoas forjadas desde cedo pelo ambiente e pelas características culturais destas regiões.

Sobre a questão do banditismo, os autores escrevem:

[...] contaram-nos histórias de diversos aventureiros, que, deserdados ou empobrecidos [...] vagam pelo sertão praticando atrocidades de toda espécie, quer a serviço de outros, quer por conta própria, e escapam ao castigo da justiça, às vezes por muito tempo, graças ao conhecimento exato da região e ao auxílio de parentes e aliados. Antes de haver no país ordem civil, eram muito numerosos esses bandidos, e amiúde instrumento de odiosos crimes, instigados pela ambição, inveja e o ciúme. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 168-169).

Eis um dos trechos em que o suposto “gênio pacífico” dos sertanejos, conforme apontado pelos próprios autores, não corresponde exatamente à realidade vivida naquelas paragens de forma absoluta. Também os outros autores abordados nesta pesquisa trazem relatos de desordens, ausência de leis, e de bandidos que agiam nos sertões do Norte. Assim como eles, Spix e Martius também ouviram histórias sobre estes facinorosos ao longo de sua viagem, mas vale citar que os naturalistas não relataram em seu livro nenhuma experiência pessoal na qual eles tenham sido vítimas de algum crime enquanto estiveram naqueles profundos confins.

A figura do bandido, do facínora, do capanga, que agia em prol de causa própria, mas na maior parte das vezes como agente de algum senhor que o contratava, era presente no cotidiano dos sertões⁷³. Sua ação era claramente facilitada pela ausência total ou pouca presença da lei régia aplicada nestes territórios. Embora as leis existissem, colocá-las em prática e punir criminosos que as infringissem era tão complicado nesses interiores, que grande parte deles se mantinha ileso e livre de punições depois de praticar até mesmo crimes hediondos e cruéis. A lei que mais se impunha era aquela que emanava do maior poder econômico e moral que havia ali, dos quais eram dotados os senhores de terras, que de certa forma, tinham em suas mãos graças aos seus recursos financeiros e às suas tropas armadas a possibilidade de executar quaisquer ações que melhor atendessem aos seus interesses, a maior parte delas inclusive à margem das leis impostas pela Coroa. Nessa disputa pelo poder e pelo controle das regiões sertanejas, invariavelmente os interesses privados de ricos senhores levavam vantagem e se sobressaíam como norma.

A respeito dos trajés usados pelo vaqueiro, os autores relatam:

⁷³ “Quando em fins do século XVII e ao longo de todo o século XVIII, a necessidade de expansão colonizadora empurrou o homem para o universo cinzento da caatinga, fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão [...] O emprego do capanga, do cabra e do jagunço fez-se largamente no Nordeste ao longo de todo o ciclo do gado, nas questões de terra, nas lutas de família e, de todo particular, nas disputas políticas.” (MELLO, 2004, p. 42).

Nas caçadas ou no serviço campeiro, o sertanejo usa calças compridas de couro que vestem, com uma só peça as pernas e os pés, e uma jaqueta curta; cobre a cabeça com um chapéu de copa hemisférica baixa de aba larga, com uma pala presa, para proteção contra os espinhos, quando, na perseguição do gado, galopa em disparada pelo meio das brenhas. Um facão metido na bota ou no cinturão é a sua arma ordinária [...]. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 101).

Assim como a descrição que Henry Koster fez sobre os trajes usados pelo vaqueiro, também Spix e Martius deram detalhes sobre o traje característico do “cavaleiro do sertão”. O destaque dado para as peças feitas de couro nessa vestimenta é importante, pois se trata de uma das características mais peculiares da cultura local, uma das marcas do universo sertanejo das Capitanias do Norte. Eram peças que formavam a indumentária de trabalho dos vaqueiros, um tipo de armadura, resistente o bastante para suportar e proteger esse trabalhador do sol escaldante, dos espinhos, dos insetos e das demais asperezas do ambiente causticante do sertão. A imagem do vaqueiro sertanejo trajado em suas peças de couro dos pés à cabeça reafirma-se aqui como uma das mais tradicionais associadas diretamente ao universo do sertão da caatinga.

É surpreendente tamanha adaptação e habilidade que foram necessárias para que os vaqueiros conseguissem desenvolver estas peças que os protegiam contra o sol e os espinhos dos cactos, que eram pesadas por serem de couro, mas ao mesmo tempo não os impediam de cavalgar imensas léguas nem de exercer todas as suas demais funções com destreza e agilidade nos movimentos. Todos os componentes do traje de couro típico do vaqueiro nordestino desse período ainda fazem parte da vida dos homens que atualmente exercem essa função na lida com o gado nas caatingas, pois em essência nada mudou nessa indumentária. Contudo, vale mencionar que foi especialmente graças ao ruidoso movimento do Cangaço, no início do século XX, quando figuras como Lampião, Corisco e Maria Bonita foram fotografados por Benjamin Abrahão em pleno sertão, com seus imponentes e bem desenhados trajes de couro, feitos com a mais fina arte derivada da selaria, que esse tipo de roupa ficou mais popularmente conhecida

pelo resto do país e até mesmo em algumas partes do mundo, como marca indelével do imaginário relacionado com o sertão nordestino brasileiro⁷⁴.

Com relação aos grandes fazendeiros do sertão, os autores mencionam:

Os donos de tão grandes fazendas raramente residem no sertão. Gastam as suas rendas em lugares mais populosos, às vezes vivendo com incrível aparato, e deixam a administração entregue a um mulato com cuja hospitalidade nem sempre pode o viajante contar. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 170).

Conforme outros autores analisados já apontaram, Spix e Martius reafirmam nesta passagem que a maior parte dos proprietários das grandes fazendas do sertão não morava na sua propriedade sertaneja, mas sim em vilas maiores e mais próximas da costa, no caso de Pernambuco, principalmente em Olinda e Recife. Já é sabido que, na ausência desse proprietário no dia a dia da fazenda, este designava um dos seus familiares, como um filho, sobrinho, cunhado, ou até mesmo um empregado de sua maior confiança para ser responsável por tocar os negócios para ele em troca de uma remuneração. Era comum que um rico senhor de terras sertanejas fosse o dono não apenas de uma, mas sim de várias fazendas de gado pelas cercanias, e que as visitasse poucas vezes no ano, optando por administrar de longe o andamento dos negócios por meio da troca de correspondências com o responsável pela propriedade.

Embora nestas localidades houvesse a presença de uma “elite da terra”, que foi se constituindo na medida em que as vilas sertanejas e a pecuária se consolidaram nos sertões, ao que tudo indica, lá o funcionamento dos enlances sociais parece ter ocorrido de forma diferente em comparação com as cidades de colonização mais antiga. Pelo que se pode notar nestes relatos abordados na pesquisa, no sertão a vida dos poderosos não era tão apartada da vida dos demais como no litoral. Os espaços de circulação não eram tão circunscritos e restritos, os hábitos do dia a dia não se diferenciavam em demasia, até mesmo porque ali não havia acesso

⁷⁴ Na obra “Estrelas de couro – A estética do Cangaço” de 2015, do historiador Frederico Pernambucano de Mello, é possível encontrar ricos detalhes sobre a história do vestuário de couro e demais acessórios de indumentária típicos dos sertões do Norte desde o período colonial até o movimento do Cangaço no início do século XX, que revolucionou radicalmente essa estética e definiu em boa medida o imaginário sobre essa moda para os dias atuais.

a tantos luxos, ostentações e comodidades tais como as que se poderiam desfrutar em Olinda por exemplo. Em linhas gerais, é possível inferir que se tratava de uma elite menos opulenta e menos “europeizada” do que a “açucarocracia” definida tão assertivamente por Evaldo Cabral de Mello. A elite do sertão parecia mais ligada à sua realidade local e à cultura sertaneja, com um toque que pode ser entendido como mais “abrasileirado” na sua constituição e no seu funcionamento, portanto, mais original e menos afeita a influências vindas de fora.

No que se referem aos lambedouros e a paisagem deste território, os autores descrevem:

O gado, que pasta em grandes rebanhos nestas campinas, procura o sal com avidez, e lambe os barrancos abruptos (barreiros), às vezes em longas filas, numa camaradagem pacífica. Quanto mais nos internávamos nesta zona, tanto mais característica se apresentava a feição da paisagem: planícies desertas, com capim seco, árvores retorcidas, e, de quando em quando, uma das já mencionadas palmeiras de copa grossa e de outra, sem tronco e espinhosa; vales, em forma de gamela, que se afundam em diversas direções, são animados pela presença de emas, veados e tatus. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 103).

Sabe-se que os “barreiros” ou “lambedouros” foram uma das principais características encontradas no sertão das Capitanias do Norte, responsáveis por viabilizar a atividade extensiva da pecuária. Apesar do solo pobre, seco e arenoso de muitas destas regiões, próximo aos rios, principalmente, havia grande oferta de sal nesses lambedouros, e desta forma, o gado podia se nutrir deste mineral e complementar sua dieta muitas vezes empobrecida pela pouca pastagem disponível. Sem estes locais, é bastante improvável que a criação de gado tivesse sido possível com tamanho sucesso no sertão. Além de um deleite para o gado, esse sal era extraído, manufaturado e acondicionado em sacas de couro para ser vendido em outras regiões da colônia, tornando-se mais uma fonte de renda e de comércio para os sertanejos.

Spix e Martius como bons naturalistas também observaram as características do bioma da caatinga, da sua vegetação rasteira e dos animais típicos deste ecossistema, com a presença por exemplo de emas, veados e tatus. Esse seria apenas um dos recortes possíveis da caatinga, a sua imagem que ficou mais consagrada, àquela associada à seca, do solo rachado e dos cactos retorcidos pelo sol escaldante. Contudo, esse bioma também se torna verde, abundante, e

fecundo após as chuvas que, de vez em quando, atingem os sertões nos períodos mais úmidos, chamados de “inverno” pelos sertanejos, ainda que de forma irregular e espaçada, e essa é outra imagem possível da caatinga.

Quanto ao comércio do sal, os autores apontam:

O sal, extraído nas margens do rio São Francisco, nas províncias da Bahia e Pernambuco, é importado em sacos de couros, surrões, cada um dos quais, pesando trinta ou quarenta libras [...]. Importam-se também fumo, vinho e azeite, e, por outro lado, a província de Minas manda farinha de mandioca, milho, feijão, toicinho [...]. Como as províncias do Norte não raro são flageladas por demoradas secas e más colheitas, o seu interior também é pouco povoado e cultivado, ficam dependentes, em parte, dessa importação e os mineiros, por seu turno, aproveitam-se do sal importado em considerável quantidade para o seu gado [...]. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 159).

Em consonância com o trecho anterior, aqui mais uma vez a importância do sal é ressaltada pelos viajantes. Além da economia sertaneja que girava essencialmente em torno da pecuária e do couro, já foi citado que a extração e comércio do sal também garantia para os sertões das Capitânicas do Norte, principalmente de Pernambuco e Bahia – graças às reservas salinas ao longo do rio São Francisco – uma forte moeda de troca de mercadorias. Em troca desse sal embalado em sacos de couro e enviado para outras capitânicas e também para a Europa, os sertanejos recebiam como paga artigos e produtos que não eram produzidos localmente, tais como fumo, vinho, azeite, e demais artefatos manufaturados, como tecidos mais finos⁷⁵.

Nessa troca de mercadorias o sertão conseguia se manter abastecido na medida do possível, pois esse fluxo de comércio era extremamente prejudicado quando havia secas prolongadas, que ceifavam o gado e dificultavam a extração do sal. Tamanhas dificuldades impediam que as vilas sertanejas prosperassem na mesma medida e escala de crescimento que

⁷⁵ “O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos aos peixes e outro bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões.” (ABREU, 2019 [1907] p. 112).

as maiores vilas mais próximas da costa. Havia uma menor densidade populacional e um menor poder aquisitivo nestas regiões em comparação com as demais da colônia, mas ainda assim, foi possível povoar e encontrar saídas rentáveis para estes recônditos confins, a ponto de a economia sertaneja passar a ser peça essencial para manter abastecida principalmente de carnes verdes boa parte da América portuguesa naquele momento⁷⁶.

Sobre o gado e a ameaça da onça nas fazendas, os autores escrevem:

Não é tão agradável, mas penoso e arriscado caçar onças que são bastante comuns nestas regiões de pecuária. Por frequentarem menos que as antas, os brejais, e vaguear muito mais inconstantes, o seu rasto é muito menos fácil de descobrir e amiúde só se acha por acaso quando maior é o perigo. Logo que se tem aviso de um sítio onde a onça vai beber água ou está perseguindo o gado, põem-se os caçadores de emboscada com os cães, e atacam-na, logo que os cães a agarram. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 111).

Tendo a criação de gado enfrentado inúmeros desafios e adaptações para que pudesse prosperar em áreas tão brutas, Spix e Martius tratam aqui de uma destas adversidades: a presença de onças no sertão. A onça parda, popularmente conhecida também como “sussuarana”, era um dos animais mais marcantes e temidos daqueles recônditos, um dos maiores predadores na cadeia alimentar da caatinga, e como não poderia deixar de ser, uma grande ameaça ao gado que pastava livre e solto pelos campos. Além do risco que as reses corriam, também os próprios sertanejos estavam expostos a possíveis ataques deste animal, pois não raro essas feras acessavam o interior das fazendas em busca de alimento, especialmente nos períodos de secas mais severas, quando o seu habitat natural sofria com menor oferta de caça, gerando um grande transtorno para os vaqueiros que precisavam proteger o gado.

Tanto a figura da onça quanto a bravura dos sertanejos em enfrentá-las, principalmente dos vaqueiros, se tornou uma das imagens mais significativas associadas à coragem dos homens

⁷⁶ “Feitas as contas, não seriam as condições naturais dos sertões nordestinos realmente muito favoráveis à criação; e isso se comprovaria definitivamente em fins do século XVIII, quando, como fornecedor de carne para os núcleos do litoral, eles serão desbancados por produto de outra procedência, o charque rio-grandense. Mas até então favorecido pela proximidade de bons mercados, e na falta ainda de concorrentes, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu.” (PRADO JR., 2011, p. 63).

do sertão. O cabra “brabo”, “de valor”, não temia o bicho feroz, pelo contrário, ele usava de sua astúcia e coragem para enfrentar o felino e afastar o perigo da sua criação e da sua família. Bravura e valentia eram signos distintivos de maior status para o homem sertanejo. Para as mulheres, mesmo que inseridas em um universo patriarcal de muita opressão, também era importante ter coragem, pois a vida nos sertões não era fácil nem suave para ninguém, e todos precisavam encontrar formas de resistir e sobreviver às intempéries e adversidades mais duras.

A respeito do uso dos cactos como fonte de alimento e de água para o gado sedento, os autores relatam:

[...] as boiadas, em caminho, aproveitam-se particularmente da fartura dos cactos nestas regiões. Essas plantas singulares, sem folhas, dotadas da especial capacidade de atrair e condensar a umidade da atmosfera, servem de refresco para os animais sedentos. O gado despoja com os chifres ou com os dentes uma parte da superfície, e chupa a seiva mucilaginosa e um tanto amarga, contida, mesmo durante o período de maior seca do ano, nessas extraordinárias fontes vegetais. Nesse afã ferem-se os bois nos compridos espinhos ou nos pelos urticantes, de que são armados os cactos, e notam-se por vezes, entre eles, animais de focinho inflamado ou até mesmo gangrenado. É, portanto, por compaixão para com as boiadas sedentas, que os sertanejos facilitam-lhes o acesso a essa seiva, e eles costumam, passando a cavalo, cortar com os seus facões as hastes, ou abri-las lateralmente. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 290-291).

Outra adversidade que precisou ser contornada nesse meio ambiente para que o empreendimento da criação do gado fosse levado a cabo, a maior delas sem dúvidas, foi a falta de água em muitas localidades, principalmente quando períodos de estiagem mais prolongados castigavam os sertões. Embora o gado tenha se adaptado biologicamente a uma menor oferta de água à medida que os rebanhos foram se multiplicando em terreno tão drástico ao longo de gerações, a escassez de líquidos se mantinha como um desafio aos vaqueiros, que precisavam garantir a sobrevivência das reses, e a sua própria sobrevivência também, diga-se de passagem. Se faltava água aos animais também faltaria aos homens, e a partir dessa constante ameaça à vida é que os sertanejos se tornaram mestres na sabedoria de encontrar fontes de água no sertão, ou formas emergenciais de hidratação que pudessem ser usadas quando essas fontes não conseguissem ser localizadas. Mas os animais também foram aprendendo como se virar nas

adversidades, e uma das artimanhas aprendidas pelos bois foi justamente o consumo dos cactos conforme descrevem os autores.

As cactáceas são uma espécie de planta nativa muito abundante nessas paragens, bastante útil para saciar a sede em casos de necessidade extrema – como são por exemplo os mandacarus e as palmas. Mas como todo o cacto é envolto em espinhos duros e pontiagudos que acabavam machucando os bichos, foi necessário que os vaqueiros passassem a ajudar os bois nessa empreitada desesperada de saciar a sede, cortando com seus facões esses espinhos e auxiliando o acesso à seiva da planta, que é rica em água e nutrientes. Sabe-se que até mesmo os humanos passaram a consumir os cactos nos sertões da caatinga para se manterem hidratados e nutridos, mesmo que de forma precária, na terra onde o “mandacaru é rei”. A paisagem natural da caatinga, especialmente marcada pela presença abundante dos cactos, como o imponente mandacaru, é mais uma das imagens consagradas e icônicas destes sertões.

Com relação à importância das abelhas e o perigo dos insetos, os autores mencionam:

É extraordinária a variedade de espécies de abelhas no sertão, que fazem os seus ninhos, ora nas árvores, ora na terra. A produção de mel e cera é tão considerável, que muitos sertanejos vivem exclusivamente do negócio da colheita de produtos. A cera bruta da maioria das espécies (cera da terra) é quase preta, de perfume balsâmico agradável, e merece a atenção do médico brasileiro, que a emprega principalmente para unguentos e emplastos. [...] A melhor espécie de abelhas é a chamada pelos sertanejos de jataí; a mais diligente, porá. Ao lado de tal fartura de insetos úteis, não faltam tampouco as venenosas lacraias, escorpiões e aranhas, e nota-se que a intensidade do veneno é às vezes maior no sertão. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 114).

Mais uma vez sobre bichos que habitavam o sertão, Spix e Martius também trataram em suas observações sobre alguns insetos encontrados neste território. O primeiro deles a ser descrito foi a abelha, que graças ao seu mel fornecia um importante alimento saudável e fonte natural de açúcar e nutrientes. Esse mel produzido especialmente pelas abelhas da espécie “jataí” era comercializado em algumas paragens, com fins não apenas alimentícios mas também medicinais, em virtude das suas propriedades curativas aproveitadas no uso de medicamentos e emplastos. Além das abelhas, outros insetos muito menos simpáticos também faziam parte

do ecossistema local, tais como escorpiões, lacraias, vespas, e aranhas – todos eles ameaçadores ao ser humano, graças ao veneno que a maior parte destas espécies destila ao picar a pele. Por conta disso, os casos de morte de pessoas e animais como bois e cavalos por picada, principalmente de escorpião e aranha não eram raros, o que exigia o hábito, por exemplo, de examinar cuidadosamente a roupa e os sapatos antes de usá-los, e de bater o colchão da cama por todos os lados antes de se deitar, para evitar entrar em contato com esses bichos.

No que se refere à distribuição das fazendas pelo território, os autores descrevem:

As fazendas em geral foram primitivamente distribuídas em espaços de três léguas quadradas, e, entre cada uma delas, ficava uma légua de terreno neutro, no qual as boiadas dos vizinhos podiam pastar em comum, não sendo permitido de nele se estabelecerem. [...] É certo que na ocasião da seca, é necessário poder movimentar as boiadas em grandes espaços para que consigam achar bastante capim seco e frutas; porém a construção de poços e a irrigação artificial das regiões apropriadas, poderiam poupar todas as ruinosas consequências das secas prolongadas. Com isso, também se tornaria possível aumentar a população de modo razoável, e dar a esta bela região a alta importância que lhe compete no Brasil, graças aos seus dons naturais particulares. (MARTIUS e SPIX, [1817-1820] 2017, p. 334-335).

Neste último trecho, Spix e Martius explicam como foi feita a distribuição das fazendas em boa parte do território sertanejo, com a prática de manter um espaçamento mínimo de uma légua de distância entre o terreno de cada uma delas, para garantir a necessária separação das propriedades e também um espaço comum a ser compartilhado pelo gado como pastagem. Nos sertões da caatinga os espaços eram largos o suficiente para garantir que pudessem haver grandes propriedades e que ainda assim, houvesse a devida separação entre a terra de diferentes senhores, com amplos pastos para que o gado de todos pudesse prosperar. A escassez nesse caso não era de terras portanto, mas sim de fontes perenes de água potável. Os autores também estabelecem uma crítica sobre a má condução do problema da seca. De acordo com eles, para poupar os animais e os sertanejos das ruinosas secas prolongadas, a solução seria a construção de poços e a irrigação artificial nas regiões apropriadas para tal empreendimento, de forma que pudesse haver uma reserva de água permanente, mesmo nos momentos mais secos e drásticos, sem a necessidade de tamanhos sacrifícios, riscos e mortandade.

A solução apontada pelos naturalistas parece adequada e até mesmo simples colocada desta maneira, mas é sabido que o investimento que os proprietários de fazendas no sertão costumavam empenhar em suas terras era baixo, principalmente em comparação com o montante que costumava ser investido em propriedades agrárias no litoral voltadas para a cultura da cana. Menos ainda poderia se esperar da Coroa, em termos de investimentos na melhoria da estrutura para as populações sertanejas e no desenvolvimento do território, pois historicamente, pouco havia sido feito por parte do governo quanto a isso, desde o devassamento destas localidades até períodos posteriores⁷⁷. Havia grande falta de interesse em gastar quantias significativas de dinheiro para melhorar a estrutura e promover o desenvolvimento de regiões tão longe da costa e das grandes cidades⁷⁸.

Os sertões dominados pela caatinga eram morada de gente pobre, desimportante aos olhos da Coroa e da elite do açúcar, lugar onde o negócio da pecuária era visto sim como uma fonte de lucros, mas para lucrar muito gastando pouco, tendo em vista que era uma atividade menos rentável do que se havia podido lucrar com o açúcar e a mineração por exemplo⁷⁹. Apesar de se tratar de uma atividade fundamental para a manutenção da colônia, tanto em termos

⁷⁷ “O empreendimento da colonização do sertão é principalmente privado: a Coroa, depois de uma série de expedições de abertura de caminhos, no século XVI, relega essa área, uma vez que a mesma não se insere plenamente em seus projetos de produção para exportação. São os colonos que tomam para si a tarefa de conquistar a área e se estabelecem produzindo em uma atividade complementar à economia açucareira. [...] apesar do interesse de garantir o território contra possíveis invasões estrangeiras, a Coroa se limitou a doar sesmarias e estabelecer os critérios mínimos de produção dos currais. Para, além disso, o Estado português se omitiu de intervir no sertão, mantendo sua jurisdição nos centros urbanos litorâneos, entregando, assim o sertão a poderes particulares, tornando o mesmo um território onde a jurisdição régia dificilmente chega.” (SILVA, 2003, p. 229-230).

⁷⁸ “As narrativas que avaliaram o sertão nordestino, ao longo do antigo regime colonial, descreveram-no numa aura norteada pelo esquecimento, isolamento e desgraça. Nesta última categoria estão inclusas a faina entre as variadas etnias que compuseram o território, violência pela posse da terra e a miséria consequente da falta de rendimentos econômicos e pela seca que põe em consternação o sertanejo.” (ARRAES, 2012, p. 77-78).

⁷⁹ “Apesar de violenta, fechada em um poder patriarcal, esta sociedade enfrentou muitos desafios, desde as intempéries do clima, as secas periódicas, a distância dos centros litorâneos, o abandono das autoridades, e por fim rematou por encontrar algumas respostas: para manter a relação vaqueiro/patrão criou o regime de quarteação, no qual o vaqueiro podia se apropriar de 1% da produção do gado; para comercializar a sua produção e receber mercadorias de outras paragens utilizou o Rio São Francisco como via de acesso a outras capitanias e províncias, surgindo um significativo mercado interno; para vestir seus vaqueiros, protegendo-os da vegetação espinhosa inventou o gibão de couro, as camas, as mesas, os assentos, objetos para guardar comida sólida e líquida, enfim uma civilização do couro; para preservar a carne e levá-la a grandes distâncias, ou mesmo para conservá-la como alimento às populações sertanejas, buscou o uso do sal e inventou a charqueada; para solucionar conflitos entre os homens, instituiu uma ética própria.” (FERRAZ e BARBOSA, 2015, p. 263-264).

econômicos como de alimentação da população, a pecuária sertaneja, assim como o povo destas terras, ficaram relegados à um lugar menos prestigiado no universo colonial, à mercê de mandonismos locais e amargando a preterição da Coroa⁸⁰.

Atualmente, guardadas as devidas proporções, a maior parte das regiões sertanejas do Nordeste do país ainda carece dessa mesma falta de investimentos em melhorias estruturais básicas como estradas e saneamento, e no desenvolvimento socioeconômico da sua população, como acesso de qualidade à moradia, saúde, educação, e postos de trabalho mais capacitados, o que denota o longo histórico de descaso com os sertões e de desamparo da sua gente por parte do poder público e da iniciativa privada, fato que ainda ajuda a reforçar a imagem estereotipada de um território visto como pobre e esquecido do Brasil. Ao longo de todos os trechos selecionados deste documento, Spix e Martius fornecem informações interessantes sobre os sertões pernambucanos e das regiões próximas pelos quais passaram, algumas até inusitadas, trazendo um olhar muito específico de cientistas que tinham grande curiosidade pela flora e pela fauna locais em primeiro lugar, mas sem se esquecer de dedicar algum tempo para observar as pessoas e os hábitos culturais locais, e graças a isso, os autores puderam contribuir com várias imagens que compunham esse universo sertanejo.

⁸⁰ “Recalcada para o íntimo dos sertões, escondem-na à vista, a intensa vida do litoral, os engenhos, os canaviais, as outras grandes lavouras. E não tem os atrativos naturais do ouro e dos diamantes. Entretanto, já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista de territórios para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa história.” (PRADO JR., 2011, p. 196).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E através das palavras de cada um dos quatro relatos analisados, em diálogo com as palavras dos estudiosos consultados sobre o tema desta pesquisa, foi possível desvelar várias questões a respeito dos sertões da caatinga da capitania de Pernambuco, principalmente no recorte temporal proposto, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Esse imenso território, localizado nos mais recônditos confins de dentro pernambucanos, se configurou de múltiplas formas ao longo do tempo, passando por transformações intensas e graduais, com avanços e recuos que fizeram parte de um processo tortuoso, até ter boa parte de suas terras devassadas e ocupadas definitivamente pelos colonos. A princípio, com a chegada dos portugueses no Brasil, muito pouco se sabia sobre qualquer terra mais distante da costa litorânea, e nessa fase os sertões eram dilatados o suficiente para serem desconhecidos e misteriosos. Eram também sinônimo de um grande espaço geográfico a ser dominado pela empresa colonial, que os encarava como vazios incultos, ignorando a imensa população indígena ali presente, às custas de muita guerra e sangue nativo derramado desenfreadamente.

Além de um espaço geográfico, o sertão também foi considerado um território de certa maneira “impenetrável”, pois à medida em que a colonização avançava terras adentro, os indígenas que habitavam as regiões sertanejas mais remotas das Capitânicas do Norte se ergueram fortemente contra o avanço dos invasores em suas terras, em um bravo esforço coletivo de resistência que infelizmente findou em massacres. Esse caráter impenetrável do sertão nesse período também estava associado às grandes dificuldades que a natureza desse meio ambiente agreste apresentava, com seu clima seco, temperaturas altas, escassez de água e pouca oferta de víveres para a alimentação, o que dificultava ainda mais o interesse de colonos em se deslocar para essas localidades tão austeras e distantes das vilas do açúcar. Nestas terras sertanejas, as limitações geográficas e climáticas impostas pelo ambiente foram extremamente

desafiadoras para os colonos que lá chegaram. Alguns desistiram da empreitada, mas outros permaneceram, conseguiram se estabelecer, e assim, aos poucos foram se formando freguesias, com as estruturas básicas de vida necessárias em pequenos grupos. Em decorrência desse penoso processo, também as pessoas foram se adaptando à vida na caatinga, e assim foi possível que a empresa colonial finalmente se estabelecesse ali e prosperasse com o gado.

Também é importante destacar que os sertões da caatinga no período colonial formavam um conjunto de lugares distintos geograficamente, com localidades em diferentes capitanias, mas dotados de uma dimensão do imaginário comum, fundado numa série de imagens recorrentes ao longo dos séculos, desde as primeiras entradas até a consolidação das vilas sertanejas. Como foi possível verificar nos capítulos anteriores, essas imagens se constituíram muito em função dos olhares que se lançaram sobre estes sertões, especialmente daqueles que os visitaram e puderam conhece-los presencialmente, como foi o caso dos autores estudados nessa dissertação. Esses homens estiveram em porções da caatinga pernambucana e escreveram sobre elas com a finalidade, em certa medida, de apresentar esse território e o seu povo para aqueles que viviam muito longe dali e que jamais saberiam sobre nada que lá havia se não fosse pelo intermédio das suas palavras e da sua subjetividade. Eles tocaram com seus pés e viram com seus olhos o que havia nestes confins e relataram as suas experiências.

A respeito destes relatos, foi possível notar, depois da análise do seu conteúdo, alguns aspectos não apenas coincidentes mas também recorrentes nestes textos, mesmo que de formas distintas na escrita particular de cada um dos autores. Essas características observadas foram agrupadas em algumas categorias, nomeadas de acordo com a principal característica do sertão referida nelas, e com a relevância e ocorrência nos relatos. Elas totalizaram dez categorias ao final. A lista completa das imagens elaboradas a partir desse levantamento das recorrências nos quatro relatos consultados consta a seguir:

- **Sertão das Agruras**

Sem dúvida, essa característica do sertão é unânime em todos os relatos analisados, e talvez a mais primária delas. A imagem do sertão das agruras está relacionada principalmente com as questões climáticas, geográficas e naturais adversas da caatinga, como o clima quente; vegetação hostil; grandes secas; animais perigosos; insetos parasitas e venenosos; doenças; insalubridade; sensação de medo. Tratava-se de um dos maiores desafios a ser superado por aqueles que viviam nos sertões. Em um território em que as pessoas temiam pela própria sobrevivência constantemente, foi necessário respeitar os limites humanos frente à rusticidade do bioma da caatinga, sem contudo esmorecer no intento de descobrir formas de ali poder habitar e prosperar junto aos animais de criação que foram trazidos da costa litorânea e que ali foram aclimatados gradativamente. Tanto o colono como os animais domesticados por ele e trazidos para estas paragens, tiveram de se curvar frente aos imperativos da caatinga, num esforço que embora lento e difícil, rendeu frutos e encontrou meios de coexistir em harmonia no sertão. Conforme essas regiões mais agrestes passaram a ser habitadas pelos colonizadores e as fazendas de gado se multiplicaram, as freguesias também foram surgindo, as famílias se constituindo localmente, e toda uma população sertaneja se formou já bem adaptada às dificuldades que natureza impunha nestes recônditos havia séculos. No período pesquisado, que já atinge o início do século XIX, é possível verificar que boa parte do sertão de Pernambuco já contava com povoações sertanejas de diferentes dimensões e também espalhadas em diversas regiões, todas elas essencialmente dependentes da pecuária e do comércio com outras localidades e capitânicas através das feiras locais para o seu sustento de suas freguesias. As agruras não deixaram de existir, mas passaram a ser contornadas ou superadas na medida do possível pela sabedoria que os sertanejos foram acumulando depois de séculos de experiência que só a vida nos sertões poderia proporcionar.

- **Sertão do Rio São Francisco**

Levando em consideração a geografia da capitania de Pernambuco, é fundamental reafirmar que o rio São Francisco era o principal responsável por levar água aos sertões dessa capitania e das suas vizinhas, junto com seus afluentes e tributários, que cortam boa parte das terras secas pernambucanas. Trata-se de um rio tão importante que ainda hoje ele é o grande oásis responsável por boa parte do abastecimento dos sertões da porção nordestina do país. A imagem do sertão do rio São Francisco, portanto, é indissociável dessas regiões, pois sem ele não teria sido possível habitar todo o imenso sertão que ele acompanha e irriga ao longo do seu traçado. Trata-se de uma imagem construída desde os primeiros relatos coloniais, com características associadas à um rio de grandes dimensões; abundância de água doce; prática de pescaria; veredas férteis nas suas ribeiras; artéria de comunicação entre diferentes regiões do sertão; via natural de navegação para pequenas e longas distâncias; além de fundamental importância na criação de gado, pois as fazendas em geral ficavam próximas ao leito do rio. Se no sertão havia as terras ressequidas pela severidade do clima, o São Francisco tratou de ser a fonte de vida necessária com as suas águas abundantes, para que também houvessem as terras habitáveis para animais e pessoas nesse meio ambiente tão hostil. Do rio também vinha a água necessária para manter os roçados dos sítios e fazendas, tão essencial na alimentação do povo do sertão, que não podia depender apenas dos alimentos que vinham de fora, como de Minas, e que eram vendidos nas feiras. Os sertanejos criaram uma relação de amor e respeito com o rio, colocando-o quase como uma espécie de “entidade”, a quem deveriam agradecer pela água que dele provinha, e também temer pelos perigos que ele guardava, como por exemplo a presença de piranhas em alguns trechos, as corredeiras traiçoeiras para as embarcações e propícias para afogamentos em algumas regiões, o risco das inundações em tempos de cheia, ou ainda, o medo seca, quando havia a diminuição da calha do rio na falta mais prolongada de chuvas nos períodos de estiagem. Por ser um território de instabilidade climática severa, era fundamental

que as freguesias se estabelecessem no entorno mais próximo de fontes de água perenes como o rio São Francisco, como de fato ocorreu. Por conta disso, os sertões da caatinga nunca puderam ser completamente ocupados por vilas e cidades e sua densidade populacional também não conseguiu jamais superar a das regiões mais próximas do litoral, uma vez que a oferta de água não abrange a totalidade dos seus territórios e as demais adversidades naturais destas regiões também não favorecem grandes concentrações de populações.

- **Sertão dos Tapuias**

Mesmo que os relatos analisados nesta pesquisa datem dos momentos finais do século XVIII e do início do século XIX, momento no qual a população indígena nativa dos sertões já havia em grande parte sido massacrada ou afugentada pelas invasões paulatinas aos seus territórios anteriormente, ainda assim o sertão jamais deixou de ser terra indígena. A imagem do sertão dos tapuias foi construída no período colonial desde os primeiros contatos entre os colonos e os indígenas que habitavam longe da costa, e está relacionada com questões que invariavelmente colocam estes indígenas em uma posição de inferioridade em relação aos demais, inferiores inclusive aos indígenas de origem Tupi, pois os tapuias do sertão eram considerados nativos bárbaros; selvagens; primitivos; perigosos; moradores de terras onde imperava a ausência de civilização, de leis e da fé cristã; onde havia a necessidade de catequização; pois representavam uma grande ameaça aos colonos. Com o passar do tempo, a presença indígena foi atenuada nessas regiões, assim como no resto do Brasil, em primeiro lugar pela diminuição no número de habitantes nativos, mas também por conta da absorção de muitos deles na sociedade sertaneja que se formou a partir da junção deles com colonos de origem europeia e com negros de origem africana ou já nascidos no Brasil. Essa realidade nos sertões tornou mais difícil a manutenção de grupos indígenas vivendo distanciados em aldeias sem contato com os colonos e preservando sua cultura sem a interferência da convivência com outros povos. Ainda que se levem em

consideração todos estes atravessamentos, é bastante claro que a cultura sertaneja tem em sua base elementos fortes da contribuição indígena, tais como a habilidade na lida com animais, a sabedoria para a boa desenvoltura em meio à caatinga e sua natureza desafiadora, a cozinha com o uso intenso da mandioca e da carne de caça, o hábito de dormir em redes, a religiosidade mais sincrética e mítica dos sertanejos, e o meio social mais afeito à vida em comunidade – todos estes, exemplos claros da marca indígena indelével que estes sertões carregam na sua história e principalmente na sua cultura, mesmo depois de tantos séculos desde o seu devassamento pela colonização.

- **Sertão das Hostilidades**

Outra característica proeminente sobre os sertões pernambucanos no período pesquisado tem relação com o caráter violento e bélico da vida nesses confins. Como foi verificado, em um primeiro momento os conflitos tinham relação direta com os indígenas que habitavam essas terras e que foram em grande parte assassinados ou expulsos deste território conforme a empresa colonial avançava. Depois que a violência entre indígenas e colonos arrefeceu, as guerras diminuíram de vulto e constância, e a vida nos sertões se consolidou com as fazendas de gado, contudo, outros tipos de conflito passaram a surgir e ganhar mais destaque nessas paragens. Brigas entre grandes senhores de terra ou até mesmo entre pequenos fazendeiros ou sitiantes passaram a fazer parte do cotidiano local, e em geral, essas escaramuças se resolviam por emboscadas e conflitos à bala ou com o uso de arma branca. A imagem do sertão das hostilidades existia desde o início da colonização dos sertões, sempre muito sanguinária, e está relacionada com conflitos violentos de diferentes magnitudes, desde as antigas guerras de colonos contra indígenas, que poderiam durar anos, até as brigas mais cotidianas entre vizinhos pela localização do marco que separava a propriedade de cada um. Os sertões eram terras de perigo eminente, vistas como um ambiente de licenciosidades; de clima violento; onde

reinavam a ausência de leis formais e a desordem. Os grandes fazendeiros, e depois, os coronéis, foram desde então os verdadeiros donos do sertão e nele conseguiram estabelecer seu jugo com base no poder econômico que concentravam em suas mãos em regiões bastante pobres e desamparadas pelo governo e pela justiça. A lei do sertão era determinada por estes homens, que jamais temeram transgredir qualquer burocracia ou bem comum se um interesse seu estivesse em jogo. Essa imagem do sertão, guardadas as devidas proporções, segue até os dias atuais, pois ainda se tratam de localidades onde a lei da honra e os interesses privados costumam prevalecer à revelia de qualquer autoridade policial e/ou do Estado. Dessa forma, permanecem muitas pessoas das comunidades sertanejas amedrontadas e subjugadas frente aos poderosos e régulos locais – grande parte deles inclusive, estão envolvidos diretamente na política, tendo assumido com a ajuda de influência familiar e de aliados poderosos, cargos de gestão e poder nas prefeituras locais e até mesmo nos governos estaduais e federais. Não chega a ser incomum, inclusive, que algumas famílias sertanejas mais proeminentes em certas localidades revezem o comando da prefeitura por gerações e gerações de pessoas provenientes do mesmo clã, tamanho o poder e a influência que conseguiram instituir e manter na cidade e nas imediações. Importante notar que estes potentados do sertão ainda conseguem se manter em vigor em várias localidades sertanejas não apenas em virtude do uso de violência e da força para atingir seus interesses e coibir opositores, mas também se valendo da promoção de supostas benfeitorias para o povo mais humilde, como por exemplo, mandando construir poços artesianos para aqueles que não tem acesso constante à água, promovendo a reforma da igreja da comunidade, doando alimentos, promovendo festas e shows para a população local, e demais ações de cunho populista, visando manter apoio popular com finalidades estritamente políticas e econômicas de caráter privado.

- **Sertão da Prosperidade**

Uma dualidade bastante presente nos relatos a respeito dos sertões da caatinga no período colonial tinha relação com aspectos de pobreza e de bonança presentes nestas terras. Por um lado, as condições severas da natureza dificultavam que o território pudesse ser mais amplamente ocupado pelos colonos com maior facilidade, por outro, existiam localidades muito férteis em meio a lugares secos, que poderiam ser bem aproveitadas pela pecuária principalmente, mas também na extração de salitre e sal. Outro aspecto era que a pecuária se tratava de uma atividade econômica menos rentável que a cana de açúcar e a mineração, por outro lado, ela garantiu bom retorno financeiro para muitos senhores de fazendas sertanejas. Sendo assim, o sertão da caatinga sempre esteve muito distante da imagem de opulência de locais como Recife, Olinda, Salvador e Rio Janeiro, mas era uma terra de possibilidades para aqueles que desejassem se aventurar em novas empreitadas, mesmo que dificultosas, e isto todos os autores consultados trouxeram em seus relatos de alguma maneira. É fato que a terra apresentava muitas adversidades, porém, também guardava a promessa de lucro, ou ao menos de uma vida melhor para aqueles que dela conseguissem tirar o devido proveito. A imagem de sertão da prosperidade era proeminente, e estava relacionada às terras férteis que havia em certos trechos sertanejos cortados pelas águas; com a presença de rios; com as fazendas prósperas de gado; com a possível oferta de metais preciosos ainda a serem descobertos; com a exploração do sal e do salitre; e com a manufatura do couro. Tais características reforçam que tanto o sertão pernambucano quanto os demais sertões da caatinga existentes nessas regiões, especialmente no período colonial, ainda não estavam estigmatizados essencialmente por imagens de pobreza, miséria, fome, seca e precariedade, tal como veio a ocorrer até meados do século XX com os sertões do chamado “Nordeste” de forma geral. Neste período mais recente da história, estas regiões foram taxativamente rotuladas apenas como espaços dominados pela miséria extrema, pela falta de água pela e subnutrição de pessoas e animais, com imagens de

bois mortos pela sede e de sertanejos esqueléticos pela fome, que estampavam incessantemente as capas das revistas e as matérias nos jornais. O sertão das riquezas, inclusive culturais, foi sendo ofuscado pelos olhares mais contemporâneos, e apenas agora, já no século XXI, é possível notar que nos últimos anos tem havido um certo resgate desse tipo de imagem das terras sertanejas nordestinas, com ações de valorização e estruturação que começam a impulsionar certos locais, inclusive para fins turísticos e de negócios como a agricultura de irrigação, tal como vem ocorrendo em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Seria fundamental que a pecha da pobreza ainda associada a estas terras fosse totalmente superada e o potencial destas regiões, da sua gente e da sua rica cultura fossem melhor aproveitados, inclusive com maiores investimentos governamentais no desenvolvimento dessas regiões da caatinga, para que a história, a cultura e o povo sertanejo possam ser devidamente respeitados e valorizados como parte importante do nosso país.

- **Sertão da Igreja**

A presença da Igreja Católica nos sertões do Norte ocorreu desde os primeiros momentos do devassamento dessas regiões como foi discutido. Foi graças ao auxílio prestado pelas missões religiosas que visavam catequizar os indígenas tapuias que a empresa colonial encontrou uma forma de levar o que se entendia como civilização e fé para aqueles rincões vistos pelos colonos como redutos da barbárie e da desordem. A ação dos missionários nessas paragens trazia benefícios para suas respectivas ordens para além do arrebanhamento de novas almas. Esses grupos formavam fazendas nos sertões, boa parte delas criando gado e usando da mão de obra indígena sem a devida remuneração, o que rendia um bom lucro para os seus responsáveis para além do caráter religioso do trabalho que ali havia. A presença dos religiosos por vezes causou conflitos com os fazendeiros dessas regiões, pois havia uma disputa por terras, pelos indígenas como trabalhadores, e pelo domínio local, e a Igreja ameaçava certos interesses destes grandes

senhores. Depois que a vida nos sertões já havia se consolidado, grande parte das freguesias sertanejas passaram a se estruturar no entorno de capelas e igrejas que foram sendo construídas nesses locais, muitas delas inclusive surgiram a partir de alguma construção mais simples de caráter religioso, e depois foram se expandindo. A imagem do sertão da igreja é portanto constituinte do que viria a ser parte da vida e da cultura sertaneja, e estava relacionada com características como a presença da mão da igreja nos mais recônditos territórios da caatinga, antes mesmo de qualquer outro poder colonial; o ordenamento dos indígenas que sobreviveram às guerras e foram aculturados pelos colonos; as disputas dos religiosos com os grandes fazendeiros; a fervorosa fé do sertanejo que ficou famosa por sua centralidade na cultura local; os grandes festejos em dias santos; e a importância dos templos católicos na organização das vilas sertanejas. A relação que os sertanejos mantêm com a igreja católica ainda permanece forte atualmente, mesmo com a galopante expansão das igrejas neopentecostais no Brasil nas últimas décadas. Ao que tudo indica, o catolicismo vem conseguindo manter seu enraizamento nesses confins com um pouco mais de sucesso do que ocorre nas grandes cidades e capitais do país, onde o número de fiéis e templos católicos parece ter estagnado no tempo, ao passo que as igrejas evangélicas não param de crescer e conquistar mais adeptos para suas comunidades.

- **Sertão do Gado**

Uma das mais emblemáticas imagens relacionadas aos sertões do Norte desde o período colonial é a presença do gado nessas terras. A pecuária, de pequena ou grande escala passou a fazer parte do cotidiano destas regiões sertanejas desde os primórdios da colonização, daí a importância irrefutável dessa atividade para a economia regional e também na cultura que se desenvolveu nos sertões, em grande parte voltada exatamente para aspectos concernentes à criação do gado, à relação do homem com o boi, à oferta de carne na mesa sertaneja, ao uso do couro destes animais em vestimentas e utensílios, além da arte que se desenvolveu muito inspirada

nessa atividade pecuarista. Dentre as engrenagens econômicas e de trabalho que regiam os sertões da caatinga, sem dúvida a criação de gado foi a principal, a mais rentável, e a mais duradoura. A imagem do sertão do gado estava relacionada aos inúmeros currais existentes nas planícies sertanejas; às fazendas que estruturavam toda a atividade criatória no seus amplos entornos; às sesmarias que eram concedidas nestas terras quase sempre sobre a alegação que seriam destinadas ao criatório de gado; às imensas boiadas que se formavam apesar das dificuldades apresentadas pelo meio-ambiente; aos vaqueiros que eram os verdadeiros responsáveis por fazer prosperar as boiadas; às carnes verdes e secas que provinham da grande oferta desse tipo de alimento no sertão; assim como os demais derivados da produção como leite, queijo e manteiga. Partindo do princípio da grande centralidade que o gado tinha nesse universo sertanejo, é importante reforçar que o boi assumiu um status de personagem protagonista no mundo do sertão, pois não era apenas um animal criado como um produto para fins comerciais e para alimentar as famílias. A partir da convivência cotidiana e muito próxima entre o povo do sertão com esses animais, surgiram músicas, aboios (que são cantos entoados pelo vaqueiro para tocar o gado pelos campos), histórias e lendas que se contavam de geração em geração como a do boi bravo, imagens gráficas destes animais nas xilogravuras e cordéis, e festejos populares como as vaquejadas.

- **Sertão do Vaqueiro**

Se por um lado, conforme dito acima, o boi foi alçado ao status de grande personagem no mundo sertanejo, por outro, isso só foi possível graças aos conhecimentos e a destreza no trabalho realizado pela figura do vaqueiro, o grande responsável pela boiada. Figura grandiosa no imaginário popular sobre o sertão, o vaqueiro teve destaque garantido nos relatos analisados não por acaso. Era visto naqueles rincões da caatinga como um trabalhador da mais alta distinção e valia, pois além da importância do seu trabalho, era uma ocupação que exigia muita

coragem também, por se tratar de um trabalho braçal em meio a condições adversas e de trato com animais que nem sempre eram mansos; circunstâncias que também garantiam um certo status de heroísmo ao homem que se dispusesse à passar grande parte da sua vida em cima de um cavalo tocando gado debaixo do sol agreste. Estes homens viviam em prol do seu ofício, fosse na lida cotidiana nas fazendas, ou marchando por grandes distâncias tangendo os animais, cuidando das reses em qualquer circunstância, inclusive contra o ataque de onças e morcegos. A imagem do sertão do vaqueiro está relacionada ainda com questões como a do traje de couro típico que esse trabalhador usava, com a função de ser uma armadura protetora contra a rigidez da caatinga brava e seus cactos espinhosos; a experiência necessária para se tornar o vaqueiro responsável por uma boiada inteira; o caráter destemido exigido na lida com os bois bravos; a confiança que o fazendeiro precisava ter nos seus vaqueiros; e o respeito que esses homens tinham pelo gado, do qual cuidavam e tiravam o seu sustento e de toda a sua família. Difícil imaginar o que poderia ter sido dessas terras agrestes sem a predisposição do vaqueiro em dedicar sua vida a um ofício tão duro, ofício esse que foi o principal responsável por viabilizar a ocupação dessas regiões sertanejas pelos colonizadores e por fazerem delas localidades rentáveis financeiramente e estruturalmente para a empresa colonial, tal qual era o desejo desde o princípio dos adentramentos rumo aos sertões do Norte.

- **Sertão do Couro**

O couro se tornou nos sertões coloniais do Norte uma matéria-prima essencial e uma das mais acessíveis para a confecção de uma série de elementos importantes para aquele universo, tais como os trajes de vaqueiro, as chinelas que o povo usava, e as sacas para o transporte de diversos produtos, como o fumo, por exemplo. Graças à grande oferta de gado nestas paragens, também não faltava ali o couro como matéria-prima necessária para toda essa demanda que a versatilidade da courama ofertava. A imagem do sertão do couro estava relacionada então

principalmente com características de matéria-prima base; utilização versátil com várias finalidades; resistente às asperezas da caatinga; fundamental na indumentária do vaqueiro; na confecção de artefatos de selaria; destinado ao uso dentro das casas, como na fabricação de camas, portas, bancos e tapetes; e na embalagem de produtos que seriam exportados para o reino. Vale resgatar que a filosofia sertaneja era de que todo boi criado e depois abatido deveria ser aproveitado em sua totalidade, evitando qualquer tipo de desperdício, inclusive em respeito ao animal que deu sua vida para servir ao homem. O couro era então um dos nobres produtos que provinha desse aproveitamento total das partes do gado, e que foi usado inventivamente pelo sertanejo não só em diversas soluções para o seu dia a dia, mas também para angariar um maior retorno econômico na manufatura desse produto. A sociedade sertaneja, a tão emblemática “civilização do couro” de Capistrano de Abreu, tornou o couro um dos elementos fortes e distintivos da sua cultura e do senso estético que ela encampou nas suas manifestações, principalmente aquelas relacionadas a estilos de vestimentas e calçados, onde a marca dos trabalhos artesanais com o couro atanado e mais tarde também colorido ficou tão conhecida. Frente a um mundo tão rústico e cheio de espinhos, nada mais simbólico sobre a resistência sertaneja que o uso do couro dos bois para proteger a cabeça, a pele e os pés daqueles que viviam embrenhados nos cactos e expostos ao sol causticante do sertão, e até mesmo as mulheres usavam peças de courama na sua lida diária quando expostas ao sol como forma de proteção enquanto trabalhavam nos roçados e nos cuidados com os animais de criação menores.

- **Sertão dos Sertanejos**

Por fim, a mais emblemática marca que a cultura sertaneja construiu e que fica em evidência nos relatos é exatamente aquela constituída pelo próprio povo sertanejo, principalmente daqueles nascidos e criados nos confins da caatinga por toda sua vida. Os habitantes do sertão, formados pela mistura dos povos nativos que já habitavam aquelas terras junto com aqueles que

lá chegaram junto com a colonização, foram capazes de formar uma nova forma de vida em meios tão inóspitos, procurando superar cada dificuldade apresentada pelo ambiente e pela pobreza de forma resiliente e criativa. A sociedade sertaneja era, sem dúvida alguma, muito mais pobre se comparada com a da costa litorânea do ponto de vista econômico, porém aparentemente mais móvel e menos reprimida pela lei metropolitana, o que de certa forma abriu uma janela de oportunidades para os menos favorecidos, que nas vilas do açúcar tinham ainda mais dificuldade de acesso ao básico necessário para uma vida digna, como um teto e alimento. A imagem do sertão dos sertanejos estava relacionada no período colonial a uma nova sociedade formada nas veredas agrestes; a uma vida difícil e de sacrifícios; a um local que seria o berço de pessoas fortes e livres, capazes de fazer muito com o pouco que tinham; de pessoas que habitavam casas muito simples e quase sem conforto, com uma estrutura rudimentar; de uma sociedade de estrutura patriarcal assim como no litoral, mas onde as mulheres exerciam várias funções de cuidado com a família não apenas estritamente dentro de casa (especialmente as mais pobres). É inegável que se trata de um povo que precisou desenvolver um tipo de resistência e de inventividade capazes de sobreviver em um meio tão difícil e pobre em vários aspectos, contudo, não o fez por ser heroico, por ser forjado na valentia, ou dotado de atributos místicos e sobrenaturais, mas sim por falta de opção melhor, o fez por uma questão de necessidade. O povo sertanejo se constituiu e vem se mantendo apesar do desamparo, do descaso e do desrespeito ao qual foi historicamente relegado por parte do governo e dos poderes privados. Mesmo com todas essas adversidades, foi possível que se formasse ali uma rica cultura original, vibrante, de base popular, e totalmente brasileira, de uma complexidade que nada deixou à dever para outras culturas que se desenvolveram em diferentes regiões do país.

Trabalhamos aqui com a noção de que os relatos sobre o sertão são narrativas constitutivas da imagem deste lugar, portanto, todo este conjunto de imagens sobre o sertão pernambucano listadas acima (que pode ser estendido para a compreensão de outros sertões

correlatos do período) expressa uma série de ideias que se encontram dispersas nas entrelinhas dos relatos dos autores analisados. Uma a uma, estas imagens ajudaram a formar o denso imaginário sobre estas terras no período colonial, a partir das experiências vivenciadas nestes locais e também dos referenciais correntes nas vilas do açúcar do litoral. Trata-se assim, de um sertão complexo, cheio de camadas, que foi também narrado e idealizado de diferentes maneiras por autores que por ele passaram, tais como os que foram analisados neste trabalho. Vale reafirmar, contudo, que mesmo para aqueles que estiveram pessoalmente em regiões sertanejas pernambucanas, como é o caso dos autores selecionados nesta pesquisa, ainda assim a imagem de sertão que eles criaram em seus relatos é parcial, imbuída da sua subjetividade, do seu contexto social, e dos seus objetivos com aquela obra em questão. São imagens criadas com base nos seus valores, na experiência vivencial e individual, e por isso válidas, mas que não dizem respeito a uma única e absoluta realidade do que havia e do que se passava naquelas terras. São fragmentos que exprimem ideias sobre o sertão da caatinga, que juntas formam diferentes imagens sobre o mesmo, e que foram agrupadas nas categorias descritas anteriormente, pois fazem parte dessa complexidade na qual as ideias sobre o sertão, sobre a sua cultura, e os sertanejos estão inseridas. É importante destacar que essas diferentes percepções a respeito dos sertões dessas regiões não são excludentes entre si, pois se misturam, se completam, e se sobrepõem.

Através desse levantamento foi possível chegar então nesse repertório de imagens do sertão pernambucano que estes homens puderam “ver” a partir de si mesmos, dos seus valores pessoais, dos lugares que ocupavam naquela sociedade, e das suas agendas políticas, juntamente com a contribuição das informações contidas na bibliografia consultada. Outros sertões poderiam ser vistos por outros sujeitos, e certamente o foram, ainda que careçam registros escritos a respeito. Não foi possível localizar, por exemplo, algum relato deste período que

tenha sido escrito por um vaqueiro (o que seria altamente improvável, tendo em vista que a maioria destes homens provavelmente era analfabeta) ou por um indígena.

E assim, o sertão representava também uma fronteira, onde o mundo colonial tal qual era conhecido pela maioria da população acabava, e um universo diferente começava. Tudo que é desconhecido gera curiosidade a seu respeito, daí a importância dos escritos daqueles que desvelavam notícias sobre o que havia naquelas terras distantes. Um espaço associado diretamente à incivilidade, pois seu oposto, o espaço dito civilizado e tocado pelo progresso, estava muito longe dali, circunscrito nas primeiras zonas de colonização e de desenvolvimento da empresa colonial. Em suma, o sertão destas imagens é o sertão construído pelo olhar destes homens citadinos, pelos seus valores e referenciais, pelas suas noções de mundo, respondendo aos seus anseios, ao que puderam observar e traduzir em palavras, ao seu imaginário, a sua curiosidade, e ao discurso de poder que havia nos seus locais de origem e do qual faziam parte, inclusive com a finalidade de facilitar a exploração destes sertões com a prerrogativa de levar a civilização e o progresso para estes locais.

Desta forma, a obra de cada um desses autores se conjuga não como fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares apenas, mas também como parte integrante de um imaginário dominante e maior, que abarcava o universo no qual estava inserido o próprio autor. Para estes homens, reafirmar a sua própria superioridade, e a superioridade da sociedade das quais provinham era importante, e permeia as entrelinhas dos escritos destes autores a todo momento. Importante reforçar que, de certa forma e guardadas as devidas proporções impostas pelo transcorrer da história e das transformações dela decorrentes, existem evidentes resquícios dessas imagens associadas ao sertão da caatinga no período colonial presentes no imaginário sobre o território sertanejo pernambucano e nordestino, por mais que algumas atualmente pareçam ultrapassadas, preconceituosas e estigmatizantes, o que evidencia que a força do

enraizamento destas ideias no imaginário popular ao longo de gerações não pode ser subestimada nem ignorada. Por fim, reafirma-se aqui o desejo de que as discussões levantadas nesta pesquisa possam contribuir na direção do alargamento e da diversificação das ideias elaboradas sobre o sertão da caatinga pernambucana, com o resgate de parte do que foi construído a esse respeito no período colonial, para que assim, por meio da história, a sociedade e a cultura sertaneja possam ser melhor compreendidas e valorizadas em toda a sua complexidade, com todas as suas problemáticas, mas também em toda sua beleza e riqueza.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

ANÔNIMO. **Ideia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reaes, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitão general José César de Menezes [século XVIII]**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XL, 1918.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil – composta e dedicada a sua majestade fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato - Tomo I [1817]**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, M. DCCC. XVII (1817).

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil [1816]**. Tradução e notas: Luiz da Camara Cascudo – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MARTIUS, Carl Friedrich von; e SPIX, F. Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil [1817-1820] – Volume. II**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

AB’SABER, Aziz. **Fundamentos geográficos da história brasileira**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – Volume I: Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

AB’SABER, Aziz. **Aspectos da geografia econômica do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – Volume II: Administração, Economia, Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Rio de Janeiro: Revista *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AMANTINO, Márcia. **Sertões, índios e quilombolas**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, n. 1, jan./jun., 2014.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Geografia do Crime – Violência nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

ARAÚJO, Emanuel. **Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso: Os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas – Urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. São Paulo: Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, FAU-USP, 2012.

ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013.

BONATO, Tiago. **Viagens do olhar: Relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro**. Guarapuava: Unicentro, 2014.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Lisboa: Editora Edições 70, [1969] 2020.

BRUNO, Ernani Silva. **Introdução**. In: RIEDEL, Diaulas (org.). **O Sertão, o Boi e a Seca**. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

CÂNDIDO, Tyrore Apollo Pontes e CASTRO NEVES, Frederico de. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

CASCUDO, Luiz da Camara. **Introdução**. In: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil [1816]**. Tradução e notas: Luiz da Camara Cascudo – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

CASCUDO, Luiz da Camara. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Editora Global, 2009.

CASTRO NEVES, Frederico de. **O Nordeste e a Historiografia brasileira**. Revista Ponta de Lança – São Cristóvão, Sergipe, volume V, n. 10 abr.-out. 2012.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (Campanha de Canudos) [1092]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ESPIG, Márcia Janete. **O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história**. Textura - Revista de Educação e Letras, Canoas: número 9, p. 49-56, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2012.

FERRAZ, Maria do Socorro. **A sociedade colonial em Pernambuco – A conquista dos sertões de dentro e de fora**. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Coleção Brasil Colonial Vol. II (1580-1720)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERRAZ, Socorro; e BARBOSA, Bartira Ferraz Barbosa. **Sertão Fronteira do Medo**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

FERRAZ, Tatiana Valença. **A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares**. Recife: Mestrado em História, UFPE, 2004.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental**. In: FRANCO, Stella Maris Scatena e JUNQUEIRA, Mary Anne (orgs.). **Cadernos de Seminário de Pesquisa – Volume II**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas: A expansão colonial no país dos tapuias**. São Paulo: Hucitec, 2017.

GASPAR, Lúcia. **Henry Koster**. Recife: Verbete da Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco (disponível online no site da instituição), acessado em 2021.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. **Animais e plantas do sertão do rio São Francisco nas representações do Brasil**. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: Viagens nas caatingas – séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **No íntimo do sertão: Poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750-1800)**. Recife: Doutorado em História, UFPE, 2013.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame: Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. São Paulo: Mestrado em História, USP, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador**. In: FRANCO, Stella Maris Scatena e JUNQUEIRA, Mary Anne (orgs.). **Cadernos de Seminário de Pesquisa – Volume II**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.

KURY, Lorelai Brilhante e ROMERO SÁ, Magali. **As Caatingas e o Império do Brasil**. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: Viagens nas caatingas – séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LIMA, Alice Santana de. **Spix, Martius e o legado histórico-científico-ficcional das viagens**. Blog da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP), São Paulo: Site da BBM, 2019.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Documentos do Arquivo: Vol. IV e V**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça – Arquivo Público Estadual, 1950.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos Cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)**. Natal: Editora Flor de Sal; EDUFRN, 2015.

MAURO, Frédéric. **A estrutura política e econômica do Império 1580-1750**. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial – Volume I**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2018.

MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros – Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802)**. Monografia n° 3, Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Imprensa Universitária, 1966.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Pernambuco ao tempo do governador Câmara Coutinho (1689-1690)**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife: volume LI, p. 257-300, 1979.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio – O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Bagaço da Cana: Engenhos de açúcar no Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2012.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol – Violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro: A estética do Cangaço**. São Paulo: Editora Escrituras, 2015.

MICELI, Paulo. **O desenho do Brasil no teatro do mundo**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de história regional e local)**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão recôndito, polissêmico e controvertido**. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: Viagens nas caatingas – séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História, São Paulo: volume 15, número 29, p. 9-27, 1995.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. **As áreas de criação de gado**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – Volume 2: Administração, Economia, Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PORTO, José Antônio da Costa. **O Sistema Sesmarial no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão, Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. **Formação territorial do Nordeste – Muitos mitos e poucos estudos**. Recife: Revista do IAHGP, n. 68, p. 49-76, 2015.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura - UFRJ, v. 5, n. 1, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei. **“Nas solidões vastas e assustadoras” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão pernambucano nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Doutorado em História, UFPE, 2003.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Caminhos e descaminhos da abolição – Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)**. Curitiba: Doutorado em História, UFPR, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, 1998.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.